



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.380.507/0001-79, torna público, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do site www.licitanet.com.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 16.951/2023, Decreto Municipal 19.720/2026 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS (SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, PALCOS, ARQUIBANCADAS, BRINQUEDOS RECREATIVOS E OUTROS, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM).

VALOR ESTIMADO:

R\$ 7.769.082,39 (Sete milhões setecentos e sessenta e nove mil, oitenta e dois reais e trinta e nove centavos).

ENDEREÇO ELETRÔNICO / PORTAL DE LICITAÇÕES:

<https://www.licitanet.com.br/>

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
PREGÃO ELETRÔNICO	ARP / NOTA DE EMPENHO / CONTRATO	
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	AMPLA PARTICIPAÇÃO	REGISTRO DE PREÇOS
SIM (exceto nos itens de ampla participação)	SIM (itens 01, 03, 05, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 25, 27, 29, 31, 35, 37, 39, 43, 46, 49 e 57)	SIM
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL
Menor Preço por Item	Aberto	SIM
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	E-MAIL	TELEFONE
https://ouopretodoeste.ro.gov.br/	dcl@ouopretodoeste.ro.gov.br	69 99388-8742 (apenas msg)
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO		20/07/2026
HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA (BRASÍLIA-DF)		09h horário de Brasília - DF

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Declarações (Modelo Unificado).
ANEXO III	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital
ANEXO IV	Minuta de ARP 20/2026
ANEXO V	Minuta de Contrato



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

1. DO OBJETO E CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE LICITAÇÕES

1.1. O Termo de Referência (Anexo I) constitui parte integrante e indissociável deste Edital, prevalecendo suas especificações técnicas, critérios de aceitação, quantitativos e demais condições em caso de divergência interpretativa, observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

1.2. A descrição completa do objeto, incluindo especificações técnicas, quantitativos, critérios de aceitação, metodologia de execução e demais condições da contratação, encontra-se detalhada no Termo de Referência (Anexo I), o qual integra este Edital para todos os fins.

1.3. A licitação será dividida em lotes e/ou itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes e/ou itens forem de seu interesse.

1.4. As pesquisas de preços e estimativas de valor foram realizadas nos autos do processo administrativo, com base em critérios técnicos e fontes idôneas, sendo validadas pela Administração para fins de definição do valor estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O edital se encontra a disposição no site www.licitanet.com.br, no Portal da Transparência do Município (ouopretodoeste.ro.gov.br) e no **Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP**. A sessão pública será realizada através do site www.licitanet.com.br sendo considerado para todos os efeitos o **horário de Brasília – DF**. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do site indicado no Edital.

1.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

1.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

1.8. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão oferecidos e conforme regras comerciais da plataforma.

1.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, até o encerramento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

1.10. O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.

1.11. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima designada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sítio Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.5.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.5.2. A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, **está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.**

2.5.2.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos

2.5.3. Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

2.5.4. Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar nº 123/06, Microempreendedor Individual - MEI é uma modalidade de Microempresa – ME.

2.6. Haverá prioridade de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO), até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, nos termos dos § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no **Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025**, e nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

2.6.1. Conforme Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025: **“Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.”**

Aplicável nos casos em que haja divisão por cotas.

2.6.2. Nos termos do art. 12 do Decreto Municipal nº 18.573/2025, a previsão editalícia de reserva de cota exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte não impede a incidência das regras de preferência na contratação previstas nos arts. 16 e 17 do referido Decreto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

2.6.2.1. A aplicação do direito de preferência previsto no art. 17 justifica-se por constituir instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, em consonância com os objetivos da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 18.573/2025, visando fortalecer a economia local, ampliar a geração de emprego e renda, incentivar o desenvolvimento sustentável e fomentar a competitividade das empresas sediadas no Município e na região, sem prejuízo da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.6.2.2. Assim, quando configuradas as hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 18.573/2025, será assegurado o direito de preferência na forma e nos limites estabelecidos na referida norma, tanto na cota destinada à ampla concorrência quanto na cota reservada, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços comuns de locação de estruturas para eventos, abrangendo sonorização, iluminação, tendas, banheiros químicos, palcos, arquibancadas, brinquedos recreativos e demais estruturas correlatas, com montagem e desmontagem, atividades amplamente ofertadas no mercado por empresas especializadas que possuem capacidade técnica e operacional para sua execução de forma individual.

2.7.9.1. A vedação à participação em consórcio fundamenta-se na inexistência de complexidade técnica, operacional ou econômico-financeira que demande a conjugação de capacidades entre empresas, bem como na ampla disponibilidade de fornecedores especializados no mercado, circunstâncias que demonstram ser plenamente possível a execução integral do objeto por uma única empresa.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

2.7.9.2. Ademais, a admissão de consórcios, no presente caso, poderia reduzir a competitividade do certame ao possibilitar a associação entre empresas que, isoladamente, possuem condições de disputar e executar o objeto, concentrando mercado e diminuindo o universo de potenciais licitantes. Assim, a vedação mostra-se medida adequada, proporcional e compatível com o interesse público, preservando a isonomia entre os participantes, a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Apenas nos casos em que a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. Nos lotes e/ou itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote e/ou item;

3.6.2. Nos lotes e/ou itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Lance: O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste edital:

I – Valor unitário, quando a adjudicação se der por item;

II – Valor global, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.

4.1.2. Marca/Fabricante do produto ofertado, quando aplicável, vedada a indicação de mais de uma marca para o mesmo item, salvo quando expressamente permitido no Termo de Referência;

4.1.3. Descrição detalhada dos itens ofertados, contendo todas as características necessárias à identificação do produto, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência;

4.1.4. Descrição detalhada dos itens ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto se assim determinar o edital;

4.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro.

4.5. Caso o regime tributário da empresa implique o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o licitante deverá considerar, na formação de sua proposta, a carga tributária efetiva incidente sobre a contratação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a adequada composição do preço ofertado.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens ou serviços, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas, garantindo a qualidade dos produtos e promovendo, quando requerido, sua substituição, nos termos do edital e seus anexos.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes deverão observar, na formulação de suas propostas, os valores estimados da contratação constantes do processo administrativo, bem como os parâmetros de mercado aplicáveis ao objeto, sob pena de desclassificação das propostas manifestamente inexequíveis ou com sobrepreço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá ser compatível com os valores de mercado e com o orçamento estimado da contratação.

4.11. O descumprimento das disposições deste edital e da legislação aplicável sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste edital, observando-se:

I – Valor unitário, quando a adjudicação se der por item;

II – Valor global, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.

Parágrafo único: *O descumprimento da forma de apresentação do lance poderá ensejar a desclassificação da proposta, quando comprometer o julgamento objetivo ou inviabilizar a correta comparação entre as propostas.*

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será informado no TR – Termo de Referência (Anexo I).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14.1. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido ou não se manifestar, o pregoeiro poderá solicitar ajuste ao licitante, no CHAT DE MENSAGENS para atualização do referido lance ou realizar a readequação dos valores arredondando-o PARA MENOS automaticamente no sistema, caso a licitante permaneça inerte. A intervenção ocorre exclusivamente após o encerramento da fase de lances, no momento da aceitação e julgamento da proposta, não interferindo na dinâmica da disputa competitiva.

5.14.2. O ajuste limita-se à adequação das casas decimais para fins de compatibilização com as regras de registro do sistema eletrônico e execução orçamentária, tratando-se de vício sanável que não altera a substância ou a exequibilidade da proposta.

5.14.3. O arredondamento é realizado exclusivamente para menos, o que preserva o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa e não acarreta majoração do valor ofertado, respeitando a imutabilidade da proposta em desfavor da Administração, sendo o ato consignado pelo sistema na ata da sessão.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

5.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, com base em registros cadastrais disponíveis;

5.20.3. Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

5.20.4. Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

5.20.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado em que se localiza o Município licitante;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

5.20.6. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios acima, será realizado sorteio, de forma automática, pela plataforma eletrônica.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do valor estimado da contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.21.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

6.2. A consulta aos cadastros quanto aos eventuais impedimentos será verificada perante o **SICAF**, mantido pelo Executivo Federal. Caso esteja indisponível, poderão ser consultados outros sistemas cadastrais pertinentes, como **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, além de outros que estejam à disposição para consulta;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

6.2.1. Poderá haver a substituição das consultas citadas no item 6.2, pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A adoção de parâmetro objetivo para identificação de indícios de inexequibilidade das propostas, especialmente o referencial de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do orçamento estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, sem comprometer a viabilidade da execução contratual.

6.7.2. Tal parâmetro encontra respaldo em boas práticas administrativas e em regulamentos amplamente utilizados na Administração Pública, notadamente a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que estabelece o referido percentual como indicativo de potencial inexequibilidade, não como critério absoluto de desclassificação.

6.7.3. A utilização desse referencial visa conferir maior objetividade e segurança jurídica à atuação do agente de contratação, permitindo a identificação preliminar de propostas potencialmente incompatíveis com os custos de mercado, com o orçamento estimado e com as condições normais de execução do objeto.

6.7.4. Ressalta-se que o critério adotado não implica presunção absoluta de inexequibilidade, constituindo apenas um indicativo para a realização de análise mais aprofundada, mediante diligência, em observância ao disposto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.5. Nesse sentido, será assegurado ao licitante o direito de demonstrar a viabilidade de sua proposta, por meio da comprovação de que os custos envolvidos são compatíveis com os valores ofertados e de que existem condições econômicas específicas que justifiquem o preço apresentado, tais como ganhos de escala, condições comerciais diferenciadas, estratégias de mercado ou outros fatores legítimos.

6.7.6. A adoção desse parâmetro também se justifica como medida de mitigação de riscos contratuais,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

especialmente aqueles relacionados à inexecução, à baixa qualidade do objeto fornecido, à necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro indevido ou à rescisão contratual, situações que comprometem a eficiência administrativa e o interesse público.

6.7.7. Assim, o critério de 50% do valor estimado da contratação é adotado como ferramenta auxiliar de análise, compatível com o ordenamento jurídico vigente e com as boas práticas de governança nas contratações públicas, assegurando equilíbrio entre competitividade e exequibilidade.

6.7.8. Caso aplicável ao objeto da contratação, e quando houver decomposição de custos pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar planilha de custos compatível com sua proposta final.

6.7.9. Quando aplicável à natureza do serviço contratado, o licitante poderá ser instado a demonstrar parâmetros de produtividade adotados, exclusivamente quando tais informações forem relevantes para a verificação da exequibilidade da proposta.

6.7.10. Nos casos em que o objeto envolver prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, quando aplicável, deverão ser observadas as exigências específicas relacionadas à alocação de pessoal e composição de custos.

6.8. *Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. (O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei, dar à Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Acórdão 465/2024 – Plenário).*

6.9. Erros no preenchimento da proposta de preços ou planilha (quando for exigida) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta de preços poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS

7.1. Disposições gerais

7.1.1. A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

- b) Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em sítio eletrônico oficial;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;
- e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.3.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ,** com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL,** abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL,** admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL,** admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS,** admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT,** nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

7.3.2. Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

7.4.1. A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;

a) Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

b) Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

c) A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:

b.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:

LG (Liquidez Geral)
$LG = (Ativo\ Circ. + Realizável\ em\ Longo\ Prazo) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$
SG (Solvência Geral)
$SG = (Ativo\ Total) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$
LC (Liquidez Corrente)
$LC = (Ativo\ Circulante) \div (Passivo\ Circulante)$

I- A licitante que obtiver **qualquer índice inferior** aos estipulados será **inabilitada**, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.

II- A análise da qualificação econômico-financeira considerará prioritariamente o último exercício social, sem prejuízo da avaliação comparativa dos exercícios anteriores.

III- As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

b.2. Capital social mínimo integralizado, para licitantes constituídas há menos de 1 (um) ano, ou patrimônio líquido mínimo, para licitantes constituídas há 1 (um) ano ou mais, correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado do(s) item(ns) para o(s) qual(is) apresentar proposta.

7.4.2. Justificativa para a exigência de balanço patrimonial

7.4.2.1. A exigência de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais fundamenta-se no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e decorre das características específicas da presente contratação, que envolve a futura e eventual prestação de serviços de locação de estruturas para eventos, incluindo fornecimento, transporte, montagem, manutenção durante o evento e desmontagem de equipamentos de grande porte, demandando capacidade financeira compatível para suportar custos operacionais, mobilização de equipes, logística, manutenção dos equipamentos e execução simultânea de diversos serviços.

7.4.3. A análise comparativa das demonstrações contábeis de exercícios distintos permite verificar não apenas a situação patrimonial momentânea da empresa, mas também sua estabilidade econômico-financeira ao longo do tempo, possibilitando identificar oscilações relevantes, redução da capacidade operacional, comprometimento financeiro ou outros fatores que possam representar risco à adequada execução das futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

7.4.4. Considerando que os serviços poderão ser demandados em diferentes períodos da vigência da Ata, inclusive para eventos de grande porte e com prazos reduzidos para mobilização das estruturas, mostra-se necessária a seleção de empresas que demonstrem estabilidade financeira suficiente para suportar os custos da execução sem comprometer a continuidade dos serviços.

7.4.5. A exigência não configura restrição indevida à competitividade, por limitar-se aos documentos expressamente admitidos pela Lei nº 14.133/2021, sendo medida proporcional, adequada e necessária à mitigação dos riscos de inexecução contratual, em observância aos princípios da razoabilidade, da eficiência, da segurança da contratação e da seleção da proposta mais vantajosa.

7.5. Justificativa para a exigência dos índices econômico-financeiros

7.5.1. A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante apresentação de balanço patrimonial, demonstrações contábeis e índices financeiros, encontra fundamento no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, visando demonstrar que a empresa possui capacidade financeira compatível com as obrigações decorrentes da futura contratação.

7.5.2. A exigência justifica-se em razão das características do objeto, especialmente:

- a) prestação de serviços que demandam elevado investimento em equipamentos, estruturas e logística;
- b) necessidade de disponibilização simultânea de equipes técnicas, veículos, equipamentos e materiais;
- c) execução sob demanda durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade da Administração;
- d) possibilidade de atendimento de eventos de médio e grande porte, exigindo capacidade financeira para mobilização imediata dos recursos necessários;
- e) riscos decorrentes da eventual indisponibilidade de equipamentos ou interrupção dos serviços, capazes de comprometer a realização de eventos públicos de interesse da Administração.

7.5.3. A análise das demonstrações contábeis e dos índices econômico-financeiros permite avaliar:

- I – A capacidade de liquidez da empresa;
- II – Sua solvência e equilíbrio financeiro;
- III – A consistência patrimonial para suportar a execução das futuras contratações;
- IV – Os riscos de descontinuidade das atividades empresariais durante a vigência da Ata.

7.5.4. A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) objetiva verificar a capacidade da licitante de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, constituindo critérios amplamente utilizados nas contratações públicas e compatíveis com a natureza do objeto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

7.5.5. Os índices exigidos foram estabelecidos em patamar mínimo usualmente adotado pela Administração Pública, limitando-se ao estritamente necessário para aferir a capacidade econômico-financeira das licitantes, sem impor restrições desproporcionais à competitividade.

7.5.6. A Administração poderá promover diligências destinadas ao esclarecimento das informações constantes da documentação apresentada, bem como admitir justificativas técnicas e contábeis, quando cabíveis, observando o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

7.5.7. Dessa forma, a exigência da documentação econômico-financeira e dos respectivos índices revela-se adequada, proporcional e necessária para reduzir os riscos de inexecução contratual, assegurando maior segurança às futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

7.5.8. A exigência de patrimônio líquido mínimo, limitado a até 10% do valor estimado da contratação, observará o disposto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e terá por finalidade assegurar que a licitante possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas.

7.5.9. A exigência de patrimônio líquido mínimo constitui medida preventiva destinada a mitigar riscos de inadimplemento, assegurar a continuidade da prestação dos serviços e preservar o interesse público, observando os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

7.6. Regras Específicas para Empresas Optantes pelo Simples Nacional e demais regimes tributários

7.6.1. Empresas optantes pelo **Simples Nacional** deverão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de abril do ano subsequente, desde que a obrigatoriedade de apresentação já estivesse vigente na data de abertura do certame, assegurando-se o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e à segurança jurídica.

7.6.2. Empresas não enquadradas no Simples Nacional, abrangendo aquelas sujeitas ao Lucro Presumido ou ao Lucro Real, poderão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de junho do ano subsequente ao encerramento do exercício, desde que tal condição já estivesse vigente na data de abertura do certame, preservando-se a isonomia entre os concorrentes e a adequação da exigência à realidade fiscal dos distintos regimes tributários.

7.6.4. As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade.

7.6.5. Empresas constituídas no exercício corrente deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, observado o disposto na legislação aplicável.

7.6.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

7.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.7.1. Para comprovar sua capacidade técnica a LICITANTE deverá apresentar:

7.7.2. As exigências de qualificação técnica previstas neste edital fundamentam-se no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e têm por finalidade demonstrar que a licitante possui experiência prévia, capacidade operacional e estrutura técnica compatíveis com a execução do objeto, reduzindo os riscos de inexecução contratual e assegurando a adequada prestação dos serviços.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

7.7.2.1. A exigência de apresentação de **atestado de capacidade técnico-operacional** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado destina-se a comprovar que a licitante possui experiência na execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com os serviços licitados, constituindo requisito necessário para aferição de sua aptidão operacional.

7.7.2.2. A exigência de comprovação da execução de quantitativo mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do quantitativo estimado do respectivo item observa os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, representando percentual suficiente para evidenciar experiência prática na execução do objeto, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

7.7.3. Para os serviços cuja execução envolva **estruturas temporárias, sistemas de iluminação, sonorização, palcos, arquibancadas, tendas, treliças e demais instalações** cuja legislação ou normas técnicas exijam responsabilidade técnica, será obrigatória a apresentação da respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou documento equivalente**, emitido por profissional legalmente habilitado, assegurando que os serviços sejam executados sob responsabilidade técnica e em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.

7.7.4. A exigência de que o atestado contenha identificação do contratante, descrição dos serviços, quantitativos executados, período de execução, local e declaração de execução satisfatória visa conferir maior segurança à análise da capacidade técnica da licitante, permitindo verificar a efetiva compatibilidade entre os serviços anteriormente executados e o objeto da presente contratação.

7.7.5. Será admitida a utilização de um único atestado para comprovação da capacidade técnica em mais de um item, desde que reste demonstrada a compatibilidade técnica entre os serviços executados e os itens licitados, privilegiando-se a ampla competitividade e evitando exigências desnecessárias.

7.7.6. A exigência de registro ou **certidão de regularidade da pessoa jurídica perante o CREA, CAU ou conselho profissional competente** justifica-se pela necessidade de comprovação de que a empresa se encontra regularmente habilitada ao exercício das atividades técnicas abrangidas pelo objeto da contratação, quando exigido pela legislação profissional pertinente.

7.7.7. A exigência de que a contratada possua toda a **documentação técnica necessária à montagem, operação, utilização e manutenção dos equipamentos** decorre da necessidade de garantir a segurança dos usuários, trabalhadores e do público presente nos eventos, bem como assegurar o atendimento às normas técnicas aplicáveis.

7.7.8. Para os **serviços de locação de banheiros químicos e banheiros contêiner**, exige-se **Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental competente** da empresa responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sanitários, em observância à Lei Federal nº 6.938/1981, às Resoluções CONAMA nº 001/1986 e nº 237/1997 e às normas ambientais aplicáveis, visando assegurar a destinação ambientalmente adequada dos efluentes.

7.7.9. Exige-se, ainda, a **comprovação de que a destinação final dos resíduos sanitários ocorrerá em unidade devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente**, mediante apresentação da respectiva **Licença de Operação ou documento equivalente**, garantindo a regularidade ambiental de todo o ciclo de gerenciamento dos resíduos e prevenindo danos ao meio ambiente e à saúde pública.

7.8. Justificativa específica para os itens de brinquedos recreativos

7.8.1. A exigência de **atestado de capacidade técnica para os itens de brinquedos recreativos** justifica-se pela necessidade de comprovação de experiência anterior na instalação, operação e manutenção de equipamentos destinados ao uso do público, especialmente crianças, cuja utilização demanda elevados padrões de segurança.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

7.8.2. A **apresentação de ART, RRT ou documento equivalente** antes da realização de cada evento tem por finalidade assegurar que a montagem, instalação e operação dos brinquedos sejam executadas sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, reduzindo riscos de acidentes e garantindo o cumprimento das normas técnicas aplicáveis.

7.8.3. A exigência de **conformidade dos equipamentos com as normas da ABNT** e demais regulamentos técnicos visa garantir que todos os equipamentos disponibilizados apresentem condições adequadas de segurança, estabilidade, resistência estrutural e funcionamento, podendo a Administração exigir, sempre que necessário, laudos técnicos, certificados de conformidade, manuais do fabricante ou demais documentos comprobatórios da regularidade dos equipamentos utilizados.

7.8.4. Documentos para Habilitação (Pregão)

7.8.4.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:

a) **Atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação;

b) **Comprovante de registro ou inscrição da empresa no CREA, CAU ou outro conselho profissional competente**, quando exigido pela legislação aplicável;

c) **Para os itens de banheiros químicos e banheiros contêiner**, documento que comprove que a coleta, transporte e destinação final dos resíduos sanitários serão realizados por empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.

7.8.5. Documentos para Execução dos Serviços

7.8.5.1. A documentação prevista neste item será apresentada **somente pela empresa vencedora**, antes do início da execução de cada evento, sempre que exigida pela natureza dos serviços contratados.

7.8.5.2. Quando a legislação profissional exigir responsabilidade técnica, a contratada deverá apresentar à fiscalização, antes da montagem das estruturas, a respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT** ou documento equivalente, emitido por profissional legalmente habilitado.

7.8.5.3. Sempre que exigido pelas normas técnicas aplicáveis ou pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação técnica relativa às estruturas e equipamentos utilizados, tais como:

I – Laudos técnicos;

II – Certificados de conformidade;

III – manuais técnicos;

IV – Memoriais ou documentos equivalentes emitidos pelo fabricante ou responsável técnico.

7.8.5.4. Para os brinquedos recreativos, a contratada deverá apresentar, antes do início de cada evento, quando aplicável:

I – ART, RRT ou documento equivalente referente à montagem e instalação;

II – Declaração de que os equipamentos se encontram em condições adequadas de funcionamento e segurança;

III – Documentação técnica eventualmente exigida pela fiscalização para comprovação da segurança dos equipamentos.

7.8.5.5. Para os serviços de banheiros químicos e banheiros contêiner, a contratada deverá manter disponível para fiscalização, durante a execução contratual, a documentação comprobatória da coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, sempre que solicitada pela Administração.





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

7.8.5.6. A Administração poderá promover diligências para verificar a autenticidade dos documentos apresentados e esclarecer informações relacionadas à qualificação técnica da licitante, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.8.5.7. Não será exigida documentação técnica que somente possa ser produzida após a definição do local, da data ou das características específicas de cada evento, devendo tais documentos ser apresentados exclusivamente durante a execução contratual, quando pertinentes.

7.9. Em nenhuma hipótese, serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

a) Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I.** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II.** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome dela, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III.** Se o Licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

7.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.12. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.13. Não se aplica o disposto neste item, considerando que a participação de empresas em consórcio não é admitida neste certame, conforme item 2.7.9 deste edital.

7.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO.

7.15. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.16. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.17. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.18. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.19. A habilitação do licitante (anexada no Habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.20. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.21. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.21.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.22. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.22.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.22.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.23. A unificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.23.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.23.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.24. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, (Lei nº 14.133/2021, art. 64):

7.24.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.24.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.24.3. Apresentação de documentos comprobatórios de condição já atendida pelo licitante no momento da apresentação da proposta, mas que, por erro ou falha material, não foram juntados inicialmente e sua apresentação posterior seja necessária para resguardar o interesse público (**Acórdãos TCU nº 1211/2021 e nº 988/2022**).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

7.25. Na análise dos documentos de habilitação, o agente responsável pela condução da licitação poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.26. O licitante deverá encaminhar os documentos solicitados em sede de diligência no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da respectiva notificação realizada através do sistema.

7.26.1. A critério do pregoeiro/agente de contratação, poderá ser concedida prorrogação justificada, desde que solicitada pelo licitante dentro do prazo original e devidamente motivada, observando-se os princípios da razoabilidade, competitividade e interesse público.

7.26.2. Caso a diligência seja atendida de forma satisfatória antes do término do prazo concedido, o pregoeiro/agente de contratação poderá dar por encerrado o período de diligência e prosseguir com a análise do certame.

7.27. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.28. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.29. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.30. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.31. Os arquivos ref. a documentação de habilitação devem ser anexados na Plataforma de Licitações, preferencialmente, **no formato PDF (modo retrato) e SEGUINDO A ORDEM SEQUENCIAL ABAIXO:**

1	PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS-CNPJ.
2	ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR , devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCME, cuja verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br .
3	DOCUMENTO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO, SÓCIO ADMINISTRADOR OU PROCURADOR DA EMPRESA (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.
4	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.
5	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS;
6	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, DO DOMICÍLIO OU SEDE DA LICITANTE.
7	CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF).
8	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DO FORO OU CARTÓRIO DA SEDE DA LICITANTE.
9	CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA (CNDT).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

10	BALANÇO PATRIMONIAL DOS 02 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (conf. Item 7.4.1 / 7.6.7 deste edital)
11	DECLARAÇÕES UNIFICADAS (CONFORME MODELO – ANEXO II DO EDITAL)
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (Conforme itens 7.7 a 7.8.5.7)	
Atestado(s) de Capacidade Técnica , expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da licitação (conf. Especificado no item 7.7. a 7.8.5.7)	
Certidão de regularidade da pessoa jurídica perante o CREA, CAU ou conselho profissional competente	
Para os serviços de locação de banheiros químicos e banheiros contêiner , exige-se Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental competente da empresa responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sanitários, em observância à Lei Federal nº 6.938/1981, às Resoluções CONAMA nº 001/1986 e nº 237/1997 e às normas ambientais aplicáveis, visando assegurar a destinação ambientalmente adequada dos efluentes.	

OBS: As certidões que não constarem especificamente sua data de validade, serão aceitos com data de emissão de no máximo **120 dias**.

NOTA EXPLICATIVA

- *Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.*
- *Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.*

Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação dos atos ou da lavratura da ata, quando esta substituir a intimação.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos, conforme parametrização do sistema eletrônico utilizado.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de



Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo município.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente instruído, a qual deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando versar sobre habilitação, julgamento das propostas ou outros atos cuja continuidade possa comprometer o resultado do certame, cabendo à autoridade competente avaliar a extensão do efeito suspensivo, quando aplicável.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a contratação, ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, especialmente quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado após encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando exigida no Termo de Referência;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital ou Termo de Referência;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, a ata de registro de preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

licitação ou execução do contrato;

9.1.5. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada, adulterada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos causados à Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

9.3.6. A reincidência do infrator.

9.4. A multa será aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, podendo, quando não for possível sua mensuração, incidir sobre o valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho, conforme o caso.

9.4.1. A definição do percentual da multa observará a gravidade da infração, os prejuízos causados à Administração, a vantagem auferida pelo infrator e a proporcionalidade da sanção aplicada.

9.4.2. A multa moratória será aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento), sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

9.4.3. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho.

9.4.4. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho.

9.4.5. A multa poderá ser:

9.4.5.1. Descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração;

9.4.5.2. Descontada da garantia contratual, quando houver;

9.4.5.3. Cobrada administrativamente ou judicialmente.

9.5. As sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observada a natureza e a gravidade da infração.

9.6. A aplicação de quaisquer sanções administrativas assegurará o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.7. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a que pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, observando-se o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, a ata de registro de preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável, inclusive à perda da garantia de proposta, quando houver previsão expressa no instrumento convocatório.

9.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo administrativo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos, preferencialmente estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

9.13. Caberá pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até o julgamento pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

9.16. Para garantia do contraditório e da ampla defesa, as notificações e intimações serão realizadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo Município e, subsidiariamente, por meio eletrônico (e-mail) informado pelo licitante ou contratado, ou outro meio oficial adotado pela Administração.

9.16.1. Os endereços eletrônicos informados na proposta comercial serão considerados válidos para todos os efeitos legais, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações regularmente encaminhadas pela Administração.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento do pedido, observado o limite do último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados, na forma eletrônica, por meio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo Município, em campo específico.

10.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem, em regra, os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional, devidamente motivada pelo agente de contratação, quando necessária à preservação da legalidade e da isonomia do certame.

10.5. Acolhida a impugnação, total ou parcialmente, será promovida a adequação do edital e, quando necessário, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública ou quando for anulada a própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;

11.1.2. Identificação de erro na aceitação da proposta classificada em primeiro lugar;

11.1.3. Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável;

11.1.4. Outras situações supervenientes que justifiquem a retomada da sessão, devidamente motivadas pelo





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

pregoeiro.

11.2. Nos casos previstos neste item, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta, por meio do sistema eletrônico utilizado na licitação, sendo de responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das comunicações realizadas no referido sistema.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e após a análise e decisão dos recursos administrativos eventualmente interpostos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, que deverá verificar a regularidade dos atos praticados, podendo:

- I – Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II – Anular o procedimento, no todo ou em parte, por ilegalidade;
- III – Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificado; ou
- IV – Adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.

12.2. Parágrafo único. A adjudicação e a homologação somente serão realizadas após a verificação da regularidade do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

13. DO TERMO DE CONTRATO / NOTA DE EMPENHO

13.1. Após a homologação e adjudicação, as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de **Nota de Empenho, instrumento contratual ou equivalente**, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser adotado termo de contrato quando a natureza da contratação assim exigir.

13.2. O adjudicatário será convocado para aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação.

13.3. A convocação poderá ocorrer por meio eletrônico, sendo admitido o aceite digital.

13.4. O aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente formaliza a contratação administrativa, implicando:

- I – Constituição do vínculo jurídico entre as partes;
- II – Vinculação à proposta, ao Termo de Referência e à legislação aplicável;
- III – Sujeição às hipóteses de extinção e demais disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.5. O prazo para aceite poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

13.6. A vigência das contratações observará o disposto neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

14. DO LOCAL, PRAZO E MODO DE ENTREGA DOS PRODUTOS / PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A execução dos serviços observará integralmente as condições, prazos, especificações e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e na ARP.

14.2. A prestação dos serviços será realizada sob demanda, de forma parcelada, conforme Ordens de Serviços, ou documento equivalente, emitido pela Administração.

14.3. As condições detalhadas de execução, incluindo prazos, locais de eventos e demais exigências, encontram-se descritas no Termo de Referência (Anexo I), que integra este edital para todos os fins.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e conforme disposto no Termo de Referência.

15.2. Compete ao fiscal designado acompanhar a execução do fornecimento, verificar a conformidade dos serviços prestados com as especificações estabelecidas e atestar o recebimento, quando atendidas as condições previstas.

15.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas no Termo de Referência.

16.2. Nos casos de contratação decorrente de Ata de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária específica será exigida no momento da emissão da Nota de Empenho.

17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1. A liquidação da despesa será realizada após o recebimento definitivo dos serviços, mediante verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos da legislação aplicável.

17.2. O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, mediante apresentação de documento fiscal válido, devidamente atestado pelo servidor responsável.

17.3. O pagamento observará a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. As condições detalhadas de liquidação e pagamento, incluindo prazos, critérios e requisitos, encontram-se estabelecidas nos itens específicos do Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

18.1. As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE encontram-se detalhadamente estabelecidas no Termo de Referência e instrumento contratual.

18.2. A execução das obrigações deverá observar integralmente as condições, prazos, especificações e demais disposições constantes no Termo de Referência e instrumento contratual.

18.3. Eventuais omissões ou dúvidas na execução do objeto serão dirimidas pela Administração, com base na legislação aplicável e nos princípios que regem as contratações públicas.

19. DO CONTRATO, CLÁUSULAS, INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO, EXECUÇÃO E EXTINÇÃO

19.1.1. A contratação decorrente deste certame será formalizada por meio de Nota de Empenho, Contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. A execução dos serviços deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência (Anexo I) e na proposta apresentada.

19.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução serão realizados por servidor designado pela Administração, nos termos da legislação aplicável.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

19.4. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas neste edital e na legislação aplicável.

19.5. A extinção da contratação poderá ocorrer nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 137 a 139, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.6. A Nota de Empenho ou instrumento equivalente vincula a contratada às condições estabelecidas neste edital, no Termo de Referência e na proposta apresentada.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. A não apresentação das informações ou documentos solicitados no prazo estabelecido poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme o caso.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.2.1. Na análise da documentação e no julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou profissionais especializados, quando necessário.

20.3. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário.

20.4. Todas as referências de tempo no edital, aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre as disposições deste edital e de seus anexos, prevalecerão aquelas constantes do Termo de Referência quanto às especificações técnicas do objeto, e as demais disposições do edital quanto às regras procedimentais.

20.11. *O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas:*





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 44/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

<https://www.gov.br/pncp/pt-br> , no portal de licitações Licitanet: <https://www.licitanet.com.br> e no Portal da Transparência do Município: <https://ouopretodoeste.ro.gov.br/>.

21. DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta licitação e dos atos dela resultantes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ouro Preto do Oeste, junho de 2026.

Emersson Douglas Xavier da Fonseca,
Assessor Especial Da Semcet

Andreza Justina Dias
Assessora Especial –SEMED

Francielli Luiza Silva Malaquias
Assessora Especial da SEMSAU

Manoel Henrique Santos de Souza
Assessor Especial -SEMINFRA





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital de Pregão Eletrônico	44	01/07/2026

ID:	1644162	Processo	Documento
CRC:	92F92457		
Processo:	1-1378/2026		
Usuário:	Ana Paula Bezerra de Miranda Oliveira		
Criação:	01/07/2026 12:54:48	Finalização:	01/07/2026 13:01:56

MD5:	01EEDA134F1FFD0C328EAFE0C88FC283
SHA256:	7EAC5673F90488AEFF95CD20C45E9949CC98734129E9706E22A83AC08BD2D11E

Súmula/Objeto:

Edital de Pregão Eletrônico - 44

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	OURO PRETO DO OESTE	RO	01/07/2026 12:54:48
---	---------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

ATENDIMENTO À DEMANDA DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO, PARA	01/07/2026 12:54:48
---	---------------------


ANEXOS

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA TERMO DE REFERENCIA ESTRUT xx	30/06/2026	1642625
ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA ANEXO II -MODELO DEC.	30/06/2026	1642626
ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA ANEXO III - MODELO PROPOSTA	30/06/2026	1642627
ANEXO IV DO EDITAL - MINUTA DE ARP ANEXO IV - MINUTA DE ARP	30/06/2026	1642628
ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO - SRP MINUTA DE CONTRATO 1378 YY	30/06/2026	1642629


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Juan Alex Testoni	Prefeito (a)	01/07/2026 13:08:00
--	--------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	01/07/2026 13:38:33
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Andreza Justina Dias	Assessor Especial da SEMED	01/07/2026 14:07:15
---	----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1644162 e o CRC 92F92457.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se do SRP – Sistema de Registro de Preços, com intenção de eventuais **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS (SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, PALCOS, ARQUIBANCADAS, BRINQUEDOS RECREATIVOS E OUTROS, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM)**, com a finalidade de atendimento às necessidades da Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da publicação da ata na imprensa oficial do Município.

1.2. Constitui objeto do presente Termo de Referência o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de locação de estruturas para eventos. A Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste, através das Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte-SEMCT, Secretaria Municipal de Saúde-SEMSAU, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura- SEMINFRA e Secretaria Municipal de Educação -SEMED, que promove as programações dos eventos do Município de nossa cidade, eventos que já são tradicionais no município e região.

1.3. A contratação de empresas é uma alternativa vantajosa, pois elas são versáteis e oferecem benefícios adicionais, como a montagem e desmontagem, realizadas pela empresa contratada. Além disso, não precisa se preocupar com o armazenamento e a higienização das estruturas, já que essas responsabilidades ficam a cargo da prestadora do serviço.

1.4. Para a contratação do objeto será adotada a modalidade de licitação denominada PREGÃO ELETRÔNICO, na forma eletrônica, com a utilização do Sistema de Registro de Preço, visando atender demandas futuras e eventuais pelo período estimado de doze (12) meses, em conformidade com os preceitos de direito público e, em especial as disposições da Lei 14.133/2021.

1.5. Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos indicados abaixo são estimativos e não vinculam a Administração à contratação integral, tampouco conferem direito subjetivo ao fornecedor, podendo a contratação ocorrer conforme a necessidade durante vigência da ata.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	TOTAL R\$
01	672.019.024	BANHEIROS CONTAINER MODULAR ADAPTADOS P/ PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA) E FRALDÁRIO: BANHEIROS CONTAINER ESPECIAIS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA), DEVENDO TER 02 DUAS CABINES PARA PCD MASCULINO / FEMININO COM 02 VASO SANITÁRIO COM BARRAS DE APOIO E 02 ESPAÇOS PARA FRALDÁRIO, CONTENDO 1 TROCADOR DE FRALDAS DOBRÁVEL INFANTIL, MEDIDA 70X45X90CM (LARGURA X COMPRIMENTO X ALTURA), A ESTRUTURA TAMBÉM DEVERÁ CONTER 1 LAVATÓRIO, CONTENDO PIA E TORNEIRA. TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZA	DIARIA	15	5.962,90	89.443,50



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		<p>DOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. 06 LIXEIRAS COM MÍNIMOS DE 20 LITROS CADA. BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W E 04 TOMADAS DE ENTRADA UNIVERSAL DE 110 VOLTS (A EMPRESA DEVERÁ REALIZAR O ATERRAMENTO ELÉTRICO DA ESTRUTURA). DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE BANHEIRO PCD/FRALDÁRIO; TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR ESPELHO, RESERVATÓRIO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA EM CADA LAVATÓRIO A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO. A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO DURANTE TODO O EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE</p>				
--	--	---	--	--	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS PCD/FRALDÁRIOS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
02	672.019.024	BANHEIROS CONTAINER MODULAR ADAPTADOS P/ PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA) E FRALDÁRIO: BANHEIROS CONTAINER ESPECIAIS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA), DEVENDO TER 02 DUAS CABINES PARA PCD MASCULINO / FEMININO COM 02 VASO SANITÁRIO COM BARRAS DE APOIO E 02 ESPAÇOS PARA FRALDÁRIO, CONTENDO 1 TROCADOR DE FRALDAS DOBRÁVEL INFANTIL, MEDIDA 70X45X90CM (LARGURA X COMPRIMENTO X ALTURA), A ESTRUTURA TAMBÉM DEVERÁ CONTER 1 LAVATÓRIO, CONTENDO PIA E TORNEIRA. TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. 06 LIXEIRAS COM MÍNIMOS DE 20 LITROS CADA. BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W E 04 TOMADAS DE ENTRADA UNIVERSAL DE 110 VOLTS (A EMPRESA DEVERÁ REALIZAR O ATERRAMENTO ELÉTRICO DA ESTRUTURA). DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE BANHEIRO PCD/FRALDÁRIO; TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR ESPELHO, RESERVATÓRIO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA EM CADA LAVATÓRIO A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE	DIARIA	05	5.962,90	29.814,50



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		<p>NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO. A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO DURANTE TODO O EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS PCD/FRALDÁRIOS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO.</p> <p>COTA EXCLUSIVA ME / EPP</p>				
03	672.019.023	<p>CONTÊNER MODULAR ADAPTADO PARA BANHEIROS MASCULINO E FEMININO CADA CONTAINER DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: CONTAINER MODULAR ADAPTADOR PARA BANHEIROS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA); DEVERÁ CONTER 6 (SEIS) CABINES COM VASOS SANITÁRIOS SENDO: 3 MASCULINA E 3 FEMININA E 04 (QUATRO) LAVATÓRIOS CONTENDO PIAS E TORNEIRAS; TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA</p>	DIARIA	53	5.895,57	312.465,21



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		<p>CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE MASCULINO OU FEMININO, CONFORME INDICADO PELA CONTRATANTE. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. CADA BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W. TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR 02 RESERVATÓRIOS DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO NAS CABINES SANITÁRIAS, 8 LIXEIRAS DE NO MÍNIMO 20 LITROS, PAPEL TOALHA E 2 ESPELHOS DE NO MÍNIMO 1,20 M2 A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO; A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO POR CONTAINER DURANTE TODO DIA DO EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE</p>				
--	--	---	--	--	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		INSTALAÇÃO DOS BANHEIROS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
04	672.019.023	CONTÊNER MODULAR ADAPTADO PARA BANHEIROS MASCULINO E FEMININO CADA CONTAINER DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: CONTAINER MODULAR ADAPTADOR PARA BANHEIROS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA); DEVERÁ CONTER 6 (SEIS) CABINES COM VASOS SANITÁRIOS SENDO: 3 MASCULINA E 3 FEMININA E 04 (QUATRO) LAVATÓRIOS CONTENDO PIAS E TORNEIRAS; TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE MASCULINO OU FEMININO, CONFORME INDICADO PELA CONTRATANTE. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. CADA BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W. TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR 02 RESERVATÓRIOS DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO NAS CABINES SANITÁRIAS, 8 LIXEIRAS DE NO MÍNIMO 20 LITROS, PAPEL TOALHA E 2 ESPELHOS DE NO MÍNIMO 1,20 M2 A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO; A FORNECEDORA DEVERÁ MANter 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO POR CONTAINER	DIARIA	17	5.895,57	100.224,69



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		DURANTE TODO DIA DO EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS BANHEIROS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
05	672.019.003	CONTRATAÇÃO DE ESTRUTURA COMPOSTA POR 04 (QUATRO) TENDAS EM ESTRUTURA METÁLICA, MODELO PIRAMIDAL, MEDINDO 10 M X 10 M (100 M² CADA), TOTALIZANDO 400 M², COM COBERTURA EM LONA VINÍLICA NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL E COM PROTEÇÃO UV. A ESTRUTURA DEVERÁ CONTEMPLAR SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO COM 20 (VINTE) APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DE 12.000 BTUS, DOTADOS DE CONTROLE REMOTO INDIVIDUAL, DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE, SENDO 05 (CINCO) UNIDADES POR TENDA, ALÉM DE 04 (QUATRO) CORTINAS DE AR INSTALADAS SOBRE AS PORTAS, COM SISTEMA DE CONTROLE. DEVERÁ INCLUIR AINDA A MONTAGEM DE 40 (QUARENTA) STANDS MEDINDO 3 M X 2 M (6 M² CADA), COM DIVISÓRIAS	DIARIA	12	13.191,31	158.295,72



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

	<p>MODULARES, SENDO 20 (VINTE) METROS LINEARES EM MATERIAL TRANSPARENTE (ACRÍLICO OU VIDRO) E O RESTANTE EM PAINÉIS OPACOS. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR 04 (QUATRO) PORTAS DE CORRER TRANSPARENTES, MEDINDO 2 M X 2 M CADA, SENDO 02 (DUAS) FRONTAIS E 02 (DUAS) TRASEIRAS, DEVIDAMENTE CENTRALIZADAS. DEVERÁ SER FORNECIDO PISO ELEVADO NIVELADOR COM ÁREA DE 150 M², BEM COMO CARPETE EM ÁREA TOTAL DE 750 M². AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DEVERÃO CONTEMPLAR 40 (QUARENTA) PONTOS ELÉTRICOS INDIVIDUAIS, SENDO 01 (UM) POR STAND, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE TOMADAS 110V E 220V, SOQUETES PARA ILUMINAÇÃO, NO MÍNIMO 40 (QUARENTA) PONTOS DE ILUMINAÇÃO EM LED E NO MÍNIMO 08 (OITO) LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA. A ESTRUTURA DEVERÁ AINDA CONTER SISTEMA HIDRÁULICO COM 40 (QUARENTA) PONTOS INDIVIDUAIS, INCLUINDO PIA, TORNEIRA, SISTEMA DE ABASTECIMENTO E ESCOAMENTO. DEVERÃO SER FORNECIDAS 40 (QUARENTA) LIXEIRAS INDIVIDUAIS, ALÉM DE LIXEIRAS ADICIONAIS PARA ÁREAS COMUNS. POR FIM, DEVERÁ CONTEMPLAR NO MÍNIMO 06 (SEIS) EXTINTORES DE INCÊNDIO DO TIPO PQS OU CO, DEVIDAMENTE DISTRIBUÍDOS CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA. DEVERÁ AINDA ABRANGER O FORNECIMENTO INTEGRAL DE TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS, TAIS COMO ELETRICISTA, ENCANADOR, TÉCNICOS E OPERADORES, INCLUINDO A APRESENTAÇÃO DE ART E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES LEGAIS EXIGIDAS. A EXECUÇÃO DEVERÁ</p>				
--	--	--	--	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		OCORRER EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, CONTEMPLANDO MANUTENÇÃO DURANTE TODO O PERÍODO DO EVENTO, ALÉM DO CUSTEIO DE TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DA EQUIPE ENVOLVIDA. A MONTAGEM DEVERÁ SEGUIR LAYOUT PREVIAMENTE FORNECIDO, SENDO QUE TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR EM PERFEITO FUNCIONAMENTO, CABENDO À EMPRESA GARANTIR A SEGURANÇA, ESTABILIDADE E ADEQUADO DESEMPENHO DAS ESTRUTURAS, DEVENDO QUALQUER FALHA SER CORRIGIDA IMEDIATAMENTE. A ESTRUTURA DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE MONTADA, TESTADA E EM PLENO FUNCIONAMENTO NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS ANTES DO INÍCIO DO EVENTO, DE FORMA A POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE EVENTUAIS AJUSTES TÉCNICOS, INSPEÇÕES E VALIDAÇÕES NECESSÁRIAS PELA EQUIPE RESPONSÁVEL. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
06	672.019.003	CONTRATAÇÃO DE ESTRUTURA COMPOSTA POR 04 (QUATRO) TENDAS EM ESTRUTURA METÁLICA, MODELO PIRAMIDAL, MEDINDO 10 M X 10 M (100 M² CADA), TOTALIZANDO 400 M², COM COBERTURA EM LONA VINÍLICA NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL E COM PROTEÇÃO UV. A ESTRUTURA DEVERÁ CONTEMPLAR SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO COM 20 (VINTE) APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DE 12.000 BTUS, DOTADOS DE CONTROLE REMOTO INDIVIDUAL, DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE, SENDO 05 (CINCO) UNIDADES POR TENDA, ALÉM DE 04 (QUATRO) CORTINAS DE AR INSTALADAS SOBRE AS PORTAS, COM SISTEMA DE CONTROLE. DEVERÁ INCLUIR AINDA A MONTAGEM DE 40	DIARIA	03	13.191,31	39.573,93



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		<p>(QUARENTA) STANDS MEDINDO 3 M X 2 M (6 M² CADA), COM DIVISÓRIAS MODULARES, SENDO 20 (VINTE) METROS LINEARES EM MATERIAL TRANSPARENTE (ACRÍLICO OU VIDRO) E O RESTANTE EM PAINÉIS OPACOS. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR 04 (QUATRO) PORTAS DE CORRER TRANSPARENTES, MEDINDO 2 M X 2 M CADA, SENDO 02 (DUAS) FRONTAIS E 02 (DUAS) TRASEIRAS, DEVIDAMENTE CENTRALIZADAS. DEVERÁ SER FORNECIDO PISO ELEVADO NIVELADOR COM ÁREA DE 150 M², BEM COMO CARPETE EM ÁREA TOTAL DE 750 M². AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DEVERÃO CONTEMPLAR 40 (QUARENTA) PONTOS ELÉTRICOS INDIVIDUAIS, SENDO 01 (UM) POR STAND, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE TOMADAS 110V E 220V, SOQUETES PARA ILUMINAÇÃO, NO MÍNIMO 40 (QUARENTA) PONTOS DE ILUMINAÇÃO EM LED E NO MÍNIMO 08 (OITO) LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA. A ESTRUTURA DEVERÁ AINDA CONTER SISTEMA HIDRÁULICO COM 40 (QUARENTA) PONTOS INDIVIDUAIS, INCLUINDO PIA, TORNEIRA, SISTEMA DE ABASTECIMENTO E ESCOAMENTO. DEVERÃO SER FORNECIDAS 40 (QUARENTA) LIXEIRAS INDIVIDUAIS, ALÉM DE LIXEIRAS ADICIONAIS PARA ÁREAS COMUNS. POR FIM, DEVERÁ CONTEMPLAR NO MÍNIMO 06 (SEIS) EXTINTORES DE INCÊNDIO DO TIPO PQS OU CO, DEVIDAMENTE DISTRIBUÍDOS CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA. DEVERÁ AINDA ABRANGER O FORNECIMENTO INTEGRAL DE TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS, TAIS COMO ELETRICISTA, ENCANADOR, TÉCNICOS E OPERADORES, INCLUINDO A APRESENTAÇÃO DE ART</p>				
--	--	---	--	--	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES LEGAIS EXIGIDAS. A EXECUÇÃO DEVERÁ OCORRER EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, CONTEMPLANDO MANUTENÇÃO DURANTE TODO O PERÍODO DO EVENTO, ALÉM DO CUSTEIO DE TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DA EQUIPE ENVOLVIDA. A MONTAGEM DEVERÁ SEGUIR LAYOUT PREVIAMENTE FORNECIDO, SENDO QUE TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR EM PERFEITO FUNCIONAMENTO, CABENDO À EMPRESA GARANTIR A SEGURANÇA, ESTABILIDADE E ADEQUADO DESEMPENHO DAS ESTRUTURAS, DEVENDO QUALQUER FALHA SER CORRIGIDA IMEDIATAMENTE. A ESTRUTURA DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE MONTADA, TESTADA E EM PLENO FUNCIONAMENTO NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS ANTES DO INÍCIO DO EVENTO, DE FORMA A POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE EVENTUAIS AJUSTES TÉCNICOS, INSPEÇÕES E VALIDAÇÕES NECESSÁRIAS PELA EQUIPE RESPONSÁVEL. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
07	672.019.029	FECHAMENTO LATERAL (03 LADOS) PARA TENDA 10X10M , EM LONA UV NA COR BRANCA, COM INSTALAÇÃO	DIARIA	40	121,00	4.840,00
08	672.019.028	FECHAMENTO LATERAL (03 LADOS) PARA TENDA 5X5M , EM LONA UV NA COR BRANCA, COM INSTALAÇÃO	DIARIA	60	81,39	4.883,40
09	672.019.046	GIRO RADICAL BIFÁSICO 127V COM COLCHÃO INFLÁVEL 5 METROS DE LARGURA POR 5 METROS DE CUMPRIMENTO E 1,10 METROS DE ALTURA, CONFECCIONADO EM LONA KP1000 E KP1100 COLORIDA, FEITO COM SOLDA ELETRÔNICA, ACOMPANHADO DE 01 MAQUINÁRIO COM BASE, 01 EIXOS CENTRAL COM DOBRA DIÇAS, BASTÕES COM ARTICULAÇÕES, QUADRO DE COMANDO E SUPORTE, 01 SOPRADOR	DIARIA	10	2.826,67	28.266,70



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		DE AR (MOTOR). MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.				
10	672.019.022	GRADES DE TRELIÇAS EM ALUMÍNIO Q30, PARA PORTAIS, BACKDROP E SUSTENTAÇÃO DE BANNER, DECORAÇÃO, LOCADA COM SAPATAS DE SUSTENTAÇÃO E CUBOS, COM NO MÍNIMO 30CM DE DIÂMETRO, COM PÉS PARA SUSTENTAÇÃO COM NO MÍNIMO 1,00X1,00 M. A ESTRUTURA DEVE SER MONTADA COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO ESTAQUEADO COM CABO DE AÇO. SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO ASSINADA PELO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE - ART E TAXA DO CREA PAGA E DEMAIS AUTORIZAÇÕES E DISPOSITIVOS LEGAIS, QUANDO FOR O CASO, CONFORME A LEGISLAÇÃO. TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE.	DIARIA	200	58,13	11.626,00
11	672.019.027	LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA EM AÇO GALVANIZADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 400KG M², MEDINDO NO MÍNIMO DE 30 M DE COMPRIMENTO POR 2,5 M, COM TRÊS DEGRAUS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 200 PESSOAS SENTADAS, COM MATERIAL TOTALMENTE LEGALIZADO PELO CREA E LAUDO TÉCNICO EXPEDIDO PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL. MONTADO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE. AMPLA PARTICIPAÇÃO	DIARIA	18	3.649,67	65.694,06
12	672.019.027	LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA EM AÇO GALVANIZADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 400KG M², MEDINDO NO MÍNIMO DE 30 M DE	DIARIA	06	3.649,67	21.898,02



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		COMPRIMENTO POR 2,5 M, COM TRÊS DEGRAUS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 200 PESSOAS SENTADAS, COM MATERIAL TOTALMENTE LEGALIZADO PELO CREA E LAUDO TÉCNICO EXPEDIDO PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL. MONTADO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
13	672.019.021	LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA EM AÇO GALVANIZADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 600KG M ² , MEDINDO NO MÍNIMO DE 30 M DE COMPRIMENTO POR 5 M, COM CINCO DE GRAUS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 PESSOAS SENTADAS, COM MATERIAL TOTALMENTE LEGALIZADO PELO CREA E LAUDO TÉCNICO EXPEDIDO PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL. MONTADO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE DEVERÁ SER ASSEGURADO ESPAÇO RESERVADO PARA PESSOAS CADEIRANTES E ACOMPANHANTES, COM ACESSO POR RAMPA OU ÁREA NIVELADA, GARANTINDO VISIBILIDADE E SEGURANÇA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DE ACESSIBILIDADE. AMPLA PARTICIPAÇÃO	DIARIA	6	11.325,53	67.953,18
14	672.019.021	LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA EM AÇO GALVANIZADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 600KG M ² , MEDINDO NO MÍNIMO DE 30 M DE COMPRIMENTO POR 5 M, COM CINCO DE GRAUS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 PESSOAS SENTADAS, COM MATERIAL TOTALMENTE LEGALIZADO PELO CREA E LAUDO TÉCNICO EXPEDIDO PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL. MONTADO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE DEVERÁ SER ASSEGURADO ESPAÇO RESERVADO PARA PESSOAS CADEIRANTES E ACOMPANHANTES, COM ACESSO POR RAMPA OU ÁREA NIVELADA,	DIARIA	2	11.325,53	22.651,06



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		GARANTINDO VISIBILIDADE E SEGURANÇA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DE ACESSIBILIDADE. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
15	672.019.034	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIO QUÍMICO INDIVIDUAL , PORTÁTEIS, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLÚCIDO, DIMENSÃO MÍNIMAS DE 1,10M DE FRENTE X 1,10 M DE FUNDO X 2,10 DE ALTURA, COMPOSTO DE CAIXA DE DEJETO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, FECHAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO DE OCUPADO PARA USO DO PÚBLICO EM GERAL, COM NO MÍNIMO 1 (UM) PONTO DE LUMINÁRIA, COM LÂMPADAS FLUORESCENTES DE NO MÍNIMO 40W. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE. AMPLA PARTICIPAÇÃO	DIARIA	300	449,67	134.901,00
16	672.019.034	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIO QUÍMICO INDIVIDUAL , PORTÁTEIS, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLÚCIDO, DIMENSÃO MÍNIMAS DE 1,10M DE FRENTE X 1,10 M DE FUNDO X 2,10 DE ALTURA, COMPOSTO DE CAIXA DE DEJETO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, FECHAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO DE OCUPADO PARA USO DO PÚBLICO EM GERAL, COM NO MÍNIMO 1 (UM) PONTO DE LUMINÁRIA, COM LÂMPADAS FLUORESCENTES DE NO MÍNIMO 40W. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	100	449,67	44.967,00
17	672.019.035	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIO QUÍMICOS PARA PESSOAS PCD (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA) , CONFORME LEI 10.098/2000, COM CABINE EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INCLUINDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ILUMINAÇÃO INTERNA,	DIARIA	139	454,67	63.199,13



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		PORTA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO E INDICAÇÃO EXTERNA DE ABERTO/FECHADO, PRODUTOS QUÍMICOS, PAPEL HIGIÊNICO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA. DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
18	672.019.035	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIO QUÍMICOS PARA PESSOAS PCD (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA), CONFORME LEI 10.098/2000, COM CABINE EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INCLUINDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO E INDICAÇÃO EXTERNA DE ABERTO/FECHADO, PRODUTOS QUÍMICOS, PAPEL HIGIÊNICO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA. DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	46	454,67	20.914,82
19	672.019.010	LOCAÇÃO DE CAMARIM: COM NO MÍNIMO DE 5MX5M DE MEDIDA INTERNA, EM PLACA DE TS E ALUMÍNIO, COM AR-CONDICIONADO, COM INSTALAÇÃO DE (04) PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (03 TOMADAS UNIVERSAL 110V E 01 TOMADA 220V) E (03) PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS FLUORESCENTES) DE NO MÍNIMO 45 WATS, COM PISO EM COMPENSADO NAVAL DE NO MÍNIMO 20MM E ENCAPETADO NA COR PRETA, COBERTO COM TENDA EM ESTRUTURA METÁLICA, COM PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 3 METROS DE ALTURA, NÃO PODENDO HAVER EM HIPÓTESE ALGUMA, GOTEIRAS EM SEU INTERIOR. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO, ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO,	DIARIA	18	5.999,67	107.994,06



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		MONTAGEM, DESMONTAGEM, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA, BEM COMO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO BOM FUNCIONAMENTO DO AR-CONDICIONADO. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 CAMARIM. OBS: A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DOIS CAMARINS NO MESMO DIA DE EVENTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
20	672.019.010	LOCAÇÃO DE CAMARIM: COM NO MÍNIMO DE 5MX5M DE MEDIDA INTERNA, EM PLACA DE TS E ALUMÍNIO, COM AR-CONDICIONADO, COM INSTALAÇÃO DE (04) PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (03 TOMADAS UNIVERSAL 110V E 01 TOMADA 220V) E (03) PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS FLUORESCENTES) DE NO MÍNIMO 45 WATS, COM PISO EM COMPENSADO NAVAL DE NO MÍNIMO 20MM E ENCAPETADO NA COR PRETA, COBERTO COM TENDA EM ESTRUTURA METÁLICA, COM PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 3 METROS DE ALTURA, NÃO PODENDO HAVER EM HIPÓTESE ALGUMA, GOTEIRAS EM SEU INTERIOR. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO, ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA, BEM COMO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO BOM FUNCIONAMENTO DO AR-	DIARIA	06	5.999,67	35.998,02



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		CONDICIONADO. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 CAMARIM. OBS: A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DOIS CAMARINS NO MESMO DIA DE EVENTO. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
21	672.019.018	LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR: TAMANHO MÉDIO, EVAPORATIVO, COM EVAPORIZADOR DE ÁGUA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MÁQUINA BIFÁSICA, UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA), CONTROLE DE ROTAÇÃO, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, 220V, 60HZ, EM PERFEITO FUNCIONAMENTO MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. LOCAÇÃO 01 CLIMATIZADOR (CONFORME DESCRITO ACIMA) A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DOIS OU MAIS CLIMATIZADORES NO MESMO EVENTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO	DIARIA	114	811,07	92.461,98
22	672.019.018	LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR: TAMANHO MÉDIO, EVAPORATIVO, COM EVAPORIZADOR DE ÁGUA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MÁQUINA BIFÁSICA, UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA), CONTROLE DE ROTAÇÃO, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, 220V, 60HZ, EM PERFEITO FUNCIONAMENTO MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. LOCAÇÃO 01 CLIMATIZADOR (CONFORME DESCRITO ACIMA) A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE	DIARIA	38	811,07	30.820,66



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		DOIS OU MAIS CLIMATIZADORES NO MESMO EVENTO. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
23	672.019.041	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS PARA FIXAÇÃO DE BANNER: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS (MODELOS P30 OU P38), DESTINADA À SUSTENTAÇÃO DE BANNER/PAINEL, NAS DIMENSÕES DE 3,00 M DE LARGURA POR 4,00 M DE ALTURA , COM FORNECIMENTO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM NO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE. A CONTRATAÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR, OBRIGATORIAMENTE: FORNECIMENTO DE BANNER EM LONA DE ALTA DEFINIÇÃO, MEDINDO 3,00 M (LARGURA) X 4,00 M (ALTURA); ACABAMENTO COM ILHOSES METÁLICOS, ADEQUADOS PARA FIXAÇÃO SEGURA E TENSIONAMENTO UNIFORME NA ESTRUTURA; MONTAGEM, INSTALAÇÃO, FIXAÇÃO E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA E DO BANNER; GARANTIA DE ESTABILIDADE, SEGURANÇA ESTRUTURAL E PERFEITO NIVELAMENTO DURANTE TODO O PERÍODO DE UTILIZAÇÃO; TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA POR CONTA DA CONTRATADA. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	20	3.650,10	73.002,00
24	672.019.042	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA TIPO TRELIÇA PARA BACKDROP: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM ALUMÍNIO, TIPO TRELIÇA MODELO Q25 (FORMATO TRAVE), DESTINADA À SUSTENTAÇÃO DE BANNER/PAINEL FOTOGRÁFICO, MEDINDO 3,00 M DE ALTURA POR 2,00 M DE LARGURA , DEVIDAMENTE MONTADA E INSTALADA NO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, A CONTRATAÇÃO DEVERÁ INCLUIR,	DIARIA	20	1.342,36	26.847,20



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		OBRIGATORIAMENTE: FORNECIMENTO DE BANNER EM LONA DE ALTA DEFINIÇÃO, COM DIMENSÕES DE 2,00 M (LARGURA) X 3,00 M (ALTURA); ACABAMENTO COM ILHOSES METÁLICOS, ADEQUADOS PARA FIXAÇÃO SEGURA NA ESTRUTURA; MONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA NO LOCAL DO EVENTO; GARANTIA DE ESTABILIDADE, SEGURANÇA E ADEQUADO TENSIONAMENTO DO BANNER. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.				
25	672.019.026	LOCAÇÃO DE GRADES DE ISOLAMENTO E PROTEÇÃO EM AÇO GALVANIZADO: COM SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, CONTENDO APROXIMADAMENTE AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES 1,20 DE ALTURA X 2,00 DE COMPRIMENTO, COM CANTOS ARREDONDADOS. AMPLA PARTICIPAÇÃO	DIARIA	900	78,61	70.749,00
26	672.019.026	LOCAÇÃO DE GRADES DE ISOLAMENTO E PROTEÇÃO EM AÇO GALVANIZADO: COM SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, CONTENDO APROXIMADAMENTE AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES 1,20 DE ALTURA X 2,00 DE COMPRIMENTO, COM CANTOS ARREDONDADOS. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	300	78,61	23.583,00
27	672.019.013	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL PARA EVENTOS DE MÉDIO PORTE: CONTENDO NO MÍNIMO 12 (DOZE) MOVING HEAD BEAM 200 7R OU SUPERIOR, 01 (UMA) MÁQUINA DE FUMAÇA DMX COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.500 WATTS COM FAN, 24 (VINTE E QUATRO) CANHÕES PAR LED 3W RGBWA, 04 (QUATRO) STR OBOS DE LED, 04 (QUATRO) MINI BRUT COM 04 LÂMPADAS, 06 (SEIS) LÂMPADAS PAR 64 FOCO 5, 04 (QUATRO) ELIPSÓIDAI COM FOCO E ÍRIS, MESA CONTROLADORA DIGITAL	DIARIA	12	7.440,00	89.280,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, 01 (UM) RACK DIMMER COM NO MÍNIMO 12 CANAIS E SAÍDA DE 4 KVA, GRIDE EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q30 OU SUPERIOR MEDINDO NO MÍNIMO 06M X 06M, COM TODO CABEAMENTO, ACESSÓRIOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
28	672.019.013	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL PARA EVENTOS DE MÉDIO PORTE: CONTENDO NO MÍNIMO 12 (DOZE) MOVING HEAD BEAM 200 7R OU SUPERIOR, 01 (UMA) MÁQUINA DE FUMAÇA DMX COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.500 WATTS COM FAN, 24 (VINTE E QUATRO) CANHÕES PAR LED 3W RGBWA, 04 (QUATRO) STR OBOS DE LED, 04 (QUATRO) MINI BRUT COM 04 LÂMPADAS, 06 (SEIS) LÂMPADAS PAR 64 FOCO 5, 04 (QUATRO) ELIPSOIDAIAS COM FOCO E ÍRIS, MESA CONTROLADORA DIGITAL COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, 01 (UM) RACK DIMMER COM NO MÍNIMO 12 CANAIS E SAÍDA DE 4 KVA, GRIDE EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q30 OU SUPERIOR MEDINDO NO MÍNIMO 06M X 06M, COM TODO CABEAMENTO, ACESSÓRIOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	04	7.440,00	29.760,00
29	672.019.015	LOCAÇÃO DE PALCO DE MÉDIO PORTE, MEDINDO 08X08 M: COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA, PISO EM ALUMÍNIO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,5M EM RELAÇÃO AO SOLO, FECHAMENTO COM GRADES DE CONTENÇÃO NAS LATERAIS E FUNDO, REVESTIMENTO EM CARPETE, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES CONFORME AS NORMAS DE	DIARIA	14	9.231,67	129.243,38



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		ACESSIBILIDADE VIGENTES, E EXTINTORES DE INCÊNDIO TIPO CO2. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR DOCUMENTAÇÃO DO CREA /ART, COM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, BEM COMO A DEVIDA VISTORIA E LIBERAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. MONTAGEM CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
30	672.019.015	LOCAÇÃO DE PALCO DE MÉDIO PORTE, MEDINDO 08X08 M: COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA, PISO EM ALUMÍNIO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,5M EM RELAÇÃO AO SOLO, FECHAMENTO COM GRADES DE CONTENÇÃO NAS LATERAIS E FUNDO, REVESTIMENTO EM CARPETE, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES CONFORME AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE VIGENTES, E EXTINTORES DE INCÊNDIO TIPO CO2. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR DOCUMENTAÇÃO DO CREA /ART, COM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, BEM COMO A DEVIDA VISTORIA E LIBERAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. MONTAGEM CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	04	9.231,67	36.926,68
31	672.019.016	LOCAÇÃO DE PALCO DE PEQUENO PORTE, MEDINDO 06X06 M: COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA, PISO EM ALUMÍNIO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,5M EM RELAÇÃO AO SOLO, FECHAMENTO COM GRADES DE CONTENÇÃO NAS LATERAIS E FUNDO, REVESTIDO COM CARPETE, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES CONFORME NORMAS DE ACESSIBILIDADE VIGENTES, E EXTINTORES DE INCÊNDIO TIPO CO2. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR	DIARIA	21	6.023,33	126.489,93



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		DOCUMENTAÇÃO DO CREA/A RT, COM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, BEM COMO A DEVIDA VISTORIA E LIBERAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. MONTAGEM CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
32	672.019.016	LOCAÇÃO DE PALCO DE PEQUENO PORTE, MEDINDO 06X06 M: COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA, PISO EM ALUMÍNIO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,5M EM RELAÇÃO AO SOLO, FECHAMENTO COM GRADES DE CONTENÇÃO NAS LATERAIS E FUNDO, REVESTIDO COM CARPETE, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES CONFORME NORMAS DE ACESSIBILIDADE VIGENTES, E EXTINTORES DE INCÊNDIO TIPO CO2. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR DOCUMENTAÇÃO DO CREA/A RT, COM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, BEM COMO A DEVIDA VISTORIA E LIBERAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. MONTAGEM CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	07	6.023,33	42.163,31
33	672.019.051	LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES TIPO CAMA ELÁSTICA REDONDA COM 4.30 DIÂMETRO. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	10	868,04	8.680,40
34	672.019.044	LOCAÇÃO DE TENDA EM ESTRUTURA METÁLICA EM LONA UV NA COR BRANCA, MEDINDO 10M X 10M, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA; ESTRUTURA METÁLICA. AS TENDAS DEVERÃO SER MONTADAS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	12	4.766,67	57.200,04



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

35	672.019.007	<p>LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL COM CALHAS: CADA TENDA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, CAPACIDADE PARA 70 PESSOAS, COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE COM 10M X 10M DE MEDIDA INTERNA, ESTRUTURA DE FERRO NA COR BRANCA PARA FECHAMENTOS LATERAIS, PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 03 METROS DE ALTURA, PODENDO SER ALONGADA EM ATÉ 50 CM DE COMPRIMENTO, COBERTURA DE LONA TÉRMICA ANTI CHAMA NA COR BRANCA, COM FECHAMENTO LATERAL (03) LADOS, (05) CINCO PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (TOMADAS UNIVERSAIS- 110V E 2 20V) E (05) PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS FLUORESCENTES) DE NO MÍNIMO 45 WATTS CADA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A INSTALAÇÃO ELÉTRICA E O ESCOAMENTO DE ÁGUA DAS CALHAS, NÃO ADMITINDO- SE EM HIPÓTESE ALGUMA, GOTEIRAS EM SEU INTERIOR. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 TENDAS 10M X 10M X 01 DIAS. OBS: A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DUAS OU MAIS TENDAS NO MESMO EVENTO.</p> <p>AMPLA PARTICIPAÇÃO</p>	DIARIA	211	6.799,67	1.434.730,37
----	-------------	---	--------	-----	----------	--------------



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

36	672.019.007	<p>LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL COM CALHAS: CADA TENDA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, CAPACIDADE PARA 70 PESSOAS, COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE COM 10M X 10M DE MEDIDA INTERNA, ESTRUTURA DE FERRO NA COR BRANCA PARA FECHAMENTOS LATERAIS, PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 03 METROS DE ALTURA, PODENDO SER ALONGADA EM ATÉ 50 CM DE COMPRIMENTO, COBERTURA DE LONA TÉRMICA ANTI CHAMA NA COR BRANCA, COM FECHAMENTO LATERAL (03) LADOS, (05) CINCO PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (TOMADAS UNIVERSAIS- 110V E 2 20V) E (05) PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS FLUORESCENTES) DE NO MÍNIMO 45 WATTS CADA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A INSTALAÇÃO ELÉTRICA E O ESCOAMENTO DE ÁGUA DAS CALHAS, NÃO ADMITINDO- SE EM HIPÓTESE ALGUMA, GOTEIRAS EM SEU INTERIOR. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 TENDAS 10M X 10M X 01 DIAS. OBS: A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DUAS OU MAIS TENDAS NO MESMO EVENTO.</p> <p>COTA EXCLUSIVA ME / EPP</p>	DIARIA	70	6.799,67	475.976,90
----	-------------	--	--------	----	----------	------------



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

37	672.019.008	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL: CADA TENDA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE DE 5MX5M DE MEDIDA INTERNA , ESTRUTURA METÁLICA, COM PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 3 METROS DE ALTURA, PODENDO SER ALONGADA EM ATÉ 50 CM DE COMPRIMENTO, COBERTURA DE LONA TÉRMICA NA COR BRANCA, COM FECHAMENTO LATERAL (03)LADOS, COM INSTALAÇÃO DE (04) PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (TOMADA UNIVERSAL 110V E 220V) E (02)PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS) DE NO MÍNIMO 20WATTS CADA. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO, ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DE EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 TENDA 5M X 5M OBS:A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DUAS OU MAIS TENDAS NO MESMO EVENTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO	DIARIA	304	1.450,00	440.800,00
38	672.019.008	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL: CADA TENDA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE DE 5MX5M DE MEDIDA INTERNA , ESTRUTURA METÁLICA, COM PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 3 METROS DE ALTURA, PODENDO SER ALONGADA	DIARIA	101	1.450,00	146.450,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		EM ATÉ 50 CM DE COMPRIMENTO, COBERTURA DE LONA TÉRMICA NA COR BRANCA, COM FECHAMENTO LATERAL (03) LADOS, COM INSTALAÇÃO DE (04) PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (TOMADA UNIVERSAL 110V E 220V) E (02) PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS) DE NO MÍNIMO 20WATTS CADA. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO, ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DE EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 TENDA 5M X 5M OBS: A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DUAS OU MAIS TENDAS NO MESMO EVENTO. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
39	672.019.012	LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL DE GRANDE PORTE, COM PADRÃO PROFISSIONAL COMPATÍVEL COM RIDERS TÉCNICOS DE ARTISTAS NACIONAIS E APRESENTAÇÕES DE GRANDE PORTE. O SISTEMA DEVERÁ CONTER, NO MÍNIMO 36 (TRINTA E SEIS) MOVING HEAD BEAM 300 9R OU SUPERIOR, OU EQUIPAMENTO EQUIVALENTE EM DESEMPENHO TÉCNICO, CAPACIDADE LUMINOSA E QUALIDADE PROFISSIONAL, COMPATÍVEL COM RIDERS TÉCNICOS DE ARTISTAS NACIONAIS; 02 (DUAS) MÁQUINAS DE	DIARIA	21	31.207,95	655.366,95



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		FUMAÇA DE NO MÍNIMO 3000 WATTS, PADRÃO DMX, COM FAN; 48 (QUARENTA E OITO) CANHÕES PAR LED 3W RGBWA; 09 (NOVE) ATOMIC LED; 12 (DOZE) LÂMPADAS PAR 64 FOCO 5; 07 (SETE) ELIPSOIDAI S COM FOCO E ÍRIS; 04 (QUATRO) STROBOS DE LED; 04 (QUATRO) MINI BRUT COM 06 LÂMPADAS; MESA CONTROLADORA DIGIT AL MA COMMAND WING + FADER OU EQUIVALENTE TÉCNICO COMPATÍVEL C OM RIDERS NACIONAIS; 02 (DOIS) RACKS DIMMER 12 CANAIS COM SAÍDA MÍNIMA DE 4 KVA; GRIDE QUADRADO DE TRELIÇA EM ALUMÍNIO Q50 MEDINDO NO MÍNIMO 09M X 09M, MAIS 02 (DUAS) LINHA S DE TRELIÇAS DE 09M AO MEIO; INCLUSO TODO CABEAMENTO, ACESSÓRIOS, EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO TÉCNICA, SUPORTE OPERACIONAL, SEGURANÇA E ARTs NECESSÁRIAS AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DURANTE O EVENTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
40	672.019.012	LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL DE GRANDE PORTE, COM PADRÃO PROFISSIONAL COMPATÍVEL COM RIDERS TÉCNICOS DE ARTISTAS NACIONAIS E APRESENTAÇÕES DE GRANDE PORTE. O SISTEMA DEVERÁ CONTER, NO MÍNIMO 36 (TRINTA E SEIS) MOVING HEAD BEAM 300 9R OU SUPERIOR, OU EQUIPAMENTO EQUIVALENTE EM DESEMPENHO TÉCNICO, CAPACIDADE LUMINOSA E QUALIDADE PROFISSIONAL, COMPATÍVEL COM RIDERS TÉCNICOS DE ARTISTAS NACIONAIS; 02 (DUAS) MÁQUINAS DE FUMAÇA DE NO MÍNIMO 3000 WATTS, PADRÃO DMX, COM FAN; 48 (QUARENTA E OITO) CANHÕES PAR	DIARIA	07	31.207,95	218.455,65



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		LED 3W RGBWA; 09 (NOVE) ATOMIC LED; 12 (DOZE) LÂMPADAS PAR 64 FOCO 5; 07 (SETE) ELIPSOIDAI COM FOCO E ÍRIS; 04 (QUATRO) STROBOS DE LED; 04 (QUATRO) MINI BRUT COM 06 LÂMPADAS; MESA CONTROLADORA DIGITAL MA COMMAND WING + FADER OU EQUIVALENTE TÉCNICO COMPATÍVEL COM RIDERS NACIONAIS; 02 (DOIS) RACKS DIMMER 12 CANAIS COM SAÍDA MÍNIMA DE 4 KVA; GRIDE QUADRADO DE TRELIÇA EM ALUMÍNIO Q50 MEDINDO NO MÍNIMO 09M X 09M, MAIS 02 (DUAS) LINHAS DE TRELIÇAS DE 09M AO MEIO; INCLUSO TODO CABEAMENTO, ACESSÓRIOS, EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO TÉCNICA, SUPORTE OPERACIONAL, SEGURANÇA E ARTs NECESSÁRIAS AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DURANTE O EVENTO. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
41	672.019.032	LOCAÇÃO DE CADEIRA, COR BRANCA PLÁSTICA/PVC, SEM BRAÇO.	DIARIA	200	5,29	1.058,00
42	672.019.033	LOCAÇÃO DE CAIXA TÉRMICA COM CAPACIDADE MINIMA DE 190 LITROS.	DIARIA	66	126,78	8.367,48
43	672.019.019	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM PROFISSIONAL: MÉDIO PORTE COMPLETO , COM NO MÍNIMO 08 (OITO) CAIXAS SISTEMA FLY LINE ARRAY 210 COM MÉDIO E AGUDO CONTENDO NO MÍNIMO 2 (DOIS) FALANTES 10" E 02 DRIVES POR LINE, MÍNIMO 6 (SEIS) CAIXAS SUBWOOFER COM FALANTES DE 18" DE NO MÍNIMO 4000 WATTS DE POTÊNCIA CADA CAIXA, TODAS AS CAIXAS COM SEUS DEVIDOS CABEAMENTOS, AMPLIFICADORES, PROCESSADORES E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO COM BOA QUALIDADE E TORRE DE GRIDE PARA MONTAGEM DE PA OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIA.	DIARIA	30	18.050,00	541.500,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		MIXER PA: 01 CONSOLE DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS DIGI DESIGN: MIX RACK / 01 MULTI CABO DE 56VIAS (REVISADAS) SONORIZAÇÃO SIDE E MONITOR CONSOLE DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS DIGI DESIGN: (MIX RACK / PROFILE 01 MULTI CABO DE 56 VIAS (REVISADAS) 01 SIDE RETORNO: 01 SISTEMA DE SIDE FILL LINE ARRAY VERTICAL ESTÉREO COM GRAVE, MÉDIO E AGUDO. 04 MONITORES EAW SM 400 / JBL - VT X - M22 / MEYER - MJF - 212A/RCF TT45SMA OU SIMILAR 01 SISTEMA DE CUE (COM 2 MONITORES) BACKLIN E: 04 MICS SEM FIO SHURE SM 58 15 PEDESTAIS EM PERFEITO ESTADO, 01 AMPLIFICADOR DE BAIXO AMP EG SVT4X OU SIMILAR, 01 AMPLIFICADOR DE GUITARRA FENDER' 65 TWIN REVERB 85- WATT 2 X12 OU COMPATÍVEL , 10 RÉGUAS DE ENERGIA 110V E 220V, CABOS P10/P10 06 MICROFONES COM FIO, DIRECT BOX PARA TODAS AS ENTRADAS, CABOS, SET DE MICROFONES PARA BATERIA E PERCUSSÃO COMUNICAÇÃO MESA DE P.A E MESA DE PALCO; SHURE 58 PARA ALINHAMENTO DO MONITOR; 05 PONTOS DE AC DE 127VOLTS/60 HERTZ/PADRÃO EUA. SENDO OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIAS, POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADE. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
44	672.019.019	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM PROFISSIONAL: MÉDIO PORTE COMPLETO , COM NO MÍNIMO 08 (OITO) CAIXAS SISTEMA FLY LINE ARRAY 210 COM MÉDIO E AGUDO CONTENDO NO MÍNIMO 2 (DOIS) FALANTE S 10" E 02 DRIVES POR LINE, MÍNIMO 6 (SEIS) CAIXAS SUBWOOFER COM FALANTES DE 18" DE NO MÍNIMO	DIARIA	09	18.050,00	162.450,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

	<p>4000 WATTS DE POTÊNCIA CADA CAIXA, TODAS AS CAIXAS COM SEUS DEVIDOS CABEAMENTOS, AMPLIFICADORES, PROCESSADORES E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO COM BOA QUALIDADE E TORRE DE GRIDE PARA MONTAGEM DE PA OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIA. MIXER PA: 01 CONSOLE DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS DIGI DESIGN: MIX RACK / 01 MULTI CABO DE 56VIAS (REVISADAS) SONORIZAÇÃO SIDE E MONITOR CONSOLE DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS DIGI DESIGN: (MIX RACK / PROFILE 01 MULTI CABO DE 56 VIAS (REVISADAS) 01 SIDE RETORNO: 01 SISTEMA DE SIDE FILL LINE ARRAY VERTICAL ESTÉREO COM GRAVE, MÉDIO E AGUDO. 04 MONITORES EAW SM 400 / JBL - VT X - M22 / MEYER - MJF - 212A/RCF TT45SMA OU SIMILAR 01 SISTEMA DE CUE (COM 2 MONITORES) BACKLINE: 04 MICS SEM FIO SHURE SM 58 15 PEDESTAIS EM PERFEITO ESTADO, 01 AMPLIFICADOR DE BAIXO AMP EG SVT4X OU SIMILAR, 01 AMPLIFICADOR DE GUITARRA FENDER' 65 TWIN REVERB 85- WATT 2 X12 OU COMPATÍVEL , 10 RÉGUAS DE ENERGIA 110V E 220V, CABOS P10/P10 06 MICROFONES COM FIO, DIRECT BOX PARA TODAS AS ENTRADAS, CABOS, SET DE MICROFONES PARA BATERIA E PERCUSSÃO COMUNICAÇÃO MESA DE P.A E MESA DE PALCO; SHURE 58 PARA ALINHAMENTO DO MONITOR; 05 PONTOS DE AC DE 127VOLTS/60 HERTZ/PADRÃO EUA. SENDO OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIAS, POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA</p>				
--	---	--	--	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADE. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
45	672.019.031	LOCAÇÃO DE JOGO DE MESA E CADEIRA PVC/PLÁSTICO BRANCO: MESA PLÁSTICA QUADRADA E 4 CADEIRAS PLÁSTICAS.	DIARIA	80	24,33	1.946,40
46	672.019.014	LOCAÇÃO DE PALCO GRANDE PROFISSIONAL: COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: MÍNIMO 12 (DOZE) METROS DE BOCA POR 10 (DEZ) METROS DE PROFUNDIDADE, MÍNIMO 6(SEIS) METROS DE ALTURA NO PÉ DIREITO E (1,5) UM METRO E MEIO DE ALTURA DO PISO EM RELAÇÃO AO SOLO, COM COBERTURA EM LONA KP1.000 E FECHAMENTOS LATERAIS E DE FUNDO COM SOMBRITE 80% (OITENTA POR CENTO) PRETO. ALTURA DO PISO ATÉ O TETO DE NO MÍNIMO 6(SEIS) METROS. O PALCO DEVERÁ CONTER 12 PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS,) E ASA LATERAL PARA ACOMODAR EQUIPAMENTOS DE SOM E EQUIPE E ACESSO POR ESCADAS E RAMPA PARA CADEIRANTE, COM CORRIMÃO, COM INSTALAÇÃO NA PARTE TRASEIRA E/OU LATERAL DO PALCO, COM DEGRAUS ANTIDERRAPANTES, NO MÁXIMO 20CM DE ALTURA ENTRE ELES, COM EXTINTORES DE INCÊNDIO, PISO COM CHAPA DE COMPENSADO NAVAL DE 20MM ENCAPERTADO NA COR PRETA, FIXADO NA ESTRUTURA PORPARAFUSOS GALVANIZADOS TIPO FRANCÊS, E CHAPAS DE CANTONEIRA. PISO TRAVADO EM ESTRUTURA DO TIPO CANTONEIRA METÁLICO DE 1" FIXADO AO PISO POR CONTRA PINOS; GUARDA CORPO NAS LATERAIS E NO FUNDO; A ESTRUTURA DEVE SER MONTADA COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO, ESTAQUEADA COM CABOS DE AÇO, COM DOCUMENTAÇÃO DO CREA, ALÉM DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E TÉCNICA (ART) EM RELAÇÃO A SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE	DIARIA	06	15.172,41	91.034,46



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		INCÊNDIOS COM VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR. SENDO TODAS AS DESPESAS RELACIONADAS A MONTAGEM, DESMONTAGEM, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM DA EQUIPE E TRANSPORTES POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO O EQUIPAMENTO ESTAR MONTADO NO LOCAL INDICADO NA ORDEM DE FORNECIMENTO EMITIDA PELA PREFEITURA E FUNCIONANDO PERFEITAMENTE NO MÍNIMO 24 HORAS ANTES DO INÍCIO DO EVENTO, DEVENDO AINDA PERMANECER MONTADO ATÉ O FINAL DO EVENTO PARA O QUAL FOI CONTRATADO, BEM COMO PRESENÇA INTEGRAL DE EQUIPE RESPONSÁVEL PELO EQUIPAMENTO DURANTE TODOS OS DIAS PARA SOLUCIONAR EVENTUAIS IMPREVISTOS. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO LOCAÇÃO 01 PALCO PROFISSIONAL (CONFORME DESCRITO ACIMA).				
		AMPLA PARTICIPAÇÃO				
47	672.019.014	LOCAÇÃO DE PALCO GRANDE PROFISSIONAL: COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: MÍNIMO 12 (DOZE) METROS DE BOCA POR 10 (DEZ) METROS DE PROFUNDIDADE, MÍNIMO 6(SEIS) METROS DE ALTURA NO PÉ DIREITO E (1,5) UM METRO E MEIO DE ALTURA DO PISO EM RELAÇÃO AO SOLO, COM COBERTURA EM LONA KP1.000 E FECHAMENTOS LATERAIS E DE FUNDO COM SOMBRITE 80% (OITENTA POR CENTO) PRETO. ALTURA DO PISO ATÉ O TETO DE NO MÍNIMO 6(SEIS) METROS. O PALCO DEVERÁ CONTER 12 PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS,) E ASA LATERAL PARA ACOMODAR EQUIPAMENTOS DE SOM E EQUIPE E ACESSO POR ESCADAS E RAMPA PARA CADEIRANTE, COM CORRIMÃO, COM INSTALAÇÃO NA PARTE TRASEIRA	DIARIA	02	15.172,41	30.344,82



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

	<p>E/OU LATERAL DO PALCO, COM DEGRAUS ANTIDERRAPANTES, NO MÁXIMO 20CM DE ALTURA ENTRE ELES, COM EXTINTORES DE INCÊNDIO, PISO COM CHAPA DE COMPENSADO NAVAL DE 20MM ENCAPERTADO NA COR PRETA, FIXADO NA ESTRUTURA PORPARAFUSOS GALVANIZADOS TIPO FRANCÊS, E CHAPAS DE CANTONEIRA. PISO TRAVADO EM ESTRUTURA DO TIPO CANTO NEIRA METÁLICO DE 1" FIXADO AO PISO POR CONTRA PINOS; GUARDA CORPO NAS LATERAIS E NO FUNDO; A ESTRUTURA DEVE SER MONTADA COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO, ESTAQUEADA COM CABOS DE AÇO, COM DOCUMENTAÇÃO DO CREA, ALÉM DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E TÉCNICA (ART) EM RELAÇÃO A SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS COM VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR. SENDO TODAS AS DESPESAS RELACIONADAS A MONTAGEM, DESMONTAGEM, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM DA EQUIPE E TRANSPORTES POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO O EQUIPAMENTO ESTAR MONTADO NO LOCAL INDICADO NA ORDEM DE FORNECIMENTO EMITIDA PELA PREFEITURA E FUNCIONANDO PERFEITAMENTE NO MÍNIMO 24 HORAS ANTES DO INÍCIO DO EVENTO, DEVENDO AINDA PERMANECER MONTADO ATÉ O FINAL DO EVENTO PARA O QUAL FOI CONTRATADO, BEM COMO PRESENÇA INTEGRAL DE EQUIPE RESPONSÁVEL PELO EQUIPAMENTO DURANTE TODOS OS DIAS PARA SOLUCIONAR EVENTUAIS IMPREVISTOS. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO LOCAÇÃO 01 PALCO PROFISSIONAL (CONFORME DESCRITO ACIMA).</p> <p>COTA EXCLUSIVA ME / EPP</p>				
--	---	--	--	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

48	672.019.020	LOCAÇÃO DE SOM DE PEQUENO PORTE CONTENDO NO MÍNIMO 02 (DUAS) CAIXAS SUBGRAVES DE 15 POLEGADAS E 02 (DUAS) CAIXAS MÉDIO E AGUDO COM CAPACIDADE TOTAL MÍNIMA DE 3000 WATTS DE POTÊNCIA. 01(UMA) MESA DE SOM DE NO MÍNIMO 12 CANAIS, 02(DOIS) MICROFONES COM FIO, 02(DOIS) MICROFONES SEM FIO, 04(QUATRO) PEDESTAIS DE MICROFONE, ESTANTE DE POTENCIAS E EQUALIZADORES NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DA SONORIZAÇÃO E CABOS PARA MICROFONES E INSTRUMENTOS MÚSICAIS. SENDO OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIAS POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES.	DIARIA	28	2.655,06	74.341,68
49	672.019.017	LOCAÇÃO DE TELÃO DE LED OUTDOOR, RESOLUÇÃO MÍNIMA P6, SENDO O PRIMEIRO MEDINDO NO MÍNIMO 6M X 3M EM ESTRUTURA DE TRELIÇA COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) METROS DE ALTURA. CONTENDO: 01 (UMA) PLACA PROCESSADORA PARA IMAGENS SIMULTÂNEAS E 2 (DUAS) CÂMERAS FILMADORAS FULL- H D,1 (UMA) MESA DE CORTE PARA FILMAGEM AO VIVO MONTADO COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO ESTAQUEADO COM CABO DE AÇO. DEFINIÇÃO 27.556 PIXELS POR M2 E ESOLUÇÃO 320*160MM 1300 NITS DE BRILHO ATÉ 16 BITS DE CORES COM ÂNGULO DE VISÃO 120/90 GRAUS. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA, ART NECESSÁRIA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES.	DIARIA	68	4.267,14	290.165,52



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		AMPLA PARTICIPAÇÃO				
50	672.019.017	LOCAÇÃO DE TELÃO DE LED OUTDOOR , RESOLUÇÃO MÍNIMA P6, SENDO O PRIMEIRO MEDINDO NO MÍNIMO 6M X 3M EM ESTRUTURA DE TRELIÇA COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) METROS DE ALTURA. CONTENDO: 01 (UMA) PLACA PROCESSADORA PARA IMAGENS SIMULTÂNEAS E 2 (DUAS) CÂMERAS FILMADORAS FULL- H D,1 (UMA) MESA DE CORTE PARA FILMAGEM AO VIVO MONTADO COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO ESTAQUEADO COM CABO DE AÇO. DEFINIÇÃO 27.556 PIXELS POR M2 E ESOLUÇÃO 320*160MM 1300 NITS DE BRILHO ATÉ 16 BITS DE CORES COM ÂNGULO DE VISÃO 120/90 GRAUS. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA, ART NECESSÁRIA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	22	4.267,14	93.877,08
51	672.019.030	MOTOR GERADOR DE ENERGIA DE 60 KVA , COM POTECIA DE 50 KVA CONTINUO, NO MINIMO UMA CAIXA DE PASSAGEM ELÉTRICA, PAINEL DE INSTRUÇÕES E PARTIDA ELÉTRICA.	DIARIA	10	6.459,33	64.593,30
52	672.019.048	PARQUE DE DIVERSÕES TIPO BUNGEE JUMPING COM CAMA ELÁSTICA , COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA UTILIZADA PARA PRÁTICA. LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES TIPO BUNGEE JUMPI NG COM CAMA ELÁSTICA, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA UTILIZADA PARA PRÁTICA, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E OPERADOR COM MEDIDA DE ATÉ 5M DE ALTURA.COM CAPACIDADE D E SUPORTAR ATÉ 100 KG POR USUÁRIO. E CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DE 12 PESSOAS POR HORA, O PERAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS UTEIS DE SALTOS POR DIA, COM	DIARIA	10	5.296,88	52.968,80



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		EQUIPE OPERACIONAL COM NO MÍNIMO 04 PESSOAS E NO MÁXIMO 05 PESSOAS. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.				
53	672.019.049	PARQUE DE DIVERSÕES TIPO ESTRUTURA PARA FUTEBOL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PARQUE DE 10 DIVERSÕES TIPO ESTRUTURA PARA FUTEBOL DE SABÃO , PESO MÁXIMO SUPORTADO: 400KG, IDADE RECOMENDADA: ACIMA DE 05 ANOS, PESO TOTAL DO PRODUTO: 130KG, DIMENSÕES DA EMBALAGEM: (AXLXC) 1.00 X 0.80 X 0.80 M, DIMENSÕES TOTAIS DO PRODUTO: (AXLXC) 2.50 X 5.00 X 10.00 M, ALTURA DA BASE INFLÁVEL: 47CM, ALTURA DA PAREDE INFLÁVEL: 70CM, DIMENSÕES DO GOL: (AXLXC) 2.00 X 2.00 X 1.20 M, PARA PÚBLICO INFANTIL/JUVENIL. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA E MPRESA CONTRATADA	DIARIA	10	1.488,66	14.886,60
54	672.019.050	PARQUE DE DIVERSÕES TIPO PISCINA DE BOLINHAS LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PARQUE DE DIVERSÕES TIPO PISCINA DE BOLINHAS INFLÁVEL , COM TEMA INFANTIL, MEDINDO, NO MÍNIMO, 2,50 X 2,50 X 2,50 M DE ALTURA, COM NO MÍNIMO 1500 BOLINHAS. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	10	1.396,33	13.963,30
55	672.019.047	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA FACIAL INFANTIL RECREATIVA , COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 4 (QUATRO) HORAS CONSECUTIVAS, REALIZADA POR NO MÍNIMO 1 (UM) PROFISSIONAL CAPACITADO, UTILIZANDO TINTAS FACIAIS E MATERIAIS APROPRIADOS PARA USO INFANTIL, ATÓXICOS, HIPOALÉRGICOS E REGULARIZADOS PERANTE A ANVISA. O SERVIÇO DEVERÁ DISPONIBILIZAR OPÇÕES	DIARIA	05	1.474,06	7.370,30



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		VARIA DAS DE DESENHOS INFANTIS, INCLUINDO PERSONAGENS, ANIMAIS, FLORES, SUPER-HERÓIS E TEMAS LÚDICOS, ADEQUADOS AO PÚBLICO INFANTIL. TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO SERÃO FORNECIDOS PELA CONTRATADA.				
56	672.019.040	SERVIÇO DE CARRO DE SOM: PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS NA SEDE DO MUNICÍPIO , COM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL E DEMAIS INSUMOS, (CARRO DE SOM, LICENCIADO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES TUDO CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM CONDUTOR DEVIDAMENTE HABILITADO POSSUIR NO MÍNIMO 01 MICROFONE S/FIO E 01 MICROFONE C/FIO; LEITOR DE CD (QUE EXECUTE MP3 E OUTROS FORMATOS). SOM COM POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 8.000 WATTS), 01 TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO SOM.	HORA	10	1.536,67	15.366,70
57	672.019.011	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA PA, CONTENDO 02 BUMPERS 02 TALHAS PARA ELEVAÇÃO DE CAIXAS DE PA, 24 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA 24 SUB GRAVES COM 2 ALTO-FALANTES DE 2.400W CADA ALTO-FA LANTE OUTFILL 12 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIV ES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA FRONT FILL 06 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO-FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CAIXA 03 PROCESSADORES DIGITAIS DE ÁUDIO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE ÁUDIO INSTALADO, COM NO MÍNIMO 4 ENTRADAS E 8 SAÍDAS DE ÁUDIO. TODO O SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COM PINOS, CABEAMENTO DE CAIXAS, CABEAMENTO DE SINAL E AM PLIFICADORES COMPATÍVEIS COM O	DIARIA	15	35.300,00	529.500,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		<p>SISTEMA DE ÁUDIO INSTALADO OU SUPERIORES. 02 CONSOLE DE ÁUDIO DIGITAL CONTENDO NO MÍNIMO 56 CANAIS DE INPUT E 32 CANAIS DE OUTPUT (CONFORME EXISTÊNCIA DO RIDER DOS ARTISTAS, MIX RACK COM 3 DSP OU SUPERIOR) 01 MULTICABO DE 56 VIAS SPLINTADO Y MONITOR 01 SIDE FILL DUPLO 08 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA E 4 SUB GRAVES CONTENDO 2 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS CADA COM 2.400 CADA ALTO FALANTE COM AMPLIFICAÇÃO, CABEAMENTO E PROCESSAMENTO COMPATÍVEL OU SUPERIOR 01 CONSOLE DE MONITOR PM5D RH (ATENDENDO CONFORMIDADE COM RIDERS EXIGIDOS PELOS ARTISTAS) 01 CONSOLE DE MONITOR DM7 + 2RIOD2 (ATENDENDO CONFORMIDADE COM RIDERS EXIGIDOS PELOS ARTISTAS) 08 MONITORES DE AUDIO PARA RETORNO CONTENDO 2 ALTO-FALANTES DE 12 POLEGADAS CADA CAIXA E UMA CORNETA DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA COM CABEAMENTO E AMPLIFICAÇÃO 1 SUB GRAVE 218 CONTENDO 2 ALTO-FALANTES DE 2.400W COM CABEAMENTO E AMPLIFICADORES COM PATÍVEL OU SUPERIOR 02 FENDER TWIN REVERB PARA GUITARRA 01 GK800 COMPLETO COM CAIXA DE GRAVE COM ALTO-FALANTE DE 15 POLEGADAS E CAIXA DE ALTA CONTENDO 4 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS COM CABEAMENTO 40 PEDESTAIS PARA MICROFONES 400 CABOS DE SINAL CÂNON MACHO CANON FÊMEA COM NO MÍNIMO 5 METROS CADA CABO 30 CABOS DE AC (EXTENSÕES) COM NO MÍNIMO 5 METROS CADA 30 MICROFONES COM FIO SM58 ORIGINAIS 20 MICROFONES COM FIO SM57 ORIGINAIS 06</p>				
--	--	---	--	--	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		MICROFONES COM FIO SM81 ORIGINAIS. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
58	672.019.011	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA PA, CONTENDO 02 BUMPERS 02 TALHAS PARA ELEVAÇÃO DE CAIXAS DE PA, 24 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA 24 SUB GRAVES COM 2 ALTO-FALANTES DE 2.400W CADA ALTO-FA LANTE OUTFILL 12 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIV ES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA FRONT FILL 06 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO-FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CAIXA 03 PROCESSADORES DIGITAIS DE ÁUDIO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE ÁUDIO INSTALADO, COM NO MÍNIMO 4 ENTRADAS E 8 SAÍDAS DE ÁUDIO. TODO O SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COM PINOS, CABEAMENTO DE CAIXAS, CABEAMENTO DE SINAL E AM PLIFICADORES COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE ÁUDIO INSTALADO OU SUPERIORES. 02 CONSOLE DE ÁUDIO DIGITAL CONTENDO NO MÍNIMO 56 CANAIS DE INPUT E 32 CANAIS DE OUTPUT (CO NFORME EXISTÊNCIA DO RIDER DOS ARTISTAS, MIX RACK COM 3 DSP OU SUPERIOR) 01 MULTICABO DE 56 VIAS SPLINTADO Y MONITOR 01 SIDE FILL DUPLO 08 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA E 4 SUB GRAVES CONTENDO 2 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS CADA COM 2.400 CADA ALTO FALANTE COM AMPLIFICAÇÃO, CABEAMENTO E PROCESSAMENTO COMPATÍVEL OU SUPERIOR 01 CONSOLE DE MONITOR PM5D RH (ATENDENDO CONFORMIDADE COM RIDERS EXIGIDOS PELOS ARTISTAS) 01	DIARIA	05	35.300,00	176.500,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

		CONSOLE DE MONITOR DM7 + 2RIOD2 (ATENDENDO CONFORMIDADE COM RIDERS EXIGIDOS PELOS ARTISTAS) 08 MONITORES DE AUDIO PARA RETORNO CONTENDO 2 ALTO-FALANTES DE 12 POLEGADAS CADA CAIXA E UMA CORNETA DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA COM CABEAMENTO E AMPLIFICAÇÃO 1 SUB GRAVE 218 CONTENDO 2 ALTO-FALANTES DE 2.400W COM CABEAMENTO E AMPLIFICADORES COM PATÍVEL OU SUPERIOR 02 FENDER TWIN REVERB PARA GUITARRA 01 GK800 COMPLETO COM CAIXA DE GRAVE COM ALTO-FALANTE DE 15 POLEGADAS E CAIXA DE ALTA CONTENDO 4 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS COM CABEAMENTO 40 PEDESTAIS PARA MICROFONES 400 CABOS DE SINAL CÂNON MACHO CANON FÊMEA COM NO MÍNIMO 5 METROS CADA CABO 30 CABOS DE AC (EXTENSÕES) COM NO MÍNIMO 5 METROS CADA 30 MICROFONES COM FIO SM58 ORIGINAIS 20 MICROFONES COM FIO SM57 ORIGINAIS 06 MICROFONES COM FIO SM81 ORIGINAIS. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
59	672.019.009	TENDA EM ESTRUTURA METÁLICA EM LONA UV NA COR BRANCA, MEDINDO 3M X 3M, MODELO PIRAMIDAL 50 OU CHAPÉU DE BRUXA; ESTRUTURA METÁLICA. AS TENDAS DEVERÃO SER MONTADAS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA.	DIARIA	50	485,13	24.256,50
TOTAL GERAL R\$						7.769.082,39
INTERVALO MIN. DE LANCES R\$						0,20

OBS: A oferta de preços superfaturados em licitações com base no valor orçado pelo órgão licitante é uma prática ilegal que pode gerar diversas penalidades ao licitante infrator, que vão desde a exclusão da licitação até a responsabilização civil e criminal. Por isso, é importante que as empresas que participam de licitações observem a legislação e ofereçam preços compatíveis com os valores de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos estimados, encontra-se detalhada no Documento de Formalização da Demanda (DFD), no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e nos demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 1378/DCL/2026.

2.2. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) das Secretarias participantes, conforme comprovantes acostados aos autos.

2.3. A contratação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de estruturas para eventos, compreendendo sonorização, iluminação, tendas, palcos, arquibancadas, banheiros químicos, geradores de energia, camarins, contêineres, cabines sanitárias, mesas, cadeiras, caixas térmicas, brinquedos recreativos e demais estruturas correlatas, incluindo os serviços de montagem, desmontagem e suporte operacional, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte (SEMCET), Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAU), Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura (SEMINFRA), pelo período de 12 (doze) meses, conforme as necessidades de cada Secretaria.

2.3.1. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte – SEMCET

A contratação visa assegurar a disponibilização de infraestrutura temporária adequada para a realização dos eventos culturais, esportivos e turísticos promovidos pela Secretaria, proporcionando condições de segurança, conforto, acessibilidade e organização ao público, artistas, equipes de apoio e demais participantes.

Os eventos promovidos pela Administração Municipal constituem importante instrumento de incentivo à cultura, ao esporte, ao turismo e ao desenvolvimento econômico local, fomentando a geração de emprego e renda, além de fortalecer as tradições do Município.

Destaca-se, entre os eventos programados, a realização das festividades de fim de ano, especialmente o Réveillon Municipal, tradicionalmente promovido pelo Município há vários anos, com apresentações artísticas e queima de fogos, reunindo expressivo público local e visitantes. A contratação da infraestrutura necessária é indispensável para garantir a adequada execução dessas festividades, bem como dos demais eventos constantes do calendário oficial da Secretaria durante o período de vigência da futura contratação.

2.3.2. Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU

A Secretaria Municipal de Saúde realiza, ao longo do exercício, diversas ações institucionais, campanhas educativas, campanhas de vacinação, eventos de promoção da saúde e presta apoio às equipes de atendimento em eventos promovidos pelas demais Secretarias.

A contratação da infraestrutura temporária é necessária para assegurar condições adequadas de funcionamento dessas atividades, garantindo segurança, acessibilidade, conforto e organização dos espaços destinados ao atendimento da população.

Além de possibilitar maior agilidade na montagem e desmontagem das estruturas, a contratação permitirá adequar os serviços às características e ao porte de cada evento, contribuindo para a eficiência das ações desenvolvidas pela Secretaria e para o adequado atendimento às exigências legais e sanitárias.

2.3.3. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA

A contratação destina-se a atender às necessidades de infraestrutura temporária do evento AGRO+, especialmente mediante a disponibilização de tendas climatizadas, divisórias e demais estruturas necessárias ao adequado funcionamento do evento.

A solução permitirá oferecer ambiente seguro, organizado e confortável aos expositores, produtores rurais, servidores e visitantes, garantindo melhores condições para a realização das atividades técnicas, institucionais e comerciais previstas na programação.

2.3.4. Secretaria Municipal de Educação – SEMED

A contratação tem por finalidade viabilizar a realização de eventos institucionais, pedagógicos, esportivos, culturais, formativos e comemorativos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

A disponibilização de estruturas temporárias proporcionará melhores condições de organização, segurança, acessibilidade e funcionalidade dos ambientes utilizados, contribuindo para o adequado desenvolvimento das atividades e para a participação da comunidade escolar.

A necessidade decorre, ainda, das limitações verificadas em eventos anteriores, nos quais a insuficiência de infraestrutura comprometeu a organização dos espaços e o pleno atendimento das demandas existentes. Assim, busca-se assegurar maior eficiência na execução das ações educacionais desenvolvidas pela Secretaria.

2.3.5. Da Motivação da Contratação

2.3.5.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de disponibilizar, de forma contínua e conforme a demanda, infraestrutura adequada para a realização dos eventos promovidos pelas Secretarias Municipais participantes, assegurando condições de segurança, acessibilidade, conforto, organização e eficiência na execução das atividades institucionais.

2.3.5.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais vantajosa, considerando que as contratações ocorrerão de forma parcelada, conforme a programação e a necessidade de cada evento, evitando contratações individualizadas e proporcionando maior racionalização dos procedimentos administrativos.

2.3.5.3. Além disso, a contratação conjunta possibilita ganhos de escala, padronização dos serviços, uniformidade na qualidade da infraestrutura disponibilizada, otimização dos recursos públicos e maior economicidade, em observância aos princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.4. Do Prazo de Contratação:

2.4.1. Da Vigência da Ata de Registro de Preços (ARP)

2.4.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua publicação, conforme o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1.2. A vigência da Ata **poderá ser prorrogada por igual período**, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados para a Administração, **respeitado o prazo máximo de 2 (dois) anos**.

2.4.2. Da Vigência dos Contratos e Instrumentos Equivalentes

2.4.2.1. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, contados na forma prevista na Ata e no Edital, com publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.4.2.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, nos termos da legislação vigente e do regulamento municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços, desde que comprovada a vantajosidade da prorrogação e mantidas as condições originalmente pactuadas.

2.4.2.3. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos originalmente registrados, até o limite do quantitativo inicial previsto neste Termo de Referência, desde que:

- a) a necessidade da renovação esteja devidamente justificada nos autos;
- b) seja comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados em relação aos preços praticados no mercado;
- c) sejam mantidas as condições originalmente pactuadas; e
- d) seja observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.516/2024 e demais normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

Parágrafo único. A renovação de quantitativos de que trata este item não constitui direito subjetivo do fornecedor, dependendo de avaliação discricionária da Administração, devidamente motivada.

2.4.3. As condições específicas relativas à vigência, prorrogação e encerramento da Ata constarão do instrumento convocatório e da própria Ata de Registro de Preços.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

2.4.4. Do Reajuste de Preços

2.4.4.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão irrecorríveis durante o período inicial de vigência de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação do extrato da Ata no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, ressalvadas as hipóteses legais de revisão extraordinária para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.4.4.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços registrados poderão ser reajustados, exclusivamente para fins de eventual prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE.

2.4.4.3. O reajuste de que trata esta seção:

I. não constitui direito automático do fornecedor;

II. não implica prorrogação automática da Ata de Registro de Preços;

III. fica condicionado à prévia e expressa autorização da Administração, mediante análise técnica e econômica; e

IV. somente poderá ser aplicado se comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados em relação aos preços praticados no mercado, por meio de pesquisa de mercado atualizada.

2.4.4.4. A eventual aplicação do reajuste dependerá da anuência expressa do fornecedor registrado, que deverá manifestar-se formalmente quanto à manutenção das condições originalmente pactuadas.

2.4.5. Da Formalização da Ata

2.4.5.1. Encerrado o procedimento de contratação, o licitante declarado vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços (ARP) ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com o Art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Justificativa para Adoção do Sistema de Registro de Preços

2.5.1. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se a solução mais adequada para atender às necessidades das Secretarias participantes, considerando a natureza contínua, recorrente e variável da demanda por serviços de locação de estruturas para eventos.

2.5.2. A contratação será realizada por meio de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, em razão de as necessidades ocorrerem de forma futura, eventual e parcelada, não sendo possível definir previamente o momento exato de utilização dos serviços nem a quantidade efetivamente necessária para cada evento promovido pela Administração.

2.5.3. A adoção do SRP possibilita que as contratações sejam realizadas conforme a efetiva necessidade administrativa, evitando aquisições desnecessárias e proporcionando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.5.4. Além disso, a utilização do Sistema de Registro de Preços revela-se adequada pelos seguintes aspectos:

- a) atendimento simultâneo às demandas de diversas Secretarias Municipais;
- b) recorrência das contratações ao longo do exercício;
- c) realização dos serviços de forma parcelada, conforme o calendário de eventos e as necessidades supervenientes;
- d) padronização das especificações técnicas e dos procedimentos de contratação;
- e) racionalização dos processos administrativos, reduzindo a necessidade de realização de múltiplos procedimentos licitatórios para o mesmo objeto;
- f) maior eficiência na gestão contratual e no planejamento das ações administrativas;
- g) possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas em razão da consolidação da demanda das Secretarias participantes.

2.5.5. Sob o aspecto da economicidade, o Sistema de Registro de Preços contribui para:

- a) permitir a contratação somente dos quantitativos efetivamente necessários, evitando despesas desnecessárias;
- b) favorecer a obtenção de preços mais vantajosos em razão da consolidação da demanda das unidades participantes;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

c) padronizar os serviços contratados, promovendo maior eficiência operacional e simplificação da fiscalização contratual.

2.5.6. Quanto aos recursos humanos, o modelo reduz a necessidade de instauração de procedimentos licitatórios individualizados para cada evento, permitindo maior racionalização das atividades administrativas e melhor utilização da força de trabalho dos setores envolvidos.

2.5.7. Sob o aspecto financeiro, o SRP proporciona maior flexibilidade na execução das despesas públicas, uma vez que as contratações serão formalizadas apenas quando houver demanda efetiva e disponibilidade orçamentária, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

2.5.8. Dessa forma, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços atende aos princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento, da padronização e da boa gestão administrativa, constituindo a solução mais vantajosa para o atendimento das necessidades das Secretarias participantes.

2.6. Horizonte Temporal da Necessidade

2.6.1. A presente contratação destina-se ao atendimento das demandas estimadas para o período de 12 (doze) meses, compatível com a vigência da Ata de Registro de Preços, podendo a utilização dos serviços ocorrer de forma parcelada, conforme as necessidades efetivamente verificadas pelas Secretarias participantes durante sua vigência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

3.1. A descrição detalhada da solução encontra-se consignada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento integrante da fase preparatória da contratação, do qual este Termo de Referência é parte complementar.

3.2. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de estruturas para eventos, compreendendo, entre outros, serviços de sonorização, iluminação, locação de tendas, palcos, arquibancadas, banheiros químicos, brinquedos recreativos, geradores, camarins, mobiliários e demais estruturas necessárias, incluindo os serviços de transporte, montagem, instalação, operação, quando aplicável, desmontagem e retirada dos equipamentos, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

3.2.1. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, com execução parcelada, de acordo com as demandas das Secretarias participantes e com o calendário de eventos promovidos pela Administração Municipal.

3.3. Considerando a natureza do objeto, o ciclo de vida da contratação compreende as seguintes etapas:

I – Planejamento e emissão da ordem de fornecimento;

II – Transporte das estruturas e equipamentos até o local do evento;

III – Montagem, instalação e disponibilização dos equipamentos em perfeitas condições de funcionamento;

IV – Execução dos serviços durante a realização do evento, quando necessária a operação dos equipamentos;

V – Desmontagem, retirada das estruturas e destinação adequada dos resíduos eventualmente gerados;

VI – Recebimento dos serviços pela Administração, mediante verificação da conformidade com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.4. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, mediante solicitação da Administração, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência e as necessidades específicas de cada evento.

3.5. A contratada será integralmente responsável pela logística de transporte, montagem, instalação, operação, quando exigida, desmontagem e retirada das estruturas locadas, bem como pelo fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

3.6. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, observando as normas técnicas aplicáveis, os requisitos de segurança, acessibilidade, prevenção contra incêndio, legislação trabalhista, ambiental e demais disposições legais pertinentes.

3.7. Os materiais, equipamentos e estruturas disponibilizados deverão apresentar adequado estado de conservação, funcionamento e segurança, sendo vedada a utilização de equipamentos danificados, deteriorados ou que ofereçam risco à integridade dos usuários ou comprometam a qualidade dos eventos promovidos pela Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO / MODALIDADE DE LICITAÇÃO

4.1. Modalidade, Forma de Contratação e Enquadramento Legal

4.1.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, adotando-se o Sistema de Registro de Preços, por se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas legalmente constituídas, com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ativo e objeto social compatível com o objeto da presente contratação.

4.1.3. Para fins de habilitação técnica, será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação, observado o disposto no edital.

4.2. Justificativa da Escolha da Modalidade Pregão Eletrônico

4.2.1. A adoção da modalidade Pregão, na forma eletrônica, justifica-se em razão da natureza do objeto, classificado como serviço comum, permitindo ampla competitividade, maior transparência, celeridade processual e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

4.2.2. A realização do certame em ambiente eletrônico amplia a participação de fornecedores de diferentes localidades, fortalece a competitividade, assegura tratamento isonômico entre os licitantes e promove maior eficiência na condução do procedimento licitatório.

4.3. Classificação do Objeto

4.3.1. O objeto da presente contratação é classificado como serviço comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, permitindo o julgamento das propostas com base em critérios objetivos.

4.3.2. As especificações técnicas, requisitos mínimos de qualidade, condições de execução e critérios de aceitação encontram-se estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, assegurando objetividade, competitividade e isonomia entre os licitantes.

4.4. Critério de Julgamento e Aceitabilidade das Propostas

4.4.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e a demonstração da exequibilidade da proposta, quando necessária.

4.4.2. Serão desclassificadas as propostas que:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

- a) não atenderem às especificações técnicas ou às condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência;
- b) apresentarem vícios insanáveis que comprometam seu julgamento;
- c) apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores praticados no mercado;
- d) deixarem de apresentar informações indispensáveis para sua avaliação, quando exigidas pelo edital.

4.5. Sustentabilidade

4.5.1. A execução dos serviços deverá observar, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental, eficiência na utilização de recursos e destinação ambientalmente adequada dos resíduos eventualmente gerados, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar, na legislação vigente e nas orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.5.2. Quando cabíveis e proporcionais ao objeto, poderão ser estabelecidas exigências ambientais específicas no Edital, desde que não restrinjam indevidamente a competitividade e observem os princípios da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade.

4.6. Da Identificação dos Equipamentos e Apresentação de Catálogo Técnico

4.6.1. Considerando que parte dos serviços envolve a disponibilização de equipamentos e estruturas específicas, a Administração poderá exigir do licitante provisoriamente vencedor a apresentação de catálogo técnico, prospecto, folder, manual, ficha técnica, registro fotográfico ou outro documento idôneo que possibilite a verificação da conformidade dos equipamentos ofertados com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.6.2. A exigência prevista neste item restringe-se aos equipamentos cuja verificação técnica seja necessária para aferição da conformidade das especificações constantes do edital.

4.6.3. Para os itens abaixo relacionados, o licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar catálogo técnico contendo, no mínimo, fotografias, especificações dimensionais, características construtivas, materiais empregados e demais informações que permitam comprovar o atendimento às exigências deste Termo de Referência:

I – Banheiro Contêiner Modular Adaptado para Pessoa com Deficiência (PCD) e Fraldário;

II – Contêiner Modular Adaptado para Banheiros Masculino e Feminino.

4.6.4. As especificações técnicas mínimas exigidas para os equipamentos descritos no item anterior encontram-se detalhadas nas especificações do objeto constantes deste Termo de Referência.

4.6.5. A apresentação do catálogo técnico destina-se exclusivamente à verificação da conformidade da proposta com as especificações técnicas estabelecidas pela Administração, não se caracterizando como apresentação de amostra.

4.6.6. A ausência da documentação técnica exigida ou a constatação de incompatibilidade entre os equipamentos ofertados e as especificações constantes deste Termo de Referência implicará a desclassificação da proposta, assegurado o contraditório nos casos legalmente cabíveis.

4.6.7. Justificativa



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

A exigência de catálogo técnico limita-se aos itens cujas características construtivas, dimensionais, de acessibilidade, segurança e funcionalidade não podem ser plenamente aferidas apenas pela descrição constante da proposta comercial.

A medida visa possibilitar a análise objetiva da conformidade dos equipamentos ofertados com as especificações técnicas definidas pela Administração, assegurando que as estruturas disponibilizadas possuam condições adequadas de utilização, segurança, acessibilidade, durabilidade e qualidade para atendimento aos eventos públicos promovidos pelo Município, sem restringir indevidamente a competitividade.

4.7. Da Exigência de Amostras

4.7.1. Não será exigida apresentação de amostras, considerando que a verificação da conformidade técnica dos equipamentos será realizada mediante análise da documentação técnica prevista no item 4.6 deste Termo de Referência.

4.8. Da Subcontratação

4.8.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto.

4.8.2. A subcontratação parcial somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa da Administração, desde que não recaia sobre as parcelas essenciais da contratação, não implique transferência da responsabilidade da contratada e não comprometa a qualidade da execução dos serviços.

4.8.3. A eventual autorização para subcontratação não eximirá a contratada de sua responsabilidade integral perante a Administração pela perfeita execução contratual.

4.9. Garantia da Contratação

4.9.1. Não será exigida garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando que a natureza do objeto, a forma de execução, o nível de risco contratual e os mecanismos de fiscalização previstos mostram-se suficientes para resguardar os interesses da Administração, não se revelando necessária a imposição da medida.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições Gerais de Execução

5.1.1. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho e Ordem de Serviço expedidas pela Secretaria demandante, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços.

5.1.2. Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade das Secretarias participantes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não existindo obrigação de contratação da totalidade dos quantitativos registrados.

5.1.3. A execução compreenderá, conforme o item contratado, o fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra, ferramentas, transporte, carga, descarga, montagem, instalação, operação, quando aplicável, desmontagem, retirada dos equipamentos e demais serviços necessários ao perfeito cumprimento do objeto.

5.1.4. Todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços correrão exclusivamente por conta da contratada, incluindo transporte, alimentação, hospedagem, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, equipamentos de proteção individual – EPIs, ferramentas, combustíveis, manutenção dos equipamentos e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do contrato.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

5.1.5. Os serviços deverão ser executados em estrita observância às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, às normas técnicas aplicáveis, às normas de segurança do trabalho, às normas expedidas pelo Corpo de Bombeiros Militar, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e à legislação vigente.

5.1.6. Durante toda a execução contratual, a contratada deverá adotar práticas ambientalmente sustentáveis, promovendo o uso racional de recursos naturais, a correta destinação dos resíduos eventualmente gerados, a utilização de produtos de menor impacto ambiental e o cumprimento da legislação ambiental aplicável.

5.1.7. Caberá exclusivamente à contratada a responsabilidade civil, administrativa, trabalhista, previdenciária, ambiental e criminal decorrente da execução dos serviços, respondendo integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros.

5.2. Prazo de Mobilização, Montagem e Desmontagem

5.2.1. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a contratada deverá mobilizar os recursos necessários à execução dos serviços no prazo estabelecido pela Administração, observando as características e necessidades de cada evento.

5.2.2. As estruturas, equipamentos e instalações deverão estar completamente montados, testados e em perfeitas condições de funcionamento com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas do início do evento**, salvo prazo diverso expressamente definido na Ordem de Serviço.

5.2.3. A desmontagem deverá ocorrer imediatamente após o encerramento do evento ou dentro do prazo estabelecido pela Administração, observadas as condições de segurança, preservação do patrimônio público e liberação do espaço utilizado.

5.2.4. A contratada deverá garantir que todas as estruturas permaneçam em perfeitas condições de funcionamento durante toda a realização do evento, providenciando imediatamente os reparos ou substituições necessárias sempre que constatada qualquer irregularidade.

5.2.5. Caso ocorra falha, interrupção ou comprometimento da execução dos serviços durante o evento, a contratada deverá promover sua correção imediata, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.3. Local de Execução dos Serviços

5.3.1. Os serviços serão executados nos locais indicados pelas Secretarias participantes, localizados no Município de Ouro Preto do Oeste/RO e no Distrito de Rondominas, conforme programação dos eventos e Ordem de Serviço emitida pela Administração.

5.3.2. A definição do local, da disposição das estruturas e do layout de montagem será de responsabilidade da Secretaria demandante, devendo a contratada observar rigorosamente as orientações fornecidas pelos fiscais do contrato.

5.3.3. Os locais destinados à instalação das estruturas serão disponibilizados pela Administração em condições adequadas de acesso, estando previamente nivelados e aptos ao recebimento dos equipamentos, ressalvadas as adaptações técnicas cuja responsabilidade tenha sido atribuída à contratada neste Termo de Referência.

5.3.4. Compete exclusivamente à contratada realizar o transporte dos equipamentos até o local do evento, bem como executar todas as atividades de carga, descarga, montagem, instalação, operação, quando necessária, desmontagem e retirada das estruturas, utilizando equipe técnica qualificada e equipamentos compatíveis com a natureza dos serviços.

5.3.5. Todos os serviços deverão ser executados observando rigorosamente as condições de segurança, estabilidade das estruturas, acessibilidade, prevenção contra acidentes e proteção dos usuários, sendo vedada a utilização de equipamentos ou estruturas que apresentem defeitos, avarias ou condições inadequadas de uso.

5.3.6. Quando houver necessidade de emissão de **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, laudos técnicos, vistorias ou licenças exigidas pelos órgãos competentes**, a obtenção desses documentos será de responsabilidade da contratada, que deverá apresentá-los à fiscalização antes do início da utilização das estruturas pelo público.

5.4. Requisitos Específicos para os Banheiros Contêiner



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

5.4.1. A quantidade de módulos sanitários a ser disponibilizada em cada evento será definida pela Administração, considerando a estimativa de público, a natureza do evento e a Ordem de Serviço emitida.

5.4.2. Os banheiros contêiner deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, especialmente quanto às dimensões, acessibilidade, climatização, iluminação, instalações hidráulicas e elétricas, revestimentos, equipamentos sanitários e demais características construtivas.

5.4.3. Os módulos destinados às pessoas com deficiência deverão atender integralmente às normas de acessibilidade vigentes e permanecer plenamente operacionais durante todo o evento.

5.4.4. Durante toda a realização do evento, os banheiros deverão permanecer em condições adequadas de limpeza, higiene, abastecimento, conservação e funcionamento.

5.4.5. A limpeza, higienização, remoção de resíduos, reposição de papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido e demais materiais de consumo deverão ocorrer continuamente durante o evento, de forma a garantir a adequada utilização das instalações.

5.4.6. A contratada deverá manter equipe exclusiva para atendimento, limpeza, manutenção e reposição dos insumos durante todo o período de funcionamento dos banheiros.

5.4.7. Os produtos utilizados na higienização deverão observar as normas ambientais e sanitárias aplicáveis, sendo preferencialmente biodegradáveis e adequados ao uso em instalações sanitárias destinadas ao atendimento de grande público.

5.4.8. Os módulos deverão permanecer permanentemente abastecidos com água, energia elétrica e demais recursos necessários ao seu funcionamento, devendo ser instalada caixa d'água com capacidade mínima de 1.000 (mil) litros sempre que as condições do local assim exigirem.

5.4.9. As instalações hidráulicas, elétricas, sistemas de aterramento, rampas de acesso, escadas, conexões e demais adaptações necessárias ao funcionamento dos módulos deverão estar integralmente concluídas antes da liberação das estruturas para utilização.

5.4.10. Os banheiros deverão possuir ventilação, iluminação, sistemas de travamento, identificação externa, climatização, piso antiderrapante e todos os demais componentes previstos nas especificações técnicas deste Termo de Referência.

5.4.11. Eventuais falhas de funcionamento deverão ser corrigidas imediatamente, mediante reparo ou substituição do módulo, sem prejuízo da continuidade da prestação dos serviços.

5.5. Requisitos Específicos para os Brinquedos Recreativos

5.5.1. Todos os brinquedos recreativos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, encontrando-se em perfeitas condições de segurança, conservação e funcionamento.

5.5.2. A montagem, operação, monitoramento e desmontagem dos brinquedos serão executados por profissionais capacitados e devidamente treinados para o desempenho dessas atividades.

5.5.3. Durante todo o período de funcionamento dos brinquedos deverá ser mantida equipe de monitoramento suficiente para orientar os usuários, controlar o acesso e garantir a utilização segura dos equipamentos.

5.5.4. Os brinquedos deverão permanecer em funcionamento durante todo o período estabelecido para o evento, sendo imediatamente substituídos ou reparados quando apresentarem falhas que comprometam a segurança ou a utilização.

5.6. Recebimento dos Serviços

5.6.1. Os serviços serão acompanhados e fiscalizados por servidor formalmente designado pela Administração.

5.6.2. O recebimento provisório ocorrerá após a verificação da conformidade da montagem, instalação e funcionamento das estruturas.

5.6.3. Constatadas irregularidades, a contratada deverá promover sua imediata correção antes da utilização das estruturas pelo público.

5.6.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a conclusão do evento e a verificação da adequada execução contratual, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou falhas posteriormente constatados.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

5.6.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança e regularidade dos serviços executados, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

5.7. Garantia da Execução, Manutenção e Assistência Técnica

5.7.1. Durante toda a execução contratual, a contratada deverá assegurar o perfeito funcionamento das estruturas, equipamentos e instalações disponibilizados, responsabilizando-se pela manutenção preventiva e corretiva sempre que necessária.

5.7.2. Constatada qualquer falha, avaria, defeito, instabilidade ou desconformidade durante a montagem, realização do evento ou desmontagem, a contratada deverá promover a imediata correção, substituição ou reparo do equipamento ou estrutura, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.7.3. A manutenção dos equipamentos compreenderá todos os serviços necessários à continuidade da execução contratual, incluindo regulagens, ajustes, substituição de componentes, reposição de materiais de consumo e demais intervenções necessárias ao pleno funcionamento das estruturas.

5.7.4. O recebimento definitivo dos serviços não afasta a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, estabilidade e conformidade das estruturas disponibilizadas, permanecendo responsável pelos vícios, defeitos ou falhas de execução constatados posteriormente, na forma da legislação aplicável.

5.7.5. As estruturas metálicas, palcos, tendas, arquibancadas, coberturas, sistemas de sonorização, iluminação, geradores, banheiros contêiner e demais equipamentos deverão permanecer em perfeitas condições de funcionamento durante toda a realização do evento.

5.7.6. Quando exigido pela legislação ou pela natureza da estrutura instalada, deverão ser apresentados, antes do início da utilização pelo público, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, acompanhados dos respectivos laudos, certificados, licenças e demais documentos emitidos pelos órgãos competentes.

5.7.7. As estruturas deverão ser montadas conforme as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, observando-se os projetos, layouts e orientações fornecidos pela Secretaria demandante, utilizando sistemas adequados de fixação, travamento, amarração, estaiamento e ancoragem compatíveis com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

5.7.8. Sempre que exigível, as estruturas deverão ser submetidas às vistorias dos órgãos competentes antes do início do evento, cabendo à contratada adotar todas as providências necessárias à obtenção das respectivas autorizações de funcionamento.

5.7.9. O prazo de garantia dos serviços observará a legislação aplicável, especialmente as disposições do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das responsabilidades civis previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.7.10. A fiscalização da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução dos serviços, permanecendo esta integralmente responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de culpa, dolo, imperícia, imprudência ou negligência na execução contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DECORRENTES

6.1. Instrumento de Formalização da Contratação

6.1.1. A presente licitação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, sendo as futuras contratações formalizadas conforme a necessidade da Administração.

6.1.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser formalizadas mediante contrato administrativo ou por outro instrumento hábil, inclusive Nota de Empenho, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável.

6.1.3. Independentemente do instrumento adotado, integrarão a contratação a Ata de Registro de Preços, o Edital, este Termo de Referência, a proposta vencedora e demais documentos que compõem o processo administrativo.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

6.2. Gestão da Ata de Registro de Preços

6.2.1. A Ata de Registro de Preços será gerenciada pelo órgão gerenciador, competindo-lhe acompanhar sua vigência, controlar os quantitativos registrados, monitorar a utilização pelos órgãos participantes, adotar as providências necessárias à manutenção do equilíbrio da contratação e promover os atos administrativos decorrentes de sua gestão.

6.2.2. A utilização dos quantitativos registrados observará rigorosamente os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.

6.2.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração à contratação da totalidade dos quantitativos estimados, constituindo mera expectativa de contratação para a empresa registrada.

6.3. Gestão dos Contratos ou Instrumentos Equivalentes

6.3.1. Cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será acompanhada por gestor e fiscal(is) formalmente designados pela autoridade competente, observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. A gestão contratual compreenderá o acompanhamento da execução, da qualidade dos serviços, do cumprimento dos prazos, das condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no instrumento de contratação.

6.4. Comunicações entre as Partes

6.4.1. As comunicações relacionadas à execução contratual deverão ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico institucional ou outro meio formal que permita sua comprovação.

6.4.2. As notificações expedidas pela Administração produzirão efeitos a partir de sua ciência pela contratada, observadas as disposições constantes do edital, do instrumento contratual e da legislação aplicável.

6.4.3. Sempre que necessário ao adequado acompanhamento da execução, poderão ser realizadas reuniões técnicas entre a fiscalização e a contratada, cujos registros integrarão o processo administrativo.

6.5. Fiscalização Técnica

6.5.1. Compete ao fiscal técnico acompanhar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, da qualidade dos materiais empregados, da regularidade da montagem, operação e desmontagem das estruturas, bem como o atendimento aos prazos estabelecidos.

6.5.2. O fiscal técnico registrará, em documento próprio, todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual, indicando eventuais desconformidades e propondo as medidas corretivas cabíveis.

6.5.3. Constatada irregularidade na execução dos serviços, a contratada será formalmente notificada para promover sua regularização no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo das sanções previstas na legislação e no instrumento contratual.

6.5.4. O fiscal técnico exercerá exclusivamente atividades de acompanhamento e fiscalização da execução, não lhe competindo autorizar pagamentos, aplicar sanções administrativas ou praticar atos privativos do gestor do contrato ou da autoridade competente.

6.6. Fiscalização Administrativa



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

6.6.1. Compete ao fiscal administrativo acompanhar os aspectos administrativos da contratação, verificando a manutenção das condições de habilitação, a regularidade documental da contratada, a instrução dos processos de liquidação e pagamento e demais atos administrativos relacionados à execução contratual.

6.6.2. O fiscal administrativo comunicará ao gestor do contrato toda situação que possa comprometer a regular execução contratual ou ensejar adoção de providências administrativas.

6.7. Gestor do Contrato

6.7.1. O gestor do contrato será responsável pela coordenação da fiscalização, pelo acompanhamento da execução contratual e pela adoção das medidas necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

6.7.2. Compete ao gestor consolidar as informações registradas pelos fiscais, acompanhar o desempenho da contratação, propor medidas corretivas, avaliar pedidos da contratada e encaminhar à autoridade competente as matérias que extrapolem sua competência.

6.7.3. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução contratual e adotará as providências necessárias quando constatada qualquer irregularidade.

6.7.4. Constatado descumprimento contratual, caberá ao gestor adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos e, quando for o caso, propor a instauração do procedimento administrativo para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.7.5. Ao término da contratação, o gestor elaborará relatório conclusivo acerca da execução contratual, registrando os resultados obtidos, eventuais ocorrências relevantes e recomendações para futuras contratações.

6.8. Gestão de Riscos da Execução

6.8.1. Durante toda a execução contratual, a fiscalização deverá acompanhar os riscos inerentes à prestação dos serviços, especialmente aqueles relacionados:

- I – Ao atraso na mobilização, montagem ou desmontagem das estruturas;
- II – À indisponibilidade de equipamentos ou estruturas essenciais;
- III – À interrupção da prestação dos serviços durante os eventos;
- IV – Ao comprometimento da segurança das estruturas ou dos usuários;
- V – Ao descumprimento dos prazos estabelecidos;
- VI – Ao consumo dos quantitativos registrados acima do previsto;
- VII – Ao descumprimento das obrigações contratuais.

6.8.2. Identificado risco capaz de comprometer a continuidade da execução contratual ou a realização dos eventos, o fiscal deverá comunicar imediatamente o gestor do contrato, propondo as medidas mitigadoras cabíveis.

6.9. Indicadores Mínimos de Desempenho

6.9.1. A execução contratual será considerada satisfatória quando observados, dentre outros, os seguintes indicadores:

- I – Cumprimento integral dos prazos estabelecidos para mobilização, montagem, operação e desmontagem;
- II – Atendimento das especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;
- III – Inexistência de interrupções injustificadas durante a realização dos eventos;
- IV – Atendimento tempestivo das determinações da fiscalização;
- V – Manutenção das estruturas em condições adequadas de funcionamento durante todo o período de utilização;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

VI – Inexistência de ocorrências que comprometam a segurança dos usuários em razão da execução contratual.

6.10. Procedimento de Acompanhamento do Consumo da Ata de Registro de Preços

6.10.1. O gestor da Ata deverá acompanhar continuamente a utilização dos quantitativos registrados.

6.10.2. Quando o consumo atingir aproximadamente 70% (setenta por cento) do quantitativo registrado, deverá ser elaborado relatório de projeção de consumo, avaliando a necessidade de adoção de medidas de planejamento para continuidade do atendimento das demandas.

6.10.3. Ao atingir aproximadamente 85% (oitenta e cinco por cento) do quantitativo registrado, o gestor deverá comunicar a autoridade competente acerca da necessidade de avaliar eventual prorrogação da Ata, quando legalmente cabível, ou a instauração de novo procedimento licitatório.

6.10.4. Alcançado o consumo de aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento) dos quantitativos registrados, o gestor deverá comunicar imediatamente à autoridade competente para adoção das providências necessárias à continuidade da prestação dos serviços, evitando descontinuidade do atendimento das necessidades da Administração.

6.11. Disposições Finais

6.11.1. A atuação da fiscalização e da gestão contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto contratado.

6.11.2. Os procedimentos previstos neste capítulo aplicam-se, no que couber, às contratações formalizadas mediante contrato administrativo, nota de empenho ou outro instrumento equivalente decorrente da Ata de Registro de Preços.

6.11.3. Os casos omissos relativos à gestão e fiscalização contratual serão resolvidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na regulamentação municipal aplicável e nas cláusulas do edital e da Ata de Registro de Preços.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Critérios de medição

7.1.1. A medição dos serviços será realizada com base nos quantitativos efetivamente executados, observadas as especificações técnicas, as unidades de fornecimento estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Serviço e na proposta vencedora.

7.1.2. Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, os serviços serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, sendo cada Ordem de Serviço objeto de medição individual.

7.1.3. Somente serão considerados para fins de medição os serviços efetivamente executados e recebidos pela fiscalização, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.4. Não serão objeto de medição os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos autorizados ou demais condições estabelecidas pela Administração.

7.2. Recebimento dos Serviços

7.2.1. A execução dos serviços ocorrerá mediante emissão de Nota de Empenho e da correspondente Ordem de Serviço expedida pela Secretaria demandante.

7.2.2. O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão dos serviços contratados, mediante verificação, pela fiscalização, da conformidade entre os serviços executados e as especificações constantes deste Termo de Referência.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

7.2.3. Verificada qualquer irregularidade, desconformidade ou inadequação dos serviços executados, a contratada será notificada para promover, às suas expensas, a correção, substituição ou complementação necessária, no prazo fixado pela fiscalização.

7.2.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da completa execução dos serviços, da regularidade das correções eventualmente determinadas e da emissão do respectivo Termo de Recebimento pelo servidor competente.

7.2.5. Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e os quantitativos constantes das respectivas Ordens de Serviço.

7.3. Conformidade Técnica dos Serviços

7.3.1. Todos os serviços deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, prevalecendo, em caso de divergência, as exigências estabelecidas pela Administração.

7.3.2. A fiscalização poderá rejeitar total ou parcialmente os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou condições estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.4. Controvérsias quanto à Medição e ao Recebimento

7.4.1. Havendo divergência quanto à quantidade, qualidade ou conformidade dos serviços executados, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.2. Nessa hipótese, a contratada será formalmente comunicada para promover a regularização das inconformidades verificadas.

7.4.3. Quando houver parcela incontroversa da execução contratual, poderá ser emitido documento fiscal correspondente exclusivamente aos serviços regularmente executados, permanecendo suspensa a medição da parcela controvertida até sua regular solução.

7.5. Critérios e Condições de Pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos serviços e o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual e na legislação aplicável.

7.5.2. O pagamento corresponderá exclusivamente aos quantitativos efetivamente executados, recebidos e atestados pela fiscalização, observados os preços registrados na Ata de Registro de Preços.

7.5.3. A efetivação do pagamento ficará condicionada ao cumprimento das exigências legais e administrativas aplicáveis, inclusive quanto à regularidade da documentação exigida para instrução do processo de pagamento.

7.5.4. Eventuais valores correspondentes a serviços rejeitados, executados parcialmente ou em desconformidade com este Termo de Referência não serão objeto de pagamento até sua regularização.

7.6. Responsabilidade Pós-Recebimento

7.6.1. O recebimento definitivo dos serviços não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança e adequação dos serviços executados, permanecendo responsável pelos vícios, defeitos ou falhas posteriormente constatados, na forma da legislação aplicável.

7.6.2. Constatada qualquer irregularidade após o recebimento definitivo, a contratada será formalmente notificada para promover, às suas expensas, os reparos, correções ou substituições necessárias, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

7.7. Disposições Finais

7.7.1. Os critérios de medição e pagamento previstos neste capítulo aplicam-se às contratações formalizadas mediante contrato administrativo, Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente decorrente da Ata de Registro de Preços, observadas as peculiaridades de cada instrumento.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

7.7.2. Os procedimentos de medição, recebimento e pagamento observarão os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, boa-fé objetiva e interesse público, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da legislação financeira aplicável.

8. LIQUIDAÇÃO

8.1. Procedimentos de Liquidação da Despesa

8.1.1. A liquidação da despesa será realizada após o recebimento definitivo dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente emitido pela contratada, observadas as disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

8.1.2. A liquidação consistirá na verificação do direito adquirido pela contratada, mediante conferência da regular execução dos serviços, da documentação apresentada e da conformidade entre os quantitativos executados, a Ordem de Serviço, a Nota de Empenho, a Ata de Registro de Preços e os respectivos documentos fiscais.

8.1.3. O procedimento de liquidação será realizado pelo setor competente da Administração, observando os procedimentos internos estabelecidos pelo Município.

8.2. Verificação da Documentação Fiscal

8.2.1. Para fins de liquidação, serão verificados:

- I – A conformidade da Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente;
- II – O recebimento definitivo dos serviços;
- III – A correspondência entre os quantitativos executados e aqueles efetivamente atestados pela fiscalização;
- IV – A vinculação da despesa à respectiva Nota de Empenho e à Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente;
- V – A regularidade da documentação exigida pela legislação vigente.

8.2.2. A Nota Fiscal deverá conter, no mínimo:

- a) identificação da contratada;
- b) número e data de emissão;
- c) identificação do órgão contratante;
- d) referência à Nota de Empenho e, quando houver, ao contrato ou instrumento equivalente;
- e) descrição dos serviços executados;
- f) quantitativos executados;
- g) valor unitário e valor total;
- h) demais informações exigidas pela legislação tributária.

8.2.3. Constatada qualquer inconsistência, divergência, erro formal ou ausência de documento indispensável, a contratada será formalmente notificada para promover a regularização, permanecendo suspensa a liquidação até o saneamento das pendências.

8.3. Condições para a Liquidação

8.3.1. A liquidação da despesa ficará condicionada:

- I – Ao recebimento definitivo dos serviços;
- II – À certificação da execução pela fiscalização;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

III – À conformidade da documentação fiscal apresentada;

IV – Ao atendimento das condições previstas neste Termo de Referência e no instrumento de contratação.

8.3.2. Sempre que exigido pela legislação, deverá ser verificada a manutenção das condições de habilitação da contratada e sua regularidade perante os órgãos competentes antes da liquidação da despesa.

8.4. Pendências na Liquidação

8.4.1. Havendo pendências relativas à execução dos serviços ou à documentação fiscal apresentada, a liquidação permanecerá suspensa até sua regularização, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis.

8.4.2. O período compreendido entre a notificação da contratada para saneamento das pendências e a sua efetiva regularização não será computado para fins do prazo de pagamento.

8.5. Disposições Finais

8.5.1. A liquidação da despesa será realizada individualmente para cada Ordem de Serviço executada, considerando os quantitativos efetivamente recebidos e atestados pela fiscalização.

8.5.2. A liquidação da despesa não afasta a responsabilidade da contratada pelos vícios, defeitos ou desconformidades constatadas posteriormente, permanecendo íntegros os direitos da Administração de exigir as correções necessárias e aplicar as medidas previstas na Lei nº 14.133/2021.

9. PAGAMENTO

9.1. Prazo para Pagamento

9.1.1. O pagamento será efetuado após a conclusão da liquidação da despesa, mediante ordem bancária em favor da contratada, observado o prazo estabelecido pela Administração, em conformidade com a legislação vigente e com a disponibilidade financeira do Município.

9.1.2. O pagamento ficará condicionado:

I – Ao recebimento definitivo dos serviços;

II – À regular liquidação da despesa;

III – À apresentação da Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente;

IV – Ao atendimento das demais condições previstas neste Termo de Referência.

9.2. Atualização Monetária por Atraso de Pagamento

9.2.1. Ocorrendo atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente desde a data em que deveriam ter sido pagos até a data do efetivo pagamento.

9.2.2. A atualização monetária será calculada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

9.2.3. Não haverá incidência de atualização monetária quando o atraso decorrer de fato imputável exclusivamente à contratada.

9.3. Forma de Pagamento



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

9.3.1. O pagamento será realizado mediante transferência bancária ou outro meio eletrônico de pagamento admitido pela Administração, em conta de titularidade da contratada previamente informada.

9.3.2. Considera-se como data do pagamento aquela correspondente à emissão da respectiva ordem bancária.

9.4. Retenções Tributárias

9.4.1. Por ocasião do pagamento serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável.

9.4.2. A contratada deverá emitir a Nota Fiscal em conformidade com a legislação tributária vigente, destacando, quando cabível, os tributos incidentes sobre a contratação.

9.4.3. A empresa optante pelo Simples Nacional fará jus ao tratamento tributário previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mediante comprovação de sua condição perante a Administração.

9.5. Condições para Liberação do Pagamento

9.5.1. Antes da realização do pagamento, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação exigidas durante a licitação, podendo consultar sistemas oficiais disponíveis ou exigir a apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.5.2. Constatada qualquer irregularidade, a contratada será formalmente notificada para promover sua regularização no prazo estabelecido pela Administração, observado o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

9.6. Suspensão ou Glosa de Pagamento

9.6.1. O pagamento poderá ser suspenso, total ou parcialmente, quando:

I – Houver erro na Nota Fiscal;

II – Forem constatadas divergências entre os serviços executados e aqueles efetivamente medidos;

III – Existirem pendências relativas à execução contratual;

IV – Houver descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

9.6.2. A regularização das pendências pela contratada restabelecerá o procedimento de pagamento, observados os trâmites administrativos pertinentes.

9.6.3. A Administração poderá promover glosa proporcional dos valores relativos aos serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Disposições Finais

9.7.1. Não será admitido pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas pela Lei nº 14.133/2021 e devidamente justificadas pela Administração.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

9.7.2. Eventuais créditos da Administração perante a contratada poderão ser compensados com valores eventualmente devidos, observada a legislação aplicável e assegurado o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

9.7.3. Os pagamentos decorrentes desta contratação observarão as normas orçamentárias, financeiras, tributárias e contábeis aplicáveis ao Município.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.1. Executar os serviços em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Nota de Empenho, da Ordem de Serviço, da proposta apresentada e da legislação aplicável.

10.1.2. Executar os serviços com observância dos princípios da eficiência, qualidade, segurança, continuidade e boa-fé contratual, responsabilizando-se integralmente pela perfeita execução do objeto.

10.1.3. Disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, máquinas, insumos, mão de obra especializada e demais recursos necessários à completa execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

10.1.4. Executar os serviços nos prazos, datas, horários e locais indicados pela Administração, observando rigorosamente as Ordens de Serviço emitidas pela Secretaria demandante.

10.1.5. Assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução contratual, inclusive aqueles decorrentes de falhas operacionais, erros de execução ou inadequação dos equipamentos utilizados.

10.2. Execução dos Serviços

10.2.1. Executar todos os serviços com observância das especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

10.2.2. Realizar o transporte, carga, descarga, montagem, instalação, operação, quando aplicável, manutenção durante o evento, desmontagem e retirada das estruturas, equipamentos e materiais.

10.2.3. Garantir que todos os equipamentos estejam em perfeito estado de conservação, funcionamento, limpeza e segurança.

10.2.4. Substituir imediatamente qualquer equipamento, estrutura ou material que apresente defeitos, avarias, mau funcionamento ou que não atenda às especificações exigidas, sem qualquer custo adicional para a Administração.

10.2.5. Manter equipe técnica suficiente durante toda a realização dos eventos para atendimento de ocorrências, manutenção corretiva e substituição imediata de equipamentos, sempre que necessário.

10.3. Segurança, Qualidade e Responsabilidade Técnica

10.3.1. Cumprir integralmente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, do Corpo de Bombeiros Militar, das concessionárias de energia elétrica e demais normas técnicas aplicáveis ao objeto.

10.3.2. Executar os serviços observando todas as normas de segurança do trabalho, medicina do trabalho e prevenção de acidentes.

10.3.3. Fornecer gratuitamente aos seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs necessários à execução dos serviços.

10.3.4. Responsabilizar-se integralmente pela segurança de seus empregados, prepostos, equipamentos, estruturas e materiais durante toda a execução contratual.

10.3.5. Apresentar, sempre que exigido, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, laudos técnicos, certificados, memoriais de cálculo e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes.

10.3.6. Providenciar todas as licenças, autorizações e documentos exigidos pelos órgãos fiscalizadores para instalação e funcionamento das estruturas objeto desta contratação.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

10.4. Encargos Trabalhistas, Previdenciários, Tributários e Comerciais

10.4.1. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução do objeto.

10.4.2. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários, encargos sociais, seguros, tributos, alimentação, hospedagem, transporte, combustíveis e demais despesas necessárias à execução contratual.

10.4.3. Arcar com os custos decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. Regularidade Documental

10.5.1. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.5.2. Apresentar, sempre que solicitado, a documentação necessária para instrução dos processos de recebimento, liquidação e pagamento.

10.5.3. Encaminhar a Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), juntamente com as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e demais documentos exigidos pela Administração, para o endereço eletrônico informado pela contratante.

10.6. Responsabilidade por Danos

10.6.1. Ressarcir integralmente os prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa, dolo, negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços.

10.6.2. A responsabilidade da contratada subsistirá independentemente da fiscalização exercida pela Administração.

10.7. Representação da Contratada

10.7.1. Indicar preposto formalmente designado para acompanhar a execução contratual, mantendo permanente comunicação com os fiscais e gestores da contratação.

10.7.2. Comunicar imediatamente qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

10.8. Obrigações Específicas para os Banheiros Contêiner

10.8.1. Disponibilizar banheiros contêiner em conformidade com todas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

10.8.2. Disponibilizar unidades adaptadas para pessoas com deficiência e fraldário, atendendo integralmente às normas de acessibilidade.

10.8.3. Realizar a instalação completa dos módulos, incluindo ligações hidráulicas, elétricas, aterramento, escadas, rampas de acesso e demais adaptações necessárias ao perfeito funcionamento.

10.8.4. Manter os banheiros permanentemente abastecidos com papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, sacos para resíduos e demais materiais de higiene durante toda a realização do evento.

10.8.5. Disponibilizar equipe exclusiva para limpeza, higienização, conservação e reposição de materiais durante todo o período de funcionamento.

10.8.6. Realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos efluentes em local devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.

10.8.7. Utilizar produtos de limpeza biodegradáveis e ambientalmente adequados, observando a legislação ambiental vigente.

10.8.8. Apresentar as licenças ambientais necessárias relativas ao transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sanitários.

10.8.9. Entregar o local completamente limpo após a desmontagem das estruturas, removendo resíduos, materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

10.9. Obrigações Específicas para Brinquedos Recreativos

- 10.9.1.** Disponibilizar brinquedos em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança.
- 10.9.2.** Garantir que todos os equipamentos atendam às normas técnicas da ABNT e demais normas aplicáveis.
- 10.9.3.** Disponibilizar operadores e monitores devidamente capacitados durante todo o período de funcionamento dos brinquedos.
- 10.9.4.** Realizar inspeções preventivas antes do início das atividades e sempre que necessário durante os eventos.
- 10.9.5.** Substituir imediatamente qualquer brinquedo que apresente defeitos, riscos à segurança ou funcionamento inadequado.

10.10. Disposições Gerais

- 10.10.1.** Aceitar, quando convocada, a Nota de Empenho, contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido no Edital.
- 10.10.2.** Atender prontamente às determinações da fiscalização relativas à execução contratual.
- 10.10.3.** Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, a execução do objeto, salvo nas hipóteses expressamente admitidas pela Administração.
- 10.10.4.** Observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, da legislação ambiental, trabalhista, previdenciária, tributária, de segurança do trabalho e demais normas aplicáveis.
- 10.10.5.** Responder integralmente pela qualidade dos serviços executados, permanecendo responsável pelos vícios, defeitos ou inadequações constatadas durante a execução contratual ou após o recebimento definitivo, na forma da legislação vigente.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Obrigações gerais da Administração

- 11.1.1.** Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, observadas as disposições deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços, do instrumento de contratação e da legislação aplicável.
- 11.1.2.** Proporcionar as condições necessárias para a adequada execução dos serviços, disponibilizando à Contratada as informações, orientações e documentos indispensáveis ao cumprimento do objeto.
- 11.1.3.** Indicar os locais, datas, horários e demais informações necessárias à execução dos serviços, mediante emissão da respectiva Ordem de Serviço.
- 11.1.4.** Designar gestor e fiscal(is) para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Providências Administrativas

- 11.2.1.** Emitir a Nota de Empenho, Ordem de Serviço ou outro instrumento equivalente necessário à formalização da contratação, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.
- 11.2.2.** Encaminhar à Contratada os documentos necessários ao início da execução dos serviços, contendo todas as informações indispensáveis ao atendimento da demanda.
- 11.2.3.** Disponibilizar, quando couber, os locais destinados à instalação das estruturas em condições adequadas de acesso, observadas as responsabilidades previstas neste Termo de Referência.

11.3. Fiscalização e Acompanhamento

- 11.3.1.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, dos prazos e das demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.3.2.** Receber provisória e definitivamente os serviços executados, na forma estabelecida neste Termo de Referência e na legislação aplicável.
- 11.3.3.** Registrar, em documento próprio, todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual, comunicando à Contratada as irregularidades constatadas e determinando, quando cabível, a adoção das medidas corretivas necessárias.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

11.3.4. Rejeitar, total ou parcialmente, serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou demais condições estabelecidas na contratação.

11.4. Comunicação e Medidas Administrativas

11.4.1. Notificar formalmente a Contratada sobre qualquer irregularidade, falha ou descumprimento contratual, concedendo prazo para manifestação ou regularização, quando cabível.

11.4.2. Aplicar, quando constatada infração contratual, as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, neste Termo de Referência, no Edital e no instrumento de contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.3. Promover a instauração dos procedimentos administrativos necessários à apuração de infrações contratuais e à aplicação das medidas cabíveis.

11.5. Pagamento

11.5.1. Efetuar o pagamento à Contratada após o recebimento definitivo dos serviços, a regular liquidação da despesa e o cumprimento das demais condições previstas neste Termo de Referência.

11.5.2. Realizar os pagamentos observando a ordem cronológica, a disponibilidade financeira e as normas orçamentárias, financeiras e contábeis aplicáveis ao Município.

11.6. Cooperação Administrativa

11.6.1. Prestar os esclarecimentos solicitados pela Contratada, desde que relacionados à execução do objeto e compatíveis com as atribuições da Administração.

11.6.2. Decidir, em prazo razoável, as solicitações e consultas formuladas pela Contratada que dependam de manifestação da Administração para o regular prosseguimento da execução contratual.

11.6.3. Comunicar tempestivamente à Contratada qualquer alteração na programação dos eventos que possa impactar a execução dos serviços, sempre que possível.

11.7. Limitação da Responsabilidade da Administração

11.7.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que relacionados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato, omissão, culpa ou dolo da Contratada, de seus empregados, prepostos ou representantes.

11.7.2. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela execução dos serviços, pela segurança das estruturas, pela qualidade dos materiais empregados e pelos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

11.8. Observância dos Princípios Administrativos

11.8.1. A atuação da Administração observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, segregação de funções, economicidade, motivação, interesse público e demais princípios aplicáveis às contratações públicas.

11.8.2. A Administração exercerá a gestão e a fiscalização da contratação de forma colaborativa, buscando assegurar a adequada execução do objeto, sem prejuízo da responsabilização da Contratada pelo cumprimento integral das obrigações assumidas.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

12.1. Forma de seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório na modalidade **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

12.1.2. O procedimento licitatório observará os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, competitividade, julgamento objetivo, transparência, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

12.1.3. A condução do certame observará as fases, procedimentos e requisitos previstos no Edital e na legislação pertinente.

12.2. Critério de Julgamento

12.2.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, condições de execução e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.2.2. O critério de julgamento adotado visa ampliar a competitividade, possibilitar maior participação de fornecedores e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

12.3. Apresentação das Propostas

12.3.1. A proposta deverá ser apresentada na forma estabelecida no Edital, contendo todas as informações necessárias à identificação do objeto ofertado.

12.3.2. A proposta deverá conter, no mínimo:

I – Descrição do serviço ofertado;

II – Especificações técnicas;

III – Marca e modelo dos equipamentos, quando exigidos neste Termo de Referência;

IV – Preços unitários;

V – Valor total do item;

VI – Demais informações exigidas no Edital.

12.3.3. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, compreendendo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, transporte, alimentação, hospedagem, combustíveis, montagem, desmontagem, manutenção, equipamentos, materiais, mão de obra e demais despesas inerentes à execução contratual.

12.4. Julgamento e Aceitabilidade das Propostas

12.4.1. Serão consideradas aceitáveis as propostas que:

I – Atendam integralmente às exigências do Edital e deste Termo de Referência;

II – Apresentem preços compatíveis com os praticados no mercado;

III – Sejam exequíveis;

IV – Atendam às especificações técnicas do objeto.

12.4.2. A análise da aceitabilidade observará critérios objetivos, vedado qualquer julgamento subjetivo.

12.5. Exequibilidade das Propostas

12.5.1. Sempre que houver indícios de inexecuibilidade da proposta, o Pregoeiro poderá promover diligência para que o licitante demonstre sua viabilidade econômica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.5.2. A comprovação da exequibilidade poderá ocorrer mediante apresentação de planilhas de custos, contratos similares, notas fiscais, documentos fiscais, memória de cálculo ou outros elementos aptos a demonstrar a capacidade de execução do objeto pelos valores ofertados.

12.5.3. A não comprovação da exequibilidade implicará a desclassificação da proposta, observados o contraditório e as regras previstas no Edital.

12.6. Diligências

12.6.1. A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, ressalvadas as hipóteses admitidas pela legislação.

12.6.2. As diligências poderão compreender, entre outras medidas:

I – Solicitação de esclarecimentos;

II – Apresentação de documentos complementares;

III – Comprovação da exequibilidade da proposta;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

IV – Confirmação de informações prestadas pelo licitante.

12.7. Hipóteses de Desclassificação

12.7.1. Serão desclassificadas as propostas que:

I – Não atendam às exigências do Edital ou deste Termo de Referência;

II – Apresentem vícios insanáveis;

III – Contenham informações falsas;

IV – Apresentem preços inexequíveis;

V – Apresentem preços superiores ao orçamento estimado, quando expressamente vedado pelo Edital;

VI – Apresentem objeto diverso daquele licitado.

12.8. Critérios de Desempate

12.8.1. Em caso de empate entre propostas, serão observados os critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021 e, quando aplicável, o tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006.

12.9. Negociação

12.9.1. Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, observado o interesse da Administração e os limites estabelecidos pela legislação.

12.10. Disposições Finais

12.10.1. O julgamento das propostas observará rigorosamente os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, julgamento objetivo, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

12.10.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e pela autoridade competente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da regulamentação municipal aplicável e do Edital.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1. Disposições gerais

13.1.1. A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.2. As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

13.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.2.1. Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em sítio eletrônico oficial;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) **Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) **Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

13.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

13.3.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

13.3.2. Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

13.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.4.1. A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;

a.1 Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

a.2 Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

a.3 A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:

b.1 **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)** superiores a 1 (um), calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:

LG (Liquidez Geral)
$LG = (Ativo\ Circ. + Realizável\ em\ Longo\ Prazo) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$
SG (Solvência Geral)
$SG = (Ativo\ Total) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$
LC (Liquidez Corrente)
$LC = (Ativo\ Circulante) \div (Passivo\ Circulante)$

I- A licitante que obtiver **qualquer índice inferior** aos estipulados será **inabilitada**, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.

II- A análise da qualificação econômico-financeira considerará prioritariamente o último exercício social, sem prejuízo da avaliação comparativa dos exercícios anteriores.

III- As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

b.2. Capital social mínimo integralizado, para licitantes constituídas há menos de 1 (um) ano, ou patrimônio líquido mínimo, para licitantes constituídas há 1 (um) ano ou mais, **correspondente a 10% (dez por cento)** do valor estimado do(s) item(ns) para o(s) qual(is) apresentar proposta.

13.4.2. Justificativa para a exigência de balanço patrimonial

13.4.2.1. A exigência de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais fundamenta-se no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e decorre das características específicas da presente contratação, que envolve a futura e eventual prestação de serviços de locação de estruturas para eventos, incluindo fornecimento, transporte, montagem, manutenção durante o evento e desmontagem de equipamentos de grande porte, demandando capacidade financeira compatível para suportar custos operacionais, mobilização de equipes, logística, manutenção dos equipamentos e execução simultânea de diversos serviços.

13.4.3. A análise comparativa das demonstrações contábeis de exercícios distintos permite verificar não apenas a situação patrimonial momentânea da empresa, mas também sua estabilidade econômico-financeira ao longo do tempo, possibilitando identificar oscilações relevantes, redução da capacidade operacional, comprometimento financeiro ou outros fatores que possam representar risco à adequada execução das futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

13.4.4. Considerando que os serviços poderão ser demandados em diferentes períodos da vigência da Ata, inclusive para eventos de grande porte e com prazos reduzidos para mobilização das estruturas, mostra-se necessária a seleção de empresas que demonstrem estabilidade financeira suficiente para suportar os custos da execução sem comprometer a continuidade dos serviços.

13.4.5. A exigência não configura restrição indevida à competitividade, por limitar-se aos documentos expressamente admitidos pela Lei nº 14.133/2021, sendo medida proporcional, adequada e necessária à mitigação dos riscos de inexecução contratual, em observância aos princípios da razoabilidade, da eficiência, da segurança da contratação e da seleção da proposta mais vantajosa.

13.5. Justificativa para a exigência dos índices econômico-financeiros

13.5.1. A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante apresentação de balanço patrimonial, demonstrações contábeis e índices financeiros, encontra fundamento no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, visando demonstrar que a empresa possui capacidade financeira compatível com as obrigações decorrentes da futura contratação.

13.5.2. A exigência justifica-se em razão das características do objeto, especialmente:

- a)** prestação de serviços que demandam elevado investimento em equipamentos, estruturas e logística;
- b)** necessidade de disponibilização simultânea de equipes técnicas, veículos, equipamentos e materiais;
- c)** execução sob demanda durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade da Administração;
- d)** possibilidade de atendimento de eventos de médio e grande porte, exigindo capacidade financeira para mobilização imediata dos recursos necessários;
- e)** riscos decorrentes da eventual indisponibilidade de equipamentos ou interrupção dos serviços, capazes de comprometer a realização de eventos públicos de interesse da Administração.

13.5.3. A análise das demonstrações contábeis e dos índices econômico-financeiros permite avaliar:

- I** – A capacidade de liquidez da empresa;
- II** – Sua solvência e equilíbrio financeiro;
- III** – A consistência patrimonial para suportar a execução das futuras contratações;
- IV** – Os riscos de descontinuidade das atividades empresariais durante a vigência da Ata.

13.5.4. A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) objetiva verificar a capacidade da licitante de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, constituindo critérios amplamente



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

utilizados nas contratações públicas e compatíveis com a natureza do objeto.

13.5.5. Os índices exigidos foram estabelecidos em patamar mínimo usualmente adotado pela Administração Pública, limitando-se ao estritamente necessário para aferir a capacidade econômico-financeira das licitantes, sem impor restrições desproporcionais à competitividade.

13.5.6. A Administração poderá promover diligências destinadas ao esclarecimento das informações constantes da documentação apresentada, bem como admitir justificativas técnicas e contábeis, quando cabíveis, observando o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

13.5.7. Dessa forma, a exigência da documentação econômico-financeira e dos respectivos índices revela-se adequada, proporcional e necessária para reduzir os riscos de inexecução contratual, assegurando maior segurança às futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

13.5.8. A exigência de patrimônio líquido mínimo, limitado a até 10% do valor estimado da contratação, observará o disposto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e terá por finalidade assegurar que a licitante possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas.

13.5.9. A exigência de patrimônio líquido mínimo constitui medida preventiva destinada a mitigar riscos de inadimplemento, assegurar a continuidade da prestação dos serviços e preservar o interesse público, observando os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

13.6. Regras Específicas para Empresas Optantes pelo Simples Nacional e demais regimes tributários

13.6.1. Empresas optantes pelo **Simples Nacional** deverão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de abril do ano subsequente, desde que a obrigatoriedade de apresentação já estivesse vigente na data de abertura do certame, assegurando-se o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e à segurança jurídica.

13.6.2. Empresas não enquadradas no Simples Nacional, abrangendo aquelas sujeitas ao Lucro Presumido ou ao Lucro Real, poderão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de junho do ano subsequente ao encerramento do exercício, desde que tal condição já estivesse vigente na data de abertura do certame, preservando-se a isonomia entre os concorrentes e a adequação da exigência à realidade fiscal dos distintos regimes tributários.

13.6.4. As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade.

13.6.5. Empresas constituídas no exercício corrente deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, observado o disposto na legislação aplicável.

13.6.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

13.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.7.1. Para comprovar sua capacidade técnica a LICITANTE deverá apresentar:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

13.7.2. As exigências de qualificação técnica previstas neste edital fundamentam-se no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e têm por finalidade demonstrar que a licitante possui experiência prévia, capacidade operacional e estrutura técnica compatíveis com a execução do objeto, reduzindo os riscos de inexecução contratual e assegurando a adequada prestação dos serviços.

13.7.2.1. A exigência de apresentação de **atestado de capacidade técnico-operacional** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado destina-se a comprovar que a licitante possui experiência na execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com os serviços licitados, constituindo requisito necessário para aferição de sua aptidão operacional.

13.7.2.2. A exigência de comprovação da execução de quantitativo mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do quantitativo estimado do respectivo item observa os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, representando percentual suficiente para evidenciar experiência prática na execução do objeto, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

13.7.3. Para os serviços cuja execução envolva **estruturas temporárias, sistemas de iluminação, sonorização, palcos, arquibancadas, tendas, treliças e demais instalações** cuja legislação ou normas técnicas exijam responsabilidade técnica, será obrigatória a apresentação da respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou documento equivalente**, emitido por profissional legalmente habilitado, assegurando que os serviços sejam executados sob responsabilidade técnica e em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.

13.7.4. A exigência de que o atestado contenha identificação do contratante, descrição dos serviços, quantitativos executados, período de execução, local e declaração de execução satisfatória visa conferir maior segurança à análise da capacidade técnica da licitante, permitindo verificar a efetiva compatibilidade entre os serviços anteriormente executados e o objeto da presente contratação.

13.7.5. Será admitida a utilização de um único atestado para comprovação da capacidade técnica em mais de um item, desde que reste demonstrada a compatibilidade técnica entre os serviços executados e os itens licitados, privilegiando-se a ampla competitividade e evitando exigências desnecessárias.

13.7.6. A exigência de registro ou **certidão de regularidade da pessoa jurídica perante o CREA, CAU ou conselho profissional competente** justifica-se pela necessidade de comprovação de que a empresa se encontra regularmente habilitada ao exercício das atividades técnicas abrangidas pelo objeto da contratação, quando exigido pela legislação profissional pertinente.

13.7.7. A exigência de que a contratada possua toda a **documentação técnica necessária à montagem, operação, utilização e manutenção dos equipamentos** decorre da necessidade de garantir a segurança dos usuários, trabalhadores e do público presente nos eventos, bem como assegurar o atendimento às normas técnicas aplicáveis.

13.7.8. Para os **serviços de locação de banheiros químicos e banheiros contêiner**, exige-se **Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental competente** da empresa responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sanitários, em observância à Lei Federal nº 6.938/1981, às Resoluções CONAMA nº 001/1986 e nº 237/1997 e às normas ambientais aplicáveis, visando assegurar a destinação ambientalmente adequada dos efluentes.

13.7.9. Exige-se, ainda, a **comprovação de que a destinação final dos resíduos sanitários ocorrerá em unidade devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente**, mediante apresentação da respectiva Licença de Operação ou documento equivalente, garantindo a regularidade ambiental de todo o ciclo de gerenciamento dos resíduos e prevenindo danos ao meio ambiente e à saúde pública.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

13.8. Justificativa específica para os itens de brinquedos recreativos

13.8.1. A exigência de **atestado de capacidade técnica para os itens de brinquedos recreativos** justifica-se pela necessidade de comprovação de experiência anterior na instalação, operação e manutenção de equipamentos destinados ao uso do público, especialmente crianças, cuja utilização demanda elevados padrões de segurança.

13.8.2. A **apresentação de ART, RRT ou documento equivalente** antes da realização de cada evento tem por finalidade assegurar que a montagem, instalação e operação dos brinquedos sejam executadas sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, reduzindo riscos de acidentes e garantindo o cumprimento das normas técnicas aplicáveis.

13.8.3. A exigência de **conformidade dos equipamentos com as normas da ABNT** e demais regulamentos técnicos visa garantir que todos os equipamentos disponibilizados apresentem condições adequadas de segurança, estabilidade, resistência estrutural e funcionamento, podendo a Administração exigir, sempre que necessário, laudos técnicos, certificados de conformidade, manuais do fabricante ou demais documentos comprobatórios da regularidade dos equipamentos utilizados.

13.8.4. Documentos para Habilitação (Pregão)

13.8.4.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:

a) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação;

b) Comprovante de registro ou inscrição da empresa no CREA, CAU ou outro conselho profissional competente, quando exigido pela legislação aplicável;

c) Para os itens de banheiros químicos e banheiros contêiner, documento que comprove que a coleta, transporte e destinação final dos resíduos sanitários serão realizados por empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.

13.8.5. Documentos para Execução dos Serviços

13.8.5.1. A documentação prevista neste item será apresentada **somente pela empresa vencedora**, antes do início da execução de cada evento, sempre que exigida pela natureza dos serviços contratados.

13.8.5.2. Quando a legislação profissional exigir responsabilidade técnica, a contratada deverá apresentar à fiscalização, antes da montagem das estruturas, a respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT** ou documento equivalente, emitido por profissional legalmente habilitado.

13.8.5.3. Sempre que exigido pelas normas técnicas aplicáveis ou pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação técnica relativa às estruturas e equipamentos utilizados, tais como:

I – Laudos técnicos;

II – Certificados de conformidade;

III – manuais técnicos;

IV – Memoriais ou documentos equivalentes emitidos pelo fabricante ou responsável técnico.

13.8.5.4. Para os brinquedos recreativos, a contratada deverá apresentar, antes do início de cada evento, quando aplicável:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

- I – ART, RRT ou documento equivalente referente à montagem e instalação;
- II – Declaração de que os equipamentos se encontram em condições adequadas de funcionamento e segurança;
- III – Documentação técnica eventualmente exigida pela fiscalização para comprovação da segurança dos equipamentos.

13.8.5.5. Para os serviços de banheiros químicos e banheiros contêiner, a contratada deverá manter disponível para fiscalização, durante a execução contratual, a documentação comprobatória da coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, sempre que solicitada pela Administração.

13.8.5.6. A Administração poderá promover diligências para verificar a autenticidade dos documentos apresentados e esclarecer informações relacionadas à qualificação técnica da licitante, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

13.8.5.7. Não será exigida documentação técnica que somente possa ser produzida após a definição do local, da data ou das características específicas de cada evento, devendo tais documentos ser apresentados exclusivamente durante a execução contratual, quando pertinentes.

14. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

14.1. Condições gerais de participação

Poderão participar deste procedimento licitatório as pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no País, cujo objeto social seja compatível com o objeto desta contratação e que atendam às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na legislação aplicável.

14.1.2. A participação no certame implica pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e na legislação pertinente, bem como a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.

14.1.3. Os licitantes deverão atender às condições de participação, habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e neste Termo de Referência.

14.1.4. O descumprimento das exigências previstas no instrumento convocatório poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme a fase do procedimento licitatório.

14.2. Tratamento Favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

14.2.1. Será assegurado às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei Complementar nº 147/2014, na Lei nº 14.133/2021 e na legislação municipal aplicável.

14.2.2. Quando cabível, será observado o critério de preferência para fornecedores locais e regionais, nos termos do Decreto Municipal nº 18.573/2025, desde que atendidos os pressupostos legais e preservada a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

14.2.3. A aplicação dos benefícios previstos na legislação não afastará a observância dos princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

14.3. Vedações à Participação

14.3.1. Não poderão participar deste procedimento licitatório as pessoas jurídicas:

- I – Enquadradas nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- II – Impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

III – Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV – Que tenham sido sancionadas com impedimento ou suspensão aplicável ao órgão ou entidade promotora da licitação;

V – Que estejam constituídas com o propósito de fraudar ou burlar sanções administrativas impostas a outras empresas, comprovada a identidade de sócios, administradores ou controle societário, observada a legislação aplicável;

VI – Estrangeiras que não possuam autorização para funcionar no País, quando exigida pela legislação;

VII – Em processo de dissolução ou liquidação.

14.3.2. A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame, desde que demonstre sua viabilidade econômica e atenda às exigências previstas no Edital e na legislação aplicável.

14.4. Vedação à Participação em Consórcio

14.4.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

14.4.2. A vedação justifica-se em razão de o objeto consistir na prestação de serviços comuns, com baixa complexidade técnica, amplamente ofertados no mercado por empresas especializadas, inexistindo necessidade de associação entre empresas para sua adequada execução.

14.4.3. A admissão de consórcios, no presente caso, poderá restringir a competitividade, dificultar a gestão contratual e comprometer a eficiência da execução, sem apresentar vantagens técnicas ou econômicas para a Administração.

14.5. Conflito de Interesses e Nepotismo

14.5.1. É vedada a participação, direta ou indireta, de pessoa jurídica que possua, em seu quadro societário ou de administração, agente público que exerça atribuições relacionadas à licitação, à contratação ou à fiscalização do objeto, nos termos da legislação vigente.

14.5.2. Também é vedada a participação de empresa cujo sócio, administrador ou dirigente possua vínculo que configure conflito de interesses ou prática de nepotismo, observado o disposto na Constituição Federal, na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal e na legislação aplicável.

14.5.3. A vedação prevista neste item aplica-se igualmente à utilização, na execução contratual, de empregados ou colaboradores cuja contratação configure situação de nepotismo ou conflito de interesses, quando caracterizada pela legislação aplicável.

14.6. Declarações dos Licitantes

14.6.1. A participação no certame implica declaração do licitante de que:

I – Atende aos requisitos de habilitação exigidos para a contratação;

II – Possui capacidade técnica, operacional e econômica para executar o objeto licitado;

III – Inexistem fatos impeditivos à sua participação na licitação ou à futura contratação, comprometendo-se a comunicar qualquer ocorrência superveniente;

IV – Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

V – Sua proposta econômica foi elaborada de forma independente, sem prática de conluio, fraude ou qualquer conduta que comprometa a competitividade do certame;

VI – Está ciente e concorda integralmente com as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável;

VII – cumprirá todas as exigências relativas à execução contratual, assumindo integral responsabilidade pela veracidade das informações e documentos apresentados.

14.6.2. As declarações de que trata este item poderão ser apresentadas por meio de documentos específicos conforme modelos exigidos no Edital e conforme a legislação vigente.

15. PENALIDADES

15.1. Infrações administrativas

15.1.1. Constitui infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a prática, pelo licitante ou pela contratada, de qualquer ação ou omissão que caracterize descumprimento das obrigações assumidas durante a licitação ou a execução contratual.

15.1.2. Consideram-se infrações administrativas, dentre outras previstas na legislação:

I – Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – Dar causa à inexecução total do contrato;

IV – Deixar de entregar documentação exigida para o certame ou para a contratação;

V – Deixar de manter a proposta, sem motivo devidamente justificado;

VI – Deixar de celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente quando regularmente convocado;

VII – Retardar injustificadamente a execução do objeto;

VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa;

IX – Fraudar a licitação ou a execução contratual;

X – Comportar-se de modo inidôneo ou praticar fraude de qualquer natureza;

XI – Praticar atos destinados a frustrar os objetivos da licitação;

XII – Praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

15.2. Sanções Aplicáveis

15.2.1. Observada a natureza da infração, a gravidade da conduta e o devido processo legal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.2.2. As sanções serão aplicadas na forma e nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, motivação e individualização da pena.

15.3. Multas

15.3.1. A multa moratória poderá ser aplicada em caso de atraso injustificado na execução dos serviços, no percentual de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento).

15.3.2. Caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicada multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação ou da parcela inadimplida, conforme a extensão do descumprimento.

15.3.3. A aplicação da multa não impede a aplicação das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, quando cabíveis.

15.3.4. Os valores correspondentes às multas poderão ser descontados dos créditos eventualmente devidos à contratada ou cobrados administrativa ou judicialmente, observado o devido processo legal.

15.4. Critérios para Aplicação das Sanções

15.4.1. Na aplicação das sanções administrativas serão considerados, entre outros:

I – A natureza e a gravidade da infração;

II – Os danos causados à Administração;

III – As circunstâncias agravantes e atenuantes;

IV – A vantagem auferida pelo infrator, quando houver;

V – Os antecedentes da contratada quanto ao cumprimento de contratos administrativos;

VI – A boa-fé, a colaboração e a adoção de medidas destinadas à mitigação dos prejuízos.

15.5. Cumulação das Sanções

15.5.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando a gravidade da infração assim justificar.

15.5.2. A aplicação de sanções administrativas não afasta a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

15.6. Processo Administrativo Sancionador

15.6.1. A aplicação de qualquer sanção administrativa dependerá da instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

15.6.2. O processo sancionador será conduzido pela autoridade competente, observando os princípios da legalidade, motivação, proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica e interesse público.

15.6.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade observará o procedimento previsto nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

15.7. Disposições Finais

15.7.1. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a responsabilidade civil, administrativa ou penal da contratada, quando cabível.

15.7.2. As penalidades aplicadas serão registradas nos cadastros oficiais competentes, na forma da legislação vigente.

15.7.3. Os casos omissos relativos à aplicação de sanções administrativas serão resolvidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na regulamentação municipal e nas demais normas aplicáveis.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. Valor estimado da contratação

16.1.1. O valor total estimado da presente contratação é de **R\$ 7.769.082,39 (sete milhões, setecentos e sessenta e nove mil, oitenta e dois reais e trinta e nove centavos)**, correspondente ao somatório dos valores estimados dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência.

16.1.2. O valor estimado possui caráter meramente referencial e destina-se ao planejamento da contratação, à verificação da disponibilidade orçamentária, à definição do procedimento licitatório e à análise da aceitabilidade das propostas apresentadas.

16.1.3. Os quantitativos e os respectivos valores estimados encontram-se detalhados na Planilha de Formação de Preços e demais documentos que integram o processo administrativo.

16.2. Metodologia da Estimativa de Preços

16.2.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada pelo setor competente, mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a regulamentação municipal aplicável.

16.2.2. Para a formação da estimativa foram utilizados parâmetros de pesquisa compatíveis com a legislação vigente, considerando informações obtidas em bancos oficiais de preços, contratações públicas similares, pesquisas junto ao mercado fornecedor e demais fontes idôneas disponíveis, observadas as características do objeto contratado.

16.2.3. Os critérios adotados, as fontes consultadas, a metodologia utilizada, a memória de cálculo e o mapa comparativo de preços encontram-se devidamente demonstrados no Relatório de Pesquisa de Preços que integra o processo administrativo da contratação.

16.2.4. Na consolidação da estimativa foram observados critérios técnicos destinados a identificar preços compatíveis com os praticados no mercado, buscando assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

16.3. Natureza do Valor Estimado

16.3.1. O valor estimado não constitui obrigação de contratação da totalidade dos quantitativos registrados, nem gera direito subjetivo à contratação por parte dos futuros fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços.

16.3.2. A execução da contratação ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, observados os quantitativos efetivamente demandados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

16.3.3. Os preços registrados poderão ser utilizados exclusivamente para as contratações realizadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, na regulamentação municipal e no respectivo instrumento convocatório.

17. COMPATIBILIDADE COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Adequação Orçamentária

17.1.1. As despesas decorrentes das futuras contratações correrão à conta das dotações orçamentárias próprias de cada Secretaria participante, observadas as respectivas disponibilidades orçamentárias e financeiras no momento da emissão da Nota de Empenho.

17.1.2. Considerando que a contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, a existência da Ata de Registro de Preços não implica obrigação de contratação da totalidade dos quantitativos registrados, tampouco reserva integral dos recursos orçamentários correspondentes.

17.1.3. Cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços ficará condicionada:

I – À existência de dotação orçamentária suficiente;

II – À disponibilidade financeira;

III – À emissão da respectiva Nota de Empenho;

IV – Ao atendimento das normas orçamentárias, financeiras e fiscais aplicáveis.

17.2. Classificação Orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - SEMCET
PROGRAMA	12 367 0008 2030 0000 -CULTURA
NAT. DA DESPESA	3.3.90.39.00
FONTE DE RECURSOS	TESOURO/CULTURA
FICHA	423
PROGRAMA	23 695 0027 3076 0000- ESPORTE
NAT. DA DESPESA	3.3.90.39.00
FONTE DE RECURSOS	TESOURO/ESPORTE
FICHA	422
PROGRAMA	13 392 0009 3078 0000- TURISMO
NAT. DA DESPESA	3.3.90.39.00
FONTE DE RECURSOS	TES/TURISMO
FICHA	433
ÓRGÃO	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura- SEMINFRA
PROGRAMA	20 606 0023 2073 0000
NAT. DA DESPESA	3.3.90.39.00
FONTE DE RECURSOS	PROPRIO
FICHA	401
ÓRGÃO	Secretaria Municipal de Saúde- SEMSAU
PROGRAMA	10 122 0074 2033 0000



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

NAT. DA DESPESA	3.3.90.39.00
FONTE DE RECURSOS	PROPRIO
FICHA	188
ÓRGÃO	Secretaria Municipal de Educação- SEMED
PROGRAMA	12.361.0001.2022
NAT. DA DESPESA	3.3.90.39.00
FONTE DE RECURSOS	PROPRIO
FICHA	112

18. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

18.1. Órgão Gerenciador

18.1.1. O presente procedimento licitatório será gerenciado pelo órgão responsável pela condução do Sistema de Registro de Preços, competindo-lhe praticar todos os atos de gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

18.1.2. Compete ao órgão gerenciador, dentre outras atribuições:

I – Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

II – Controlar os quantitativos registrados;

III – Acompanhar a vigência da Ata;

IV – Autorizar, quando cabível, a adesão de órgãos ou entidades não participantes;

V – Praticar os demais atos inerentes à gestão do Sistema de Registro de Preços.

18.2. Órgãos Participantes

18.2.1. Participam da presente licitação, na condição de órgãos participantes da Ata de Registro de Preços, as seguintes Secretarias Municipais:

Ordem	Órgão Participante
01	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – SEMCET
02	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA
03	Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU
04	Secretaria Municipal de Educação – SEMED

18.2.2. Cada órgão participante será responsável pelo planejamento de suas demandas, emissão das respectivas Ordens de Serviço, fiscalização da execução contratual, recebimento dos serviços, liquidação da despesa, pagamento e gestão das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, observadas suas competências administrativas.

18.2.3. A utilização da Ata de Registro de Preços pelos órgãos participantes ocorrerá conforme suas necessidades administrativas e disponibilidade orçamentária, não existindo obrigação de contratação da totalidade dos quantitativos estimados.

19. ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

19.1. Utilização da Ata de Registro de Preços por Órgãos Não Participantes

19.1.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento licitatório, na condição de órgãos ou entidades não participantes, desde que observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da regulamentação municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços e das condições estabelecidas na própria Ata.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

19.1.2. A adesão dependerá de prévia autorização do órgão gerenciador e da concordância do fornecedor registrado, não constituindo direito do órgão interessado nem obrigação do fornecedor.

19.2. Requisitos para Adesão

19.2.1. A adesão por órgão ou entidade não participante ficará condicionada, cumulativamente:

- I – À demonstração da vantagem da adesão para a Administração interessada;
- II – À comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- III – À existência de saldo quantitativo disponível na Ata de Registro de Preços;
- IV – À anuência expressa do órgão gerenciador;
- V – À concordância do fornecedor beneficiário da Ata.

19.2.2. O processo administrativo de adesão deverá conter justificativa técnica e econômica demonstrando a vantajosidade da utilização da Ata de Registro de Preços.

19.3. Limites para Adesão

19.3.1. As aquisições ou contratações decorrentes de adesão por órgão não participante não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, nos termos da regulamentação municipal vigente.

19.3.2. A adesão deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da Ata, observados os quantitativos disponíveis e as condições nela estabelecidas.

19.4. Responsabilidades

19.4.1. Compete ao órgão ou entidade não participante:

- I – Instruir o respectivo processo administrativo;
- II – Comprovar a vantajosidade da adesão;
- III – Realizar a contratação;
- IV – Designar gestor e fiscal do contrato;
- V – Promover o recebimento, a liquidação da despesa e o pagamento;
- VI – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

19.4.2. O fornecedor registrado poderá aceitar ou recusar o fornecimento decorrente da adesão, desde que a aceitação não comprometa as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

19.5. Disposições Finais



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

19.5.1. A adesão à Ata de Registro de Preços não altera as condições originalmente pactuadas, permanecendo inalterados o objeto, as especificações técnicas, os preços registrados, os prazos e as demais condições estabelecidas na Ata e neste Termo de Referência.

19.5.2. A utilização da Ata por órgãos ou entidades não participantes deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e seleção da proposta mais vantajosa, sendo vedada sua utilização em desacordo com a legislação ou como forma de afastar indevidamente a realização de procedimento licitatório.

19.5.3. Os casos omissos relativos à adesão de órgãos ou entidades não participantes serão resolvidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na regulamentação municipal do Sistema de Registro de Preços e nas cláusulas da Ata de Registro de Preços.

20. DA REVISÃO DOS PREÇOS

20.1. Regra Geral

20.1.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços permanecerão fixos durante o período de vigência inicial da Ata, ressalvadas as hipóteses de revisão para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstas na Lei nº 14.133/2021.

20.1.2. A revisão de preços constitui medida excepcional destinada exclusivamente à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado, não se confundindo com reajuste ou atualização monetária.

20.2. Hipóteses de Revisão

20.2.1. Os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo, quando comprovada a ocorrência de fato superveniente que altere significativamente os custos da contratação, desde que caracterizada a ruptura do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecido.

20.2.2. A revisão poderá ocorrer, dentre outras hipóteses:

- I** – Redução dos preços praticados no mercado, tornando os preços registrados superiores aos valores correntes;
- II** – Ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que provoque aumento comprovado dos custos da contratação;
- III** – Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais que repercutam diretamente sobre os custos da contratação;
- IV** – Outras hipóteses legalmente admitidas que justifiquem a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

20.3. Revisão por Redução dos Preços de Mercado

20.3.1. Verificada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração poderá convocar o fornecedor registrado para negociação, objetivando a adequação dos preços registrados aos valores de mercado.

20.3.2. Não havendo acordo quanto à redução dos preços, a Administração poderá cancelar o registro do fornecedor, observadas as disposições legais e assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

20.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro, a Administração poderá convocar os demais fornecedores registrados, observada a ordem de classificação, para negociação nas mesmas condições.

20.4. Revisão por Elevação dos Custos

20.4.1. O fornecedor poderá solicitar a revisão dos preços registrados quando demonstrar, mediante documentação idônea, a ocorrência de fato superveniente que tenha provocado desequilíbrio econômico-financeiro da contratação.

20.4.2. O pedido deverá ser formalizado por escrito e instruído com documentos capazes de comprovar a efetiva alteração dos custos, tais como:

I – Notas fiscais de aquisição de insumos;

II – Planilhas de composição de custos;

III – Documentos emitidos por fornecedores;

IV – Índices ou publicações oficiais, quando pertinentes;

V – Outros documentos aptos à demonstração do desequilíbrio alegado.

20.4.3. A mera elevação de preços de mercado, desacompanhada de comprovação da efetiva repercussão sobre os custos da contratação, não constitui fundamento suficiente para a revisão dos preços registrados.

20.5. Procedimento de Revisão

20.5.1. O pedido de revisão será analisado pela Administração, que poderá promover diligências, solicitar documentos complementares e realizar negociação com o fornecedor.

20.5.2. Até a decisão definitiva sobre o pedido, o fornecedor permanecerá obrigado ao cumprimento das obrigações assumidas, salvo se formalmente dispensado pela Administração.

20.5.3. A eventual revisão produzirá efeitos a partir da decisão administrativa que a conceder, vedada a concessão automática ou baseada em mera presunção de aumento de custos.

20.6. Disposições Finais

20.6.1. A revisão dos preços dependerá sempre de decisão motivada da Administração, precedida da análise técnica e jurídica cabível, quando exigida.

20.6.2. A ausência de comprovação suficiente do desequilíbrio econômico-financeiro implicará o indeferimento do pedido, permanecendo válidos os preços registrados.

20.6.3. A revisão dos preços não altera as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços, permanecendo inalteradas as condições originalmente pactuadas, salvo quanto aos valores objeto da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

21. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Prazo de Vigência



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

21.1.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento terá vigência de 01 (um) ano, contado da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo produzir efeitos após sua divulgação, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

21.1.2. Durante sua vigência, a Ata poderá ser utilizada para formalização das contratações decorrentes das necessidades dos órgãos participantes, observadas as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e na própria Ata de Registro de Preços.

21.2. Prorrogação da Ata de Registro de Preços

21.2.1. A vigência da Ata poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados para a Administração e mantidas as condições que justificaram a contratação, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável.

21.2.2. A prorrogação dependerá, cumulativamente:

I – De manifestação favorável da Administração;

II – Da concordância do fornecedor registrado;

III – Da demonstração de que os preços permanecem vantajosos em relação aos praticados no mercado;

IV – Da manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

21.2.3. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo ou instrumento equivalente, devidamente instruído nos autos do processo administrativo.

21.3. Vigência das Contratações Decorrentes

21.3.1. A vigência da Ata de Registro de Preços não se confunde com a vigência das contratações dela decorrentes.

21.3.2. Os contratos, notas de empenho ou instrumentos equivalentes formalizados durante a vigência da Ata permanecerão válidos até o integral cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, observado o respectivo instrumento de contratação e a legislação vigente.

21.3.3. O encerramento da vigência da Ata de Registro de Preços não impede a execução das contratações regularmente formalizadas durante sua vigência.

21.4. Cadastro de Reserva

21.4.1. Será constituído cadastro de reserva, na forma prevista no Edital e na regulamentação municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

21.4.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços do fornecedor vencedor, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para verificar o interesse na manutenção do registro de preços, nas condições estabelecidas na Ata e na legislação aplicável.

21.5. Disposições Finais



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

21.5.1. A vigência da Ata de Registro de Preços não gera direito subjetivo à contratação, permanecendo as futuras contratações condicionadas às necessidades da Administração, à disponibilidade orçamentária e financeira e à emissão da respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

21.5.2. Os casos omissos relativos à vigência, prorrogação e utilização da Ata de Registro de Preços serão resolvidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na regulamentação municipal do Sistema de Registro de Preços e nas disposições do Edital.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Formação do Cadastro de Reserva

22.1.1. Após a homologação da licitação, será constituído cadastro de reserva, na forma de anexo à Ata de Registro de Preços, composto pelos licitantes que aceitarem registrar seus preços em igualdade com o preço do licitante vencedor, observada a ordem de classificação final do certame.

22.1.2. A inclusão do licitante no cadastro de reserva não gera direito à contratação, constituindo mera expectativa de convocação nas hipóteses previstas na legislação, neste Termo de Referência e no Edital.

22.1.3. Havendo mais de um licitante interessado em compor o cadastro de reserva, será observada a ordem de classificação obtida ao término da fase competitiva.

22.2. Utilização do Cadastro de Reserva

22.2.1. O cadastro de reserva poderá ser utilizado quando ocorrer qualquer hipótese que impeça o fornecedor originalmente registrado de manter ou executar a Ata de Registro de Preços.

22.2.2. Constituem hipóteses de convocação do cadastro de reserva, dentre outras previstas na legislação:

- a)** a recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital;
- b)** o cancelamento do registro de preços ou a superveniência de impedimento que inviabilize a execução pelo fornecedor originalmente registrado.

22.7. Na hipótese prevista na alínea “a” do item **22.2.2.** a Administração poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva para assinatura da ata de registro de preços, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis ao adjudicatário.

22.3. Convocação dos Fornecedores

22.3.1. A convocação dos fornecedores integrantes do cadastro de reserva observará rigorosamente a ordem de classificação estabelecida na Ata de Registro de Preços.

22.3.2.

22.3.3. O fornecedor convocado deverá manifestar-se no prazo estabelecido pela Administração quanto ao interesse em assumir o registro de preços, mantidas as condições originalmente registradas.

22.3.4. Aceita a convocação e comprovada a manutenção das condições de habilitação, o fornecedor passará a ocupar a posição anteriormente pertencente ao fornecedor cujo registro foi cancelado, assumindo todos os direitos e obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

22.4. Ausência de Cadastro de Reserva

22.4.1. Na inexistência de cadastro de reserva, ou caso todos os fornecedores convocados recusem assumir o registro, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação do certame, para negociação e eventual assinatura da Ata de Registro de Preços.

22.4.2. A convocação dos licitantes remanescentes dependerá da demonstração da vantajosidade da contratação, da manutenção da compatibilidade dos preços com o mercado e do atendimento às condições estabelecidas no Edital.

22.5. Disposições Finais



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

22.5.1. A utilização do cadastro de reserva observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, da regulamentação municipal do Sistema de Registro de Preços e das condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

22.5.2. A convocação do cadastro de reserva não prejudicará a aplicação das sanções cabíveis ao fornecedor que der causa ao cancelamento do registro de preços ou deixar de cumprir as obrigações assumidas.

22.5.3. Os casos omissos relativos à formação e utilização do cadastro de reserva serão resolvidos pela Administração, observada a legislação vigente.

23. INFORMAÇÕES GERAIS

23.1. Base legal

23.1.1. O presente Termo de Referência rege-se, principalmente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, bem como pelos decretos e normas regulamentares municipais aplicáveis, especialmente aqueles que disciplinam o Sistema de Registro de Preços.

23.2. Casos omissos

23.2.1. Os casos omissos e as dúvidas eventualmente surgidas na aplicação deste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente, dos princípios que regem a Administração Pública e das normas aplicáveis às contratações públicas, sem prejuízo das disposições constantes do edital e da Ata de Registro de Preços.

23.3. Aceitação das condições

23.3.1. A assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor vencedor implica plena aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na própria Ata, não podendo ser alegado desconhecimento como fundamento para descumprimento das obrigações assumidas.

23.4. Adjudicação

23.4.1. A adjudicação do objeto poderá ocorrer para um ou mais fornecedores, desde que as propostas apresentadas estejam em conformidade com as especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, observando-se o critério de julgamento definido no certame.

23.5. Condutas vedadas e responsabilidades

23.5.1. A recusa injustificada, tácita ou expressa, do fornecedor registrado em atender às solicitações de fornecimento regularmente formalizadas pela Administração, quando caracterizada a obrigação assumida, sujeita o infrator às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilizações cabíveis.

23.6. Informações e esclarecimentos

23.6.1. Informações adicionais e esclarecimentos sobre o presente Termo de Referência poderão ser obtidos no horário de expediente administrativo, ou por meio dos canais oficiais de comunicação disponibilizados pela Administração Municipal, através do e-mail: srp@ouropretodoeste.ro.gov.br

24. DO FORO

24.1. Solução administrativa prévia

24.1.1. As dúvidas, omissões e controvérsias eventualmente surgidas durante a aplicação deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes deverão ser, preferencialmente, solucionadas na esfera administrativa, mediante observância da Lei nº 14.133/2021, da regulamentação municipal e dos princípios que regem as contratações públicas.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL
GERENCIA DE EXECUÇÃO E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS - GRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 1378/DCL/2026

24.1.2. Permanecendo a controvérsia, serão adotadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, na forma da legislação vigente.

24.2. Foro Competente

24.2.1. Para dirimir eventuais controvérsias judiciais decorrentes da execução das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços, será competente o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, observado o disposto na legislação processual aplicável.

24.3. Aprovação do Termo de Referência

24.3.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, integrando a fase preparatória da presente contratação.

24.3.2. Após sua aprovação pela autoridade competente, ficam autorizadas as providências necessárias ao prosseguimento do processo administrativo e à realização do procedimento licitatório, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

APROVAÇÃO

Aprovo o presente Termo de Referência, por atender às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, autorizando o prosseguimento do procedimento licitatório para a contratação do objeto nele descrito.

Ouro Preto do Oeste/RO, 29 de junho de 2026.

Emersson Douglas Xavier da Fonseca,
Assessor Especial Da Semcet

Andreza Justina Dias
Assessora Especial –SEMED

Francielli Luiza Silva Malaquias
Assessora Especial da SEMSAU

Manoel Henrique Santos de Souza
Assessor Especial -SEMINFRA



Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA	TERMO DE REFERENCIA ESTRUT xx	30/06/2026

ID:	1642625	Processo	Documento
CRC:	A0CFCE00		
Processo:	1-1378/2026		
Usuário:	Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação:	30/06/2026 12:05:12	Finalização:	30/06/2026 12:05:12

MD5: **9983E74062DDB8FD6227B2EC6057C10E**

SHA256: **0BEB4D5FC693D04FA3D7DB97383D537D34A6212830144A6A2CA81DD1741D8A30**

Súmula/Objeto:

Proc. Adm. nº 1378/2026

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	OURO PRETO DO OESTE	RO	30/06/2026 12:05:12
---	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

ATENDIMENTO À DEMANDA DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO, PARA	30/06/2026 12:05:12
---	---------------------


DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 44	01/07/2026	1644162
--------------------------------	------------	---------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	30/06/2026 12:45:35
---	-----------------------------	---------------------

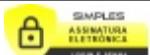
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Andreza Justina Dias	Assessor Especial da SEMED	30/06/2026 12:50:53
---	----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Francielli Luiza Silva Malaquias	Assessor Especial da SEMSAU	30/06/2026 12:57:22
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Manoel Henrique Santos de Souza	Assessor Especial da Semintra	01/07/2026 08:41:15
--	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1642625 e o CRC A0CFCE00.



ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)

DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I – Não há fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente, nem aplicação de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes;

II – Declaramos, quando couber, que a empresa está enquadrada na condição de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III – Quando aplicável, declaramos que, no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não ultrapassam o limite de receita bruta permitido para fins de enquadramento como ME ou EPP, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

IV – Temos pleno conhecimento e aceitamos integralmente as regras e condições gerais da contratação estabelecidas no Edital e na legislação vigente;

V – Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VI – Cumprimos o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII – A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento de todos os direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, em normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

VIII – Cumprimos todos os requisitos de habilitação exigidos e declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

IX – Assumimos inteira responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico utilizado para a realização deste certame;

X – Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados em regime de trabalho degradante ou forçado, observando os dispositivos constitucionais dos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XI – Não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

XII – Não possuímos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão da contratação, nem com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

XIII – Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, não tendo sido, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informada, discutida ou combinada com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou pessoa;

XIV – Declaramos estar cientes, conhecer e entender os termos das Leis Anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) e demais normas aplicáveis, comprometendo-nos a abster-nos de qualquer prática que configure





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)

violação de tais dispositivos, por nós, nossos administradores, diretores, funcionários, agentes ou sócios que venham a agir em nosso nome.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do Rep. Legal da Empresa)

NOTA EXPLICATIVA

Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.

Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.

Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO	ANEXO II -MODELO DEC. UNIFICADA	30/06/2026

ID:	1642626	Processo	Documento
CRC:	A40A7708		
Processo:	1-1378/2026		
Usuário:	Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação:	30/06/2026 12:05:12	Finalização:	30/06/2026 12:05:12

MD5:	E58C4A9B4B3DBA27361F7D34CD876724
SHA256:	B6478FEFAC2CD31CFAB4B439BA8A26AF1CA1116C0E2EF44930FC66F21A488328

Súmula/Objeto:

Proc. Adm. nº 1378/2026

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	OURO PRETO DO OESTE	RO	30/06/2026 12:05:12
---	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

ATENDIMENTO À DEMANDA DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO, PARA	30/06/2026 12:05:12
---	---------------------


DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 44	01/07/2026	1644162
--------------------------------	------------	---------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	30/06/2026 12:45:36
---	-----------------------------	---------------------

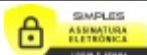
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Andreza Justina Dias	Assessor Especial da SEMED	30/06/2026 12:50:54
---	----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Francielli Luiza Silva Malaquias	Assessor Especial da SEMSAU	30/06/2026 12:57:23
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Manoel Henrique Santos de Souza	Assessor Especial da Seminfra	01/07/2026 08:41:18
--	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1642626 e o CRC A40A7708.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA
CNPJ

CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QUANT.	VALOR UN	TOTAL R\$
VALOR TOTAL R\$						

1. Declaramos que esta proposta foi elaborada em conformidade com o edital, o Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo licitatório, dos quais temos pleno conhecimento e aceitação.
2. Declaramos que os preços propostos incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transporte, seguros e quaisquer outras despesas incidentes.
3. Comprometemo-nos a cumprir integralmente as condições, prazos e especificações estabelecidas no edital e no Termo de Referência.
4. Declaramos que os **preços ofertados são exequíveis e compatíveis com os custos de mercado**, assumindo total responsabilidade por sua execução.
5. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:

Agência:

Conta:

Chave PIX:

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome:

CPF:

Cargo:

LOCAL E DATA

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Rep. Legal da Empresa)





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA	ANEXO III - MODELO PROPOSTA	30/06/2026

ID:	1642627	Processo	Documento
CRC:	27946720		
Processo:	1-1378/2026		
Usuário:	Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação:	30/06/2026 12:05:12	Finalização:	30/06/2026 12:05:13

MD5: **76910C480E64D7E2C0C70154FC1F5524**

SHA256: **06C702258158E24865A3278B6846F5A3B5E97772E790453556829CE5BCAFC146**

Súmula/Objeto:

Proc. Adm. nº 1378/2026

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	OURO PRETO DO OESTE	RO	30/06/2026 12:05:12
---	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

ATENDIMENTO À DEMANDA DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO, PARA	30/06/2026 12:05:12
---	---------------------


DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 44	01/07/2026	1644162
--------------------------------	------------	---------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	30/06/2026 12:45:36
---	-----------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Andreza Justina Dias	Assessor Especial da SEMED	30/06/2026 12:50:54
---	----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Francielli Luiza Silva Malaquias	Assessor Especial da SEMSAU	30/06/2026 12:57:23
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Manoel Henrique Santos de Souza	Assessor Especial da Seminfra	01/07/2026 08:42:56
--	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1642627 e o CRC 27946720.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

ANEXO IV – MINUTA DE ARP

Através deste instrumento, a Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 04.380.507/0001-79, com sede na Avenida Daniel Comboni, n. 1156, Bairro Jardim Tropical, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Prefeito, **JUAN ALEX TESTONI**, e a (s) empresa (s) identificada (s) no Anexo Único desta Ata, resolvem, **REGISTRAR PREÇOS**, visando futuras e eventuais **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS (SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, PALCOS, ARQUIBANCADAS, BRINQUEDOS RECREATIVOS E OUTROS, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM**, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e nesta ARP, sujeitando-se as partes às normas previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 17.516/2024.

1. DO OBJETO

- 1.1.** A presente Ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo registro das propostas vencedoras, com intenção de eventuais **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS**, conforme estipulado no Termo de Referência.
- 1.2.** Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços, deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1.** Os preços, quantidades, identificação do fornecedor, especificação dos itens registrados, encontram-se indicados no anexo desta ARP.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

- 3.1.** Os órgãos participantes desta ARP, constam no Termo de Referência, parte integrante do **Pregão Eletrônico nº/2026 e do Processo Administrativo nº 1378/GECRP/2026**.

4. DA ADESÃO A ARP

- 4.1.** Em observação ao disposto no Decreto Municipal 17.516/2024, a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:
- 4.1.1.** Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2.** Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.3.** Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;
- 4.3.1.** As adesões por órgãos ou entidades não participantes ficam limitadas, individualmente, a até 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados para cada item.
- 4.3.2.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

- 4.4.** Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais





Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.5. Os órgãos participantes do Registro de Preços não estarão obrigados a adquirir os produtos e/ou serviços registrados, podendo utilizar outros meios legais para aquisição, resguardado aos detentores do registro de preços preferência em igualdade de condições.

4.6. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

4.7. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

5. DA VIGÊNCIA DA ARP

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, assinar a ata de registro de preços.

5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência.

5.4. No caso de exigência de garantia e/ou validade do produto, obedecerá às previsões do Termo de Referência.

5.5. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

6.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido realinhamento de Preços, observadas às disposições do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

6.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, ou por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

6.3. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados/empenhados e no curso do pleito de realinhamento.

6.4. O Órgão Gerenciador do SRP monitorará os preços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos registrados.

6.5. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

6.6. Os preços registrados e realinhados serão publicados pelo órgão responsável pelo Registro de Preço.





Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

7. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

- I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II - Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III - Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I- Por razão de interesse público;

II- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III- Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições frequentes.

9.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

9.3. A ARP, com o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será publicado pelo Órgão Gerenciador no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será(ão) cadastrada(s) no sistema **E-PROC da Prefeitura**, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no decreto municipal nº 16.951/2023.

10.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas automaticamente, as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

10.3. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos,



Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.4. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, poderá ser verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

11. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

11.1. a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do Ordenador de Despesas do Órgão Participante assim como as demais atribuições cabíveis.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor da parcela;

2. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, observados a proporcionalidade, a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como a natureza e a gravidade da infração cometida, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.1. Antes da aplicação da multa, será assegurado ao interessado o exercício do contraditório e da ampla defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

13.1. Conforme item 10, do Termo de Referência.

14. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

14.1. Conforme item 11, do Termo de Referência.

15. DO FORNECIMENTO, RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

15.1. Conforme item 5, do Termo de Referência.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Conforme item 9, do Termo de Referência

17. DO CADASTRO RESERVA

17.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

17.2. O registro referido no item anterior tem por finalidade a formação de cadastro de reserva, a ser utilizado nas hipóteses de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nos termos do art. 11 do Decreto Municipal nº 17.516/2024





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

17.3. Havendo mais de um licitante na condição prevista no item **17.1**, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

17.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços e em seu anexo, mantendo-se a prioridade do licitante vencedor.

17.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

17.6. Constituem hipóteses de convocação do cadastro de reserva, dentre outras previstas neste Decreto:

- a)** a recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital;
- b)** o cancelamento do registro de preços ou a superveniência de impedimento que inviabilize a execução pelo fornecedor originalmente registrado.

17.7. Na hipótese prevista na alínea “a” do item **17.6**, a Administração poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva para assinatura da ata de registro de preços, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis ao adjudicatário.

17.8. Na hipótese de inexistência de licitantes que aceitem as condições previstas no item anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata de registro de preços nas condições por eles ofertadas, desde que compatíveis com o valor estimado da contratação.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

18.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

18.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 17.516/2024, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

18.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

18.6. A publicação do presente instrumento, na Imprensa Oficial Municipal, no PNCP, em extrato ou na íntegra, ficará a cargo do Órgão Gerenciador ou por qualquer outro designado pelo CONTRATANTE, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente;

18.7. Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.8. Por estarem justos e acordados, assinam a presente ata, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 1378/GECRP/2026

18.9. Fica HOMOLOGADA esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com intenção de eventuais aquisições aos preços da (s) empresa (s) vencedoras do certame, conforme identificadas na relação anexa a esta Ata.

Ouro Preto do Oeste – RO, junho de 2026.

Juan Alex Testoni
Prefeito

EMPRESA(S) DETENTORA(S)





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO IV DO EDITAL - MINUTA DE ARP	ANEXO IV - MINUTA DE ARP	30/06/2026

ID: 1642628	Processo	Documento
CRC: 38A685E5		
Processo: 1-1378/2026		
Usuário: Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação: 30/06/2026 12:05:13	Finalização: 30/06/2026 12:05:13	

MD5: **A541052CC570D48EDB702A7382822E23**

SHA256: **888D5733C2C70C15AF5567749E6B8532FAFB84781F900A02C4A2E26F7D2F237E**

Súmula/Objeto:

Proc. Adm. nº 1378/2026

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	OURO PRETO DO OESTE	RO	30/06/2026 12:05:13
---	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

ATENDIMENTO À DEMANDA DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO, PARA	30/06/2026 12:05:13
---	---------------------


DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 44	01/07/2026	1644162
--------------------------------	------------	---------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	30/06/2026 12:45:37
---	-----------------------------	---------------------

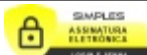
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Andreza Justina Dias	Assessor Especial da SEMED	30/06/2026 12:50:55
---	----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Francielli Luiza Silva Malaquias	Assessor Especial da SEMSAU	30/06/2026 12:57:23
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Manoel Henrique Santos de Souza	Assessor Especial da Seminfra	01/07/2026 08:42:58
--	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1642628 e o CRC 38A685E5.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº/....., DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS (SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, PALCOS, ARQUIBANCADAS, BRINQUEDOS RECREATIVOS E OUTROS, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM), QUE FAZEM ENTRE O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE DO ESTADO DE RONDONIA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE, com sede na, na cidade do, no Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo(a) (cargo e nome), portador da Identidade Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e, com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento no Processo nº/...../26, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos normativos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº, Ata de Registro de Preço nº, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS (SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, PALCOS, ARQUIBANCADAS, BRINQUEDOS RECREATIVOS E OUTROS, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM)**, a serem executados nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	TOTAL R\$
01	672.019.024	BANHEIROS CONTAINER MODULAR ADAPTADOS P/ PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA) E FRALDÁRIO: BANHEIROS CONTAINER ESPECIAIS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA), DEVENDO TER 02 DUAS CABINES PARA PCD MASCULINO / FEMININO COM 02 VASO SANITÁRIO COM BARRAS DE APOIO E 02 ESPAÇOS PARA FRALDÁRIO, CONTENDO 1 TROCADOR DE FRALDAS DOBRÁVEL INFANTIL, MEDIDA 70X45X90CM (LARGURA X COMPRIMENTO X ALTURA), A ESTRUTURA TAMBÉM DEVERÁ CONTER 1 LAVATÓRIO, CONTENDO PIA E TORNEIRA. TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO	DIARIA	15		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		<p>12.000 BTUS. 06 LIXEIRAS COM MÍNIMOS DE 20 LITROS CADA. BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W E 04 TOMADAS DE ENTRADA UNIVERSAL DE 110 VOLTS (A EMPRESA DEVERÁ REALIZAR O ATERRAMENTO ELÉTRICO DA ESTRUTURA). DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE BANHEIRO PCD/FRALDÁRIO; TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR ESPELHO, RESERVATÓRIO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA EM CADA LAVATÓRIO A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO. A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO DURANTE TODO O EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS</p>				
--	--	--	--	--	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		PCD/FRALDÁRIOS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
02	672.019.024	BANHEIROS CONTAINER MODULAR ADAPTADOS P/ PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA) E FRALDÁRIO: BANHEIROS CONTAINER ESPECIAIS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA), DEVENDO TER 02 DUAS CABINES PARA PCD MASCULINO / FEMININO COM 02 VASO SANITÁRIO COM BARRAS DE APOIO E 02 ESPAÇOS PARA FRALDÁRIO, CONTENDO 1 TROCADOR DE FRALDAS DOBRÁVEL INFANTIL, MEDIDA 70X45X90CM (LARGURA X COMPRIMENTO X ALTURA), A ESTRUTURA TAMBÉM DEVERÁ CONTER 1 LAVATÓRIO, CONTENDO PIA E TORNEIRA. TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. 06 LIXEIRAS COM MÍNIMOS DE 20 LITROS CADA. BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W E 04 TOMADAS DE ENTRADA UNIVERSAL DE 110 VOLTS (A EMPRESA DEVERÁ REALIZAR O ATERRAMENTO ELÉTRICO DA ESTRUTURA). DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE BANHEIRO PCD/FRALDÁRIO; TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR ESPELHO, RESERVATÓRIO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA EM CADA LAVATÓRIO A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O	DIARIA	05		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		<p>PÚBLICO. A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO DURANTE TODO O EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS PCD/FRALDÁRIOS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO.</p> <p>COTA EXCLUSIVA ME / EPP</p>				
03	672.019.023	<p>CONTÊNER MODULAR ADAPTADO PARA BANHEIROS MASCULINO E FEMININO CADA CONTAINER DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: CONTAINER MODULAR ADAPTADOR PARA BANHEIROS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA); DEVERÁ CONTER 6 (SEIS) CABINES COM VASOS SANITÁRIOS SENDO: 3 MASCULINA E 3 FEMININA E 04 (QUATRO) LAVATÓRIOS CONTENDO PIAS E TORNEIRAS; TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS</p>	DIARIA	53		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		<p>INDICATIVAS DE MASCULINO OU FEMININO, CONFORME INDICADO PELA CONTRATANTE. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. CADA BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W. TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR 02 RESERVATÓRIOS DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO NAS CABINES SANITÁRIAS, 8 LIXEIRAS DE NO MÍNIMO 20 LITROS, PAPEL TOALHA E 2 ESPELHOS DE NO MÍNIMO 1,20 M2 A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO; A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO POR CONTAINER DURANTE TODO DIA DO EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS BANHEIROS SERÁ</p>				
--	--	---	--	--	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
04	672.019.023	CONTÊNER MODULAR ADAPTADO PARA BANHEIROS MASCULINO E FEMININO CADA CONTAINER DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: CONTAINER MODULAR ADAPTADOR PARA BANHEIROS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA); DEVERÁ CONTER 6 (SEIS) CABINES COM VASOS SANITÁRIOS SENDO: 3 MASCULINA E 3 FEMININA E 04 (QUATRO) LAVATÓRIOS CONTENDO PIAS E TORNEIRAS; TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE MASCULINO OU FEMININO, CONFORME INDICADO PELA CONTRATANTE. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. CADA BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W. TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR 02 RESERVATÓRIOS DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO NAS CABINES SANITÁRIAS, 8 LIXEIRAS DE NO MÍNIMO 20 LITROS, PAPEL TOALHA E 2 ESPELHOS DE NO MÍNIMO 1,20 M2 A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO; A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO POR CONTAINER DURANTE TODO DIA DO EVENTO	DIARIA	17		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS BANHEIROS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
05	672.019.003	CONTRATAÇÃO DE ESTRUTURA COMPOSTA POR 04 (QUATRO) TENDAS EM ESTRUTURA METÁLICA, MODELO PIRAMIDAL, MEDINDO 10 M X 10 M (100 M ² CADA), TOTALIZANDO 400 M ² , COM COBERTURA EM LONA VINÍLICA NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL E COM PROTEÇÃO UV. A ESTRUTURA DEVERÁ CONTEMPLAR SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO COM 20 (VINTE) APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DE 12.000 BTUS, DOTADOS DE CONTROLE REMOTO INDIVIDUAL, DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE, SENDO 05 (CINCO) UNIDADES POR TENDA, ALÉM DE 04 (QUATRO) CORTINAS DE AR INSTALADAS SOBRE AS PORTAS, COM SISTEMA DE CONTROLE. DEVERÁ INCLUIR AINDA A MONTAGEM DE 40 (QUARENTA) STANDS MEDINDO 3 M X 2 M (6 M ² CADA), COM DIVISÓRIAS MODULARES, SENDO 20 (VINTE)	DIARIA	12		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		<p>METROS LINEARES EM MATERIAL TRANSPARENTE (ACRÍLICO OU VIDRO) E O RESTANTE EM PAINÉIS OPACOS. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR 04 (QUATRO) PORTAS DE CORRER TRANSPARENTES, MEDINDO 2 M X 2 M CADA, SENDO 02 (DUAS) FRONTAIS E 02 (DUAS) TRASEIRAS, DEVIDAMENTE CENTRALIZADAS. DEVERÁ SER FORNECIDO PISO ELEVADO NIVELADOR COM ÁREA DE 150 M², BEM COMO CARPETE EM ÁREA TOTAL DE 750 M². AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DEVERÃO CONTEMPLAR 40 (QUARENTA) PONTOS ELÉTRICOS INDIVIDUAIS, SENDO 01 (UM) POR STAND, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE TOMADAS 110V E 220V, SOQUETES PARA ILUMINAÇÃO, NO MÍNIMO 40 (QUARENTA) PONTOS DE ILUMINAÇÃO EM LED E NO MÍNIMO 08 (OITO) LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA. A ESTRUTURA DEVERÁ AINDA CONTER SISTEMA HIDRÁULICO COM 40 (QUARENTA) PONTOS INDIVIDUAIS, INCLUINDO PIA, TORNEIRA, SISTEMA DE ABASTECIMENTO E ESCOAMENTO. DEVERÃO SER FORNECIDAS 40 (QUARENTA) LIXEIRAS INDIVIDUAIS, ALÉM DE LIXEIRAS ADICIONAIS PARA ÁREAS COMUNS. POR FIM, DEVERÁ CONTEMPLAR NO MÍNIMO 06 (SEIS) EXTINTORES DE INCÊNDIO DO TIPO PQS OU CO, DEVIDAMENTE DISTRIBUÍDOS CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA. DEVERÁ AINDA ABRANGER O FORNECIMENTO INTEGRAL DE TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS, TAIS COMO ELETRICISTA, ENCANADOR, TÉCNICOS E OPERADORES, INCLUINDO A APRESENTAÇÃO DE ART E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES LEGAIS EXIGIDAS. A EXECUÇÃO DEVERÁ OCORRER EM CONFORMIDADE COM</p>				
--	--	--	--	--	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, CONTEMPLANDO MANUTENÇÃO DURANTE TODO O PERÍODO DO EVENTO, ALÉM DO CUSTEIO DE TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DA EQUIPE ENVOLVIDA. A MONTAGEM DEVERÁ SEGUIR LAYOUT PREVIAMENTE FORNECIDO, SENDO QUE TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR EM PERFEITO FUNCIONAMENTO, CABENDO À EMPRESA GARANTIR A SEGURANÇA, ESTABILIDADE E ADEQUADO DESEMPENHO DAS ESTRUTURAS, DEVENDO QUALQUER FALHA SER CORRIGIDA IMEDIATAMENTE. A ESTRUTURA DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE MONTADA, TESTADA E EM PLENO FUNCIONAMENTO NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS ANTES DO INÍCIO DO EVENTO, DE FORMA A POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE EVENTUAIS AJUSTES TÉCNICOS, INSPEÇÕES E VALIDAÇÕES NECESSÁRIAS PELA EQUIPE RESPONSÁVEL. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
06	672.019.003	CONTRATAÇÃO DE ESTRUTURA COMPOSTA POR 04 (QUATRO) TENDAS EM ESTRUTURA METÁLICA, MODELO PIRAMIDAL, MEDINDO 10 M X 10 M (100 M ² CADA), TOTALIZANDO 400 M ² , COM COBERTURA EM LONA VINÍLICA NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL E COM PROTEÇÃO UV. A ESTRUTURA DEVERÁ CONTEMPLAR SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO COM 20 (VINTE) APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DE 12.000 BTUS, DOTADOS DE CONTROLE REMOTO INDIVIDUAL, DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE, SENDO 05 (CINCO) UNIDADES POR TENDA, ALÉM DE 04 (QUATRO) CORTINAS DE AR INSTALADAS SOBRE AS PORTAS, COM SISTEMA DE CONTROLE. DEVERÁ INCLUIR AINDA A MONTAGEM DE 40 (QUARENTA) STANDS MEDINDO 3 M X	DIARIA	03		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		<p>2 M (6 M² CADA), COM DIVISÓRIAS MODULARES, SENDO 20 (VINTE) METROS LINEARES EM MATERIAL TRANSPARENTE (ACRÍLICO OU VIDRO) E O RESTANTE EM PAINÉIS OPACOS. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR 04 (QUATRO) PORTAS DE CORRER TRANSPARENTES, MEDINDO 2 M X 2 M CADA, SENDO 02 (DUAS) FRONTAIS E 02 (DUAS) TRASEIRAS, DEVIDAMENTE CENTRALIZADAS. DEVERÁ SER FORNECIDO PISO ELEVADO NIVELADOR COM ÁREA DE 150 M², BEM COMO CARPETE EM ÁREA TOTAL DE 750 M². AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DEVERÃO CONTEMPLAR 40 (QUARENTA) PONTOS ELÉTRICOS INDIVIDUAIS, SENDO 01 (UM) POR STAND, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE TOMADAS 110V E 220V, SOQUETES PARA ILUMINAÇÃO, NO MÍNIMO 40 (QUARENTA) PONTOS DE ILUMINAÇÃO EM LED E NO MÍNIMO 08 (OITO) LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA. A ESTRUTURA DEVERÁ AINDA CONTER SISTEMA HIDRÁULICO COM 40 (QUARENTA) PONTOS INDIVIDUAIS, INCLUINDO PIA, TORNEIRA, SISTEMA DE ABASTECIMENTO E ESCOAMENTO. DEVERÃO SER FORNECIDAS 40 (QUARENTA) LIXEIRAS INDIVIDUAIS, ALÉM DE LIXEIRAS ADICIONAIS PARA ÁREAS COMUNS. POR FIM, DEVERÁ CONTEMPLAR NO MÍNIMO 06 (SEIS) EXTINTORES DE INCÊNDIO DO TIPO PQS OU CO, DEVIDAMENTE DISTRIBUÍDOS CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA. DEVERÁ AINDA ABRANGER O FORNECIMENTO INTEGRAL DE TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS, TAIS COMO ELETRICISTA, ENCANADOR, TÉCNICOS E OPERADORES, INCLUINDO A APRESENTAÇÃO DE ART E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES LEGAIS</p>				
--	--	---	--	--	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		EXIGIDAS. A EXECUÇÃO DEVERÁ OCORRER EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, CONTEMPLANDO MANUTENÇÃO DURANTE TODO O PERÍODO DO EVENTO, ALÉM DO CUSTEIO DE TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DA EQUIPE ENVOLVIDA. A MONTAGEM DEVERÁ SEGUIR LAYOUT PREVIAMENTE FORNECIDO, SENDO QUE TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR EM PERFEITO FUNCIONAMENTO, CABENDO À EMPRESA GARANTIR A SEGURANÇA, ESTABILIDADE E ADEQUADO DESEMPENHO DAS ESTRUTURAS, DEVENDO QUALQUER FALHA SER CORRIGIDA IMEDIATAMENTE. A ESTRUTURA DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE MONTADA, TESTADA E EM PLENO FUNCIONAMENTO NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS ANTES DO INÍCIO DO EVENTO, DE FORMA A POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE EVENTUAIS AJUSTES TÉCNICOS, INSPEÇÕES E VALIDAÇÕES NECESSÁRIAS PELA EQUIPE RESPONSÁVEL. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
07	672.019.029	FECHAMENTO LATERAL (03 LADOS) PARA TENDA 10X10M , EM LONA UV NA COR BRANCA, COM INSTALAÇÃO	DIARIA	40		
08	672.019.028	FECHAMENTO LATERAL (03 LADOS) PARA TENDA 5X5M , EM LONA UV NA COR BRANCA, COM INSTALAÇÃO	DIARIA	60		
09	672.019.046	GIRO RADICAL BIFÁSICO 127V COM COLCHÃO INFLÁVEL 5 METROS DE LARGURA POR 5 METROS DE CUMPRIMENTO E 1,10 METROS DE ALTURA, CONFECCIONADO EM LONA KP1000 E KP1100 COLORIDA, FEITO COM SOLDA ELETRÔNICA, ACOMPANHADO DE 01 MAQUINÁRIO COM BASE, 01 EIXOS CENTRAL COM DOBRA DIÇAS, BASTÕES COM ARTICULAÇÕES, QUADRO DE COMANDO E SUPORTE, 01 SOPRADOR DE AR (MOTOR). MONTAGEM,	DIARIA	10		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.				
10	672.019.022	GRADES DE TRELIÇAS EM ALUMÍNIO Q30, PARA PORTAIS, BACKDROP E SUSTENTAÇÃO DE BANNER, DECORAÇÃO, LOCADA COM SAPATAS DE SUSTENTAÇÃO E CUBOS, COM NO MÍNIMO 30CM DE DIÂMETRO, COM PÉS PARA SUSTENTAÇÃO COM NO MÍNIMO 1,00X1,00 M. A ESTRUTURA DEVE SER MONTADA COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO ESTAQUEADO COM CABO DE AÇO. SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO ASSINADA PELO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE - ART E TAXA DO CREA PAGA E DEMAIS AUTORIZAÇÕES E DISPOSITIVOS LEGAIS, QUANDO FOR O CASO, CONFORME A LEGISLAÇÃO. TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE.	DIARIA	200		
11	672.019.027	LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA EM AÇO GALVANIZADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 400KG M², MEDINDO NO MÍNIMO DE 30 M DE COMPRIMENTO POR 2,5 M, COM TRÊS DEGRAUS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 200 PESSOAS SENTADAS, COM MATERIAL TOTALMENTE LEGALIZADO PELO CREA E LAUDO TÉCNICO EXPEDIDO PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL. MONTADO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE. AMPLA PARTICIPAÇÃO	DIARIA	18		
12	672.019.027	LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA EM AÇO GALVANIZADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 400KG M², MEDINDO NO MÍNIMO DE 30 M DE COMPRIMENTO POR 2,5 M, COM	DIARIA	06		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		TRÊS DEGRAUS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 200 PESSOAS SENTADAS, COM MATERIAL TOTALMENTE LEGALIZADO PELO CREA E LAUDO TÉCNICO EXPEDIDO PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL. MONTADO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
13	672.019.021	LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA EM AÇO GALVANIZADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 600KG M², MEDINDO NO MÍNIMO DE 30 M DE COMPRIMENTO POR 5 M, COM CINCO DE GRAUS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 PESSOAS SENTADAS, COM MATERIAL TOTALMENTE LEGALIZADO PELO CREA E LAUDO TÉCNICO EXPEDIDO PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL. MONTADO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE DEVERÁ SER ASSEGURADO ESPAÇO RESERVADO PARA PESSOAS CADEIRANTES E ACOMPANHANTES, COM ACESSO POR RAMPA OU ÁREA NIVELADA, GARANTINDO VISIBILIDADE E SEGURANÇA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DE ACESSIBILIDADE. AMPLA PARTICIPAÇÃO	DIARIA	8		
14	672.019.021	LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA EM AÇO GALVANIZADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 600KG M², MEDINDO NO MÍNIMO DE 30 M DE COMPRIMENTO POR 5 M, COM CINCO DE GRAUS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 PESSOAS SENTADAS, COM MATERIAL TOTALMENTE LEGALIZADO PELO CREA E LAUDO TÉCNICO EXPEDIDO PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL. MONTADO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE DEVERÁ SER ASSEGURADO ESPAÇO RESERVADO PARA PESSOAS CADEIRANTES E ACOMPANHANTES, COM ACESSO POR RAMPA OU ÁREA NIVELADA, GARANTINDO VISIBILIDADE E	DIARIA	2		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		SEGURANÇA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DE ACESSIBILIDADE. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
15	672.019.034	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIO QUÍMICO INDIVIDUAL , PORTÁTEIS, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLÚCIDO, DIMENSÃO MÍNIMAS DE 1,10M DE FRENTE X 1,10 M DE FUNDO X 2,10 DE ALTURA, COMPOSTO DE CAIXA DE DEJETO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, FECHAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO DE OCUPADO PARA USO DO PÚBLICO EM GERAL, COM NO MÍNIMO 1 (UM) PONTO DE LUMINÁRIA, COM LÂMPADAS FLUORESCENTES DE NO MÍNIMO 40W. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE. AMPLA PARTICIPAÇÃO	DIARIA	300		
16	672.019.034	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIO QUÍMICO INDIVIDUAL , PORTÁTEIS, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLÚCIDO, DIMENSÃO MÍNIMAS DE 1,10M DE FRENTE X 1,10 M DE FUNDO X 2,10 DE ALTURA, COMPOSTO DE CAIXA DE DEJETO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, FECHAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO DE OCUPADO PARA USO DO PÚBLICO EM GERAL, COM NO MÍNIMO 1 (UM) PONTO DE LUMINÁRIA, COM LÂMPADAS FLUORESCENTES DE NO MÍNIMO 40W. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	100		
17	672.019.035	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIO QUÍMICOS PARA PESSOAS PCD (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA) , CONFORME LEI 10.098/2000, COM CABINE EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INCLUINDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA COM FECHAMENTO	DIARIA	139		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		AUTOMÁTICO E INDICAÇÃO EXTERNA DE ABERTO/FECHADO, PRODUTOS QUÍMICOS, PAPEL HIGIÊNICO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA. DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
18	672.019.035	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIO QUÍMICOS PARA PESSOAS PCD (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA), CONFORME LEI 10.098/2000, COM CABINE EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INCLUINDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO E INDICAÇÃO EXTERNA DE ABERTO/FECHADO, PRODUTOS QUÍMICOS, PAPEL HIGIÊNICO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA. DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	46		
19	672.019.010	LOCAÇÃO DE CAMARIM: COM NO MÍNIMO DE 5MX5M DE MEDIDA INTERNA, EM PLACA DE TS E ALUMÍNIO, COM AR-CONDICIONADO, COM INSTALAÇÃO DE (04) PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (03 TOMADAS UNIVERSAL 110V E 01 TOMADA 220V) E (03) PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS FLUORESCENTES) DE NO MÍNIMO 45 WATS, COM PISO EM COMPENSADO NAVAL DE NO MÍNIMO 20MM E ENCAPETADO NA COR PRETA, COBERTO COM TENDA EM ESTRUTURA METÁLICA, COM PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 3 METROS DE ALTURA, NÃO PODENDO HAVER EM HIPÓTESE ALGUMA, GOTEIRAS EM SEU INTERIOR. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO, ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM,	DIARIA	24		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA, BEM COMO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO BOM FUNCIONAMENTO DO AR-CONDICIONADO. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 CAMARIM. OBS: A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DOIS CAMARINS NO MESMO DIA DE EVENTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
20	672.019.010	LOCAÇÃO DE CAMARIM: COM NO MÍNIMO DE 5MX5M DE MEDIDA INTERNA, EM PLACA DE TS E ALUMÍNIO, COM AR-CONDICIONADO, COM INSTALAÇÃO DE (04) PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (03 TOMADAS UNIVERSAL 110V E 01 TOMADA 220V) E (03) PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS FLUORESCENTES) DE NO MÍNIMO 45 WATS, COM PISO EM COMPENSADO NAVAL DE NO MÍNIMO 20MM E ENCAPETADO NA COR PRETA, COBERTO COM TENDA EM ESTRUTURA METÁLICA, COM PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 3 METROS DE ALTURA, NÃO PODENDO HAVER EM HIPÓTESE ALGUMA, GOTEIRAS EM SEU INTERIOR. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO, ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA, BEM COMO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO BOM FUNCIONAMENTO DO AR-CONDICIONADO. DEVENDO SER	DIARIA	06		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 CAMARIM. OBS: A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DOIS CAMARINS NO MESMO DIA DE EVENTO. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
21	672.019.018	LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR: TAMANHO MÉDIO, EVAPORATIVO, COM EVAPORIZADOR DE ÁGUA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MÁQUINA BIFÁSICA, UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA), CONTROLE DE ROTAÇÃO, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, 220V, 60HZ, EM PERFEITO FUNCIONAMENTO MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. LOCAÇÃO 01 CLIMATIZADOR (CONFORME DESCRITO ACIMA) A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DOIS OU MAIS CLIMATIZADORES NO MESMO EVENTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO	DIARIA	114		
22	672.019.018	LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR: TAMANHO MÉDIO, EVAPORATIVO, COM EVAPORIZADOR DE ÁGUA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MÁQUINA BIFÁSICA, UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA), CONTROLE DE ROTAÇÃO, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, 220V, 60HZ, EM PERFEITO FUNCIONAMENTO MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. LOCAÇÃO 01 CLIMATIZADOR (CONFORME DESCRITO ACIMA) A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE	DIARIA	38		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		DOIS OU MAIS CLIMATIZADORES NO MESMO EVENTO. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
23	672.019.041	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS PARA FIXAÇÃO DE BANNER: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS (MODELOS P30 OU P38), DESTINADA À SUSTENTAÇÃO DE BANNER/PAINEL, NAS DIMENSÕES DE 3,00 M DE LARGURA POR 4,00 M DE ALTURA , COM FORNECIMENTO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM NO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE. A CONTRATAÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR, OBRIGATORIAMENTE: FORNECIMENTO DE BANNER EM LONA DE ALTA DEFINIÇÃO, MEDINDO 3,00 M (LARGURA) X 4,00 M (ALTURA); ACABAMENTO COM ILHOSES METÁLICOS, ADEQUADOS PARA FIXAÇÃO SEGURA E TENSIONAMENTO UNIFORME NA ESTRUTURA; MONTAGEM, INSTALAÇÃO, FIXAÇÃO E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA E DO BANNER; GARANTIA DE ESTABILIDADE, SEGURANÇA ESTRUTURAL E PERFEITO NIVELAMENTO DURANTE TODO O PERÍODO DE UTILIZAÇÃO; TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA POR CONTA DA CONTRATADA. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	20		
24	672.019.042	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA TIPO TRELIÇA PARA BACKDROP: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM ALUMÍNIO, TIPO TRELIÇA MODELO Q25 (FORMATO TRAVE), DESTINADA À SUSTENTAÇÃO DE BANNER/PAINEL FOTOGRÁFICO, MEDINDO 3,00 M DE ALTURA POR 2,00 M DE LARGURA , DEVIDAMENTE MONTADA E INSTALADA NO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, A CONTRATAÇÃO DEVERÁ INCLUIR,	DIARIA	20		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		OBRIGATORIAMENTE: FORNECIMENTO DE BANNER EM LONA DE ALTA DEFINIÇÃO, COM DIMENSÕES DE 2,00 M (LARGURA) X 3,00 M (ALTURA); ACABAMENTO COM ILHOSES METÁLICOS, ADEQUADOS PARA FIXAÇÃO SEGURA NA ESTRUTURA; MONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA NO LOCAL DO EVENTO; GARANTIA DE ESTABILIDADE, SEGURANÇA E ADEQUADO TENSIONAMENTO DO BANNER. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.				
25	672.019.026	LOCAÇÃO DE GRADES DE ISOLAMENTO E PROTEÇÃO EM AÇO GALVANIZADO: COM SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, CONTENDO APROXIMADAMENTE AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES 1,20 DE ALTURA X 2,00 DE COMPRIMENTO, COM CANTOS ARREDONDADOS. AMPLA PARTICIPAÇÃO	DIARIA	1.200		
26	672.019.026	LOCAÇÃO DE GRADES DE ISOLAMENTO E PROTEÇÃO EM AÇO GALVANIZADO: COM SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, CONTENDO APROXIMADAMENTE AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES 1,20 DE ALTURA X 2,00 DE COMPRIMENTO, COM CANTOS ARREDONDADOS. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	1.200		
27	672.019.013	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL PARA EVENTOS DE MÉDIO PORTE: CONTENDO NO MÍNIMO 12 (DOZE) MOVING HEAD BEAM 200 7R OU SUPERIOR, 01 (UMA) MÁQUINA DE FUMAÇA DMX COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.500 WATTS COM FAN, 24 (VINTE E QUATRO) CANHÕES PAR LED 3W RGBWA, 04 (QUATRO) STR OBOS DE LED, 04 (QUATRO) MINI BRUT COM 04 LÂMPADAS, 06 (SEIS) LÂMPADAS PAR 64 FOCO 5, 04 (QUATRO) ELIPSOIDAIIS COM FOCO E ÍRIS, MESA CONTROLADORA DIGITAL	DIARIA	12		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, 01 (UM) RACK DIMMER COM NO MÍNIMO 12 CANAIS E SAÍDA DE 4 KVA, GRIDE EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q30 OU SUPERIOR MEDINDO NO MÍNIMO 06M X 06M, COM TODO CABEAMENTO, ACESSÓRIOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
28	672.019.013	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL PARA EVENTOS DE MÉDIO PORTE: CONTENDO NO MÍNIMO 12 (DOZE) MOVING HEAD BEAM 200 7R OU SUPERIOR, 01 (UMA) MÁQUINA DE FUMAÇA DMX COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.500 WATTS COM FAN, 24 (VINTE E QUATRO) CANHÕES PAR LED 3W RGBWA, 04 (QUATRO) STR OBOS DE LED, 04 (QUATRO) MINI BRUT COM 04 LÂMPADAS, 06 (SEIS) LÂMPADAS PAR 64 FOCO 5, 04 (QUATRO) ELIPSOIDAIAS COM FOCO E ÍRIS, MESA CONTROLADORA DIGITAL COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, 01 (UM) RACK DIMMER COM NO MÍNIMO 12 CANAIS E SAÍDA DE 4 KVA, GRIDE EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q30 OU SUPERIOR MEDINDO NO MÍNIMO 06M X 06M, COM TODO CABEAMENTO, ACESSÓRIOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	04		
29	672.019.015	LOCAÇÃO DE PALCO DE MÉDIO PORTE, MEDINDO 08X08 M: COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA, PISO EM ALUMÍNIO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,5M EM RELAÇÃO AO SOLO, FECHAMENTO COM GRADES DE CONTENÇÃO NAS LATERAIS E FUNDO, REVESTIMENTO EM CARPETE, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES CONFORME AS NORMAS DE	DIARIA	14		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		ACESSIBILIDADE VIGENTES, E EXTINTORES DE INCÊNDIO TIPO CO2. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR DOCUMENTAÇÃO DO CREA /ART, COM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, BEM COMO A DEVIDA VISTORIA E LIBERAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. MONTAGEM CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
30	672.019.015	LOCAÇÃO DE PALCO DE MÉDIO PORTE, MEDINDO 08X08 M: COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA, PISO EM ALUMÍNIO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,5M EM RELAÇÃO AO SOLO, FECHAMENTO COM GRADES DE CONTENÇÃO NAS LATERAIS E FUNDO, REVESTIMENTO EM CARPETE, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES CONFORME AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE VIGENTES, E EXTINTORES DE INCÊNDIO TIPO CO2. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR DOCUMENTAÇÃO DO CREA /ART, COM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, BEM COMO A DEVIDA VISTORIA E LIBERAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. MONTAGEM CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	04		
31	672.019.016	LOCAÇÃO DE PALCO DE PEQUENO PORTE, MEDINDO 06X06 M: COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA, PISO EM ALUMÍNIO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,5M EM RELAÇÃO AO SOLO, FECHAMENTO COM GRADES DE CONTENÇÃO NAS LATERAIS E FUNDO, REVESTIDO COM CARPETE, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES CONFORME NORMAS DE ACESSIBILIDADE VIGENTES, E EXTINTORES DE INCÊNDIO TIPO CO2. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR	DIARIA	21		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		DOCUMENTAÇÃO DO CREA/A RT, COM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, BEM COMO A DEVIDA VISTORIA E LIBERAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. MONTAGEM CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
32	672.019.016	LOCAÇÃO DE PALCO DE PEQUENO PORTE, MEDINDO 06X06 M: COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA, PISO EM ALUMÍNIO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,5M EM RELAÇÃO AO SOLO, FECHAMENTO COM GRADES DE CONTENÇÃO NAS LATERAIS E FUNDO, REVESTIDO COM CARPETE, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES CONFORME NORMAS DE ACESSIBILIDADE VIGENTES, E EXTINTORES DE INCÊNDIO TIPO CO2. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR DOCUMENTAÇÃO DO CREA/A RT, COM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, BEM COMO A DEVIDA VISTORIA E LIBERAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. MONTAGEM CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	07		
33	672.019.051	LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES TIPO CAMA ELÁSTICA REDONDA COM 4.30 DIÂMETRO. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	10		
34	672.019.044	LOCAÇÃO DE TENDA EM ESTRUTURA METÁLICA EM LONA UV NA COR BRANCA, MEDINDO 10M X 10M, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA; ESTRUTURA METÁLICA. AS TENDAS DEVERÃO SER MONTADAS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	12		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

35	672.019.007	<p>LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL COM CALHAS: CADA TENDA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, CAPACIDADE PARA 70 PESSOAS, COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE COM 10M X 10M DE MEDIDA INTERNA, ESTRUTURA DE FERRO NA COR BRANCA PARA FECHAMENTOS LATERAIS, PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 03 METROS DE ALTURA, PODENDO SER ALONGADA EM ATÉ 50 CM DE COMPRIMENTO, COBERTURA DE LONA TÉRMICA ANTI CHAMA NA COR BRANCA, COM FECHAMENTO LATERAL (03) LADOS, (05) CINCO PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (TOMADAS UNIVERSAIS- 110V E 2 20V) E (05) PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS FLUORESCENTES) DE NO MÍNIMO 45 WATTS CADA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A INSTALAÇÃO ELÉTRICA E O ESCOAMENTO DE ÁGUA DAS CALHAS, NÃO ADMITINDO- SE EM HIPÓTESE ALGUMA, GOTEIRAS EM SEU INTERIOR. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 TENDAS 10M X 10M X 01 DIAS. OBS: A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DUAS OU MAIS TENDAS NO MESMO EVENTO.</p> <p>AMPLA PARTICIPAÇÃO</p>	DIARIA	211		
----	-------------	---	--------	-----	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

36	672.019.007	<p>LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL COM CALHAS: CADA TENDA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, CAPACIDADE PARA 70 PESSOAS, COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE COM 10M X 10M DE MEDIDA INTERNA, ESTRUTURA DE FERRO NA COR BRANCA PARA FECHAMENTOS LATERAIS, PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 03 METROS DE ALTURA, PODENDO SER ALONGADA EM ATÉ 50 CM DE COMPRIMENTO, COBERTURA DE LONA TÉRMICA ANTI CHAMA NA COR BRANCA, COM FECHAMENTO LATERAL (03) LADOS, (05) CINCO PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (TOMADAS UNIVERSAIS- 110V E 2 20V) E (05) PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS FLUORESCENTES) DE NO MÍNIMO 45 WATTS CADA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A INSTALAÇÃO ELÉTRICA E O ESCOAMENTO DE ÁGUA DAS CALHAS, NÃO ADMITINDO- SE EM HIPÓTESE ALGUMA, GOTEIRAS EM SEU INTERIOR. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 TENDAS 10M X 10M X 01 DIAS. OBS: A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DUAS OU MAIS TENDAS NO MESMO EVENTO.</p> <p>COTA EXCLUSIVA ME / EPP</p>	DIARIA	70		
-----------	-------------	--	--------	-----------	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

37	672.019.008	<p>LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL: CADA TENDA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE DE 5MX5M DE MEDIDA INTERNA, ESTRUTURA METÁLICA, COM PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 3 METROS DE ALTURA, PODENDO SER ALONGADA EM ATÉ 50 CM DE COMPRIMENTO, COBERTURA DE LONA TÉRMICA NA COR BRANCA, COM FECHAMENTO LATERAL (03)LADOS, COM INSTALAÇÃO DE (04) PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (TOMADA UNIVERSAL 110V E 220V) E (02)PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS) DE NO MÍNIMO 20WATTS CADA. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO, ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DE EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 TENDA 5M X 5M OBS:A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DUAS OU MAIS TENDAS NO MESMO EVENTO.</p> <p>AMPLA PARTICIPAÇÃO</p>	DIARIA	304		
38	672.019.008	<p>LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL: CADA TENDA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE DE 5MX5M DE MEDIDA INTERNA, ESTRUTURA METÁLICA, COM PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 3 METROS DE ALTURA, PODENDO SER ALONGADA</p>	DIARIA	101		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		EM ATÉ 50 CM DE COMPRIMENTO, COBERTURA DE LONA TÉRMICA NA COR BRANCA, COM FECHAMENTO LATERAL (03) LADOS, COM INSTALAÇÃO DE (04) PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (TOMADA UNIVERSAL 110V E 220V) E (02)PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS) DE NO MÍNIMO 20WATTS CADA. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO, ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DE EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 TENDA 5M X 5M OBS:A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DUAS OU MAIS TENDAS NO MESMO EVENTO. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
39	672.019.012	LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL DE GRANDE PORTE, COM PADRÃO PROFISSIONAL COMPATÍVEL COM RIDERS TÉCNICOS DE ARTISTAS NACIONAIS E APRESENTAÇÕES DE GRANDE PORTE. O SISTEMA DEVERÁ CONTER, NO MÍNIMO 36 (TRINTA E SEIS) MOVING HEAD BEAM 300 9R OU SUPERIOR, OU EQUIPAMENTO EQUIVALENTE EM DESEMPENHO TÉCNICO, CAPACIDADE LUMINOSA E QUALIDADE PROFISSIONAL, COMPATÍVEL COM RIDERS TÉCNICOS DE ARTISTAS NACIONAIS; 02 (DUAS) MÁQUINAS DE	DIARIA	21		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		FUMAÇA DE NO MÍNIMO 3000 WATTS, PADRÃO DMX, COM FAN; 48 (QUARENTA E OITO) CANHÕES PAR LED 3W RGBWA; 09 (NOVE) ATOMIC LED; 12 (DOZE) LÂMPADAS PAR 64 FOCO 5; 07 (SETE) ELIPSOIDAI S COM FOCO E ÍRIS; 04 (QUATRO) STROBOS DE LED; 04 (QUATRO) MINI BRUT COM 06 LÂMPADAS; MESA CONTROLADORA DIGIT AL MA COMMAND WING + FADER OU EQUIVALENTE TÉCNICO COMPATÍVEL COM RIDERS NACIONAIS; 02 (DOIS) RACKS DIMMER 12 CANAIS COM SAÍDA MÍNIMA DE 4 KVA; GRIDE QUADRADO DE TRELIÇA EM ALUMÍNIO Q50 MEDINDO NO MÍNIMO 09M X 09M, MAIS 02 (DUAS) LINHAS DE TRELIÇAS DE 09M AO MEIO; INCLUSO TODO CABEAMENTO, ACESSÓRIOS, EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO TÉCNICA, SUPORTE OPERACIONAL, SEGURANÇA E ARTs NECESSÁRIAS AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DURANTE O EVENTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
40	672.019.012	LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL DE GRANDE PORTE, COM PADRÃO PROFISSIONAL COMPATÍVEL COM RIDERS TÉCNICOS DE ARTISTAS NACIONAIS E APRESENTAÇÕES DE GRANDE PORTE. O SISTEMA DEVERÁ CONTER, NO MÍNIMO 36 (TRINTA E SEIS) MOVING HEAD BEAM 300 9R OU SUPERIOR, OU EQUIPAMENTO EQUIVALENTE EM DESEMPENHO TÉCNICO, CAPACIDADE LUMINOSA E QUALIDADE PROFISSIONAL, COMPATÍVEL COM RIDERS TÉCNICOS DE ARTISTAS NACIONAIS; 02 (DUAS) MÁQUINAS DE FUMAÇA DE NO MÍNIMO 3000 WATTS, PADRÃO DMX, COM FAN; 48 (QUARENTA E OITO) CANHÕES PAR	DIARIA	07		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		LED 3W RGBWA; 09 (NOVE) ATOMIC LED; 12 (DOZE) LÂMPADAS PAR 64 FOCO 5; 07 (SETE) ELIPSOIDAI S COM FOCO E ÍRIS; 04 (QUATRO) STROBOS DE LED; 04 (QUATRO) MINI BRUT COM 06 LÂMPADAS; MESA CONTROLADORA DIGITAL MA COMMAND WING + FADER OU EQUIVALENTE TÉCNICO COMPATÍVEL COM RIDERS NACIONAIS; 02 (DOIS) RACKS DIMMER 12 CANAIS COM SAÍDA MÍNIMA DE 4 KVA; GRIDE QUADRADO DE TRELIÇA EM ALUMÍNIO Q50 MEDINDO NO MÍNIMO 09M X 09M, MAIS 02 (DUAS) LINHAS DE TRELIÇAS DE 09M AO MEIO; INCLUSO TODO CABEAMENTO, ACESSÓRIOS, EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO TÉCNICA, SUPORTE OPERACIONAL, SEGURANÇA E ARTs NECESSÁRIAS AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DURANTE O EVENTO. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
41	672.019.032	LOCAÇÃO DE CADEIRA, COR BRANCA PLÁSTICA/PVC, SEM BRAÇO.	DIARIA	200		
42	672.019.033	LOCAÇÃO DE CAIXA TÉRMICA COM CAPACIDADE MINIMA DE 190 LITROS.	DIARIA	66		
43	672.019.019	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM PROFISSIONAL: MÉDIO PORTE COMPLETO, COM NO MÍNIMO 08 (OITO) CAIXAS SISTEMA FLY LINE ARRAY 210 COM MÉDIO E AGUDO CONTENDO NO MÍNIMO 2 (DOIS) FALANTES 10" E 02 DRIVES POR LINE, MÍNIMO 6 (SEIS) CAIXAS SUBWOOFER COM FALANTES DE 18" DE NO MÍNIMO 4000 WATTS DE POTÊNCIA CADA CAIXA, TODAS AS CAIXAS COM SEUS DEVIDOS CABEAMENTOS, AMPLIFICADORES, PROCESSADORES E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO COM BOA QUALIDADE E TORRE DE GRIDE PARA MONTAGEM DE PA OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIA.	DIARIA	30		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		MIXER PA: 01 CONSOLE DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS DIGI DESIGN: MIX RACK / 01 MULTI CABO DE 56VIAS (REVISADAS) SONORIZAÇÃO SIDE E MONITOR CONSOLE DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS DIGI DESIGN: (MIX RACK / PROFILE 01 MULTI CABO DE 56 VIAS (REVISADAS) 01 SIDE RETORNO: 01 SISTEMA DE SIDE FILL LINE ARRAY VERTICAL ESTÉREO COM GRAVE, MÉDIO E AGUDO. 04 MONITORES EAW SM 400 / JBL - VT X - M22 / MEYER - MJF - 212A/RCF TT45SMA OU SIMILAR 01 SISTEMA DE CUE (COM 2 MONITORES) BACKLIN E: 04 MICS SEM FIO SHURE SM 58 15 PEDESTAIS EM PERFEITO ESTADO, 01 AMPLIFICADOR DE BAIXO AMP EG SVT4X OU SIMILAR, 01 AMPLIFICADOR DE GUITARRA FENDER' 65 TWIN REVERB 85- WATT 2 X12 OU COMPATÍVEL , 10 RÉGUAS DE ENERGIA 110V E 220V, CABOS P10/P10 06 MICROFONES COM FIO, DIRECT BOX PARA TODAS AS ENTRADAS, CABOS, SET DE MICROFONES PARA BATERIA E PERCUSSÃO COMUNICAÇÃO MESA DE P.A E MESA DE PALCO; SHURE 58 PARA ALINHAMENTO DO MONITOR; 05 PONTOS DE AC DE 127VOLTS/60 HERTZ/PADRÃO EUA. SENDO OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIAS, POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADE. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
44	672.019.019	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM PROFISSIONAL: MÉDIO PORTE COMPLETO , COM NO MÍNIMO 08 (OITO) CAIXAS SISTEMA FLY LINE ARRAY 210 COM MÉDIO E AGUDO CONTENDO NO MÍNIMO 2 (DOIS) FALANTE S 10" E 02 DRIVES POR LINE, MÍNIMO 6 (SEIS) CAIXAS SUBWOOFER COM FALANTES DE 18" DE NO MÍNIMO	DIARIA	09		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		4000 WATTS DE POTÊNCIA CADA CAIXA, TODAS AS CAIXAS COM SEUS DEVIDOS CABEAMENTOS, AMPLIFICADORES, PROCESSADORES E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO COM BOA QUALIDADE E TORRE DE GRIDE PARA MONTAGEM DE PA OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIA. MIXER PA: 01 CONSOLE DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS DIGI DESIGN: MIX RACK / 01 MULTI CABO DE 56VIAS (REVISADAS) SONORIZAÇÃO SIDE E MONITOR CONSOLE DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS DIGI DESIGN: (MIX RACK / PROFILE 01 MULTI CABO DE 56 VIAS (REVISADAS) 01 SIDE RETORNO: 01 SISTEMA DE SIDE FILL LINE ARRAY VERTICAL ESTÉREO COM GRAVE, MÉDIO E AGUDO. 04 MONITORES EAW SM 400 / JBL - VT X - M22 / MEYER - MJF - 212A/RCF TT45SMA OU SIMILAR 01 SISTEMA DE CUE (COM 2 MONITORES) BACKLINE: 04 MICS SEM FIO SHURE SM 58 15 PEDESTAIS EM PERFEITO ESTADO, 01 AMPLIFICADOR DE BAIXO AMP EG SVT4X OU SIMILAR, 01 AMPLIFICADOR DE GUITARRA FENDER' 65 TWIN REVERB 85- WATT 2 X12 OU COMPATÍVEL , 10 RÉGUAS DE ENERGIA 110V E 220V, CABOS P10/P10 06 MICROFONES COM FIO, DIRECT BOX PARA TODAS AS ENTRADAS, CABOS, SET DE MICROFONES PARA BATERIA E PERCUSSÃO COMUNICAÇÃO MESA DE P.A E MESA DE PALCO; SHURE 58 PARA ALINHAMENTO DO MONITOR; 05 PONTOS DE AC DE 127VOLTS/60 HERTZ/PADRÃO EUA. SENDO OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIAS, POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA				
--	--	--	--	--	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADE. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
45	672.019.031	LOCAÇÃO DE JOGO DE MESA E CADEIRA PVC/PLÁSTICO BRANCO: MESA PLÁSTICA QUADRADA E 4 CADEIRAS PLÁSTICAS.	DIARIA	80		
46	672.019.014	LOCAÇÃO DE PALCO GRANDE PROFISSIONAL: COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: MÍNIMO 12 (DOZE) METROS DE BOCA POR 10 (DEZ) METROS DE PROFUNDIDADE, MÍNIMO 6(SEIS) METROS DE ALTURA NO PÉ DIREITO E (1,5) UM METRO E MEIO DE ALTURA DO PISO EM RELAÇÃO AO SOLO, COM COBERTURA EM LONA KP1.000 E FECHAMENTOS LATERAIS E DE FUNDO COM SOMBRITE 80% (OITENTA POR CENTO) PRETO. ALTURA DO PISO ATÉ O TETO DE NO MÍNIMO 6(SEIS) METROS. O PALCO DEVERÁ CONTER 12 PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS,) E ASA LATERAL PARA ACOMODAR EQUIPAMENTOS DE SOM E EQUIPE E ACESSO POR ESCADAS E RAMPA PARA CADEIRANTE, COM CORRIMÃO, COM INSTALAÇÃO NA PARTE TRASEIRA E/OU LATERAL DO PALCO, COM DEGRAUS ANTIDERRAPANTES, NO MÁXIMO 20CM DE ALTURA ENTRE ELES, COM EXTINTORES DE INCÊNDIO, PISO COM CHAPA DE COMPENSADO NAVAL DE 20MM ENCAPERTADO NA COR PRETA, FIXADO NA ESTRUTURA PORPARAFUSOS GALVANIZADOS TIPO FRANCÊS, E CHAPAS DE CANTONEIRA. PISO TRAVADO EM ESTRUTURA DO TIPO CANTONEIRA METÁLICO DE 1" FIXADO AO PISO POR CONTRA PINOS; GUARDA CORPO NAS LATERAIS E NO FUNDO; A ESTRUTURA DEVE SER MONTADA COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO, ESTAQUEADA COM CABOS DE AÇO, COM DOCUMENTAÇÃO DO CREA, ALÉM DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E TÉCNICA (ART) EM RELAÇÃO A SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE	DIARIA	06		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		<p>INCÊNDIOS COM VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR. SENDO TODAS AS DESPESAS RELACIONADAS A MONTAGEM, DESMONTAGEM, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM DA EQUIPE E TRANSPORTES POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO O EQUIPAMENTO ESTAR MONTADO NO LOCAL INDICADO NA ORDEM DE FORNECIMENTO EMITIDA PELA PREFEITURA E FUNCIONANDO PERFEITAMENTE NO MÍNIMO 24 HORAS ANTES DO INÍCIO DO EVENTO, DEVENDO AINDA PERMANECER MONTADO ATÉ O FINAL DO EVENTO PARA O QUAL FOI CONTRATADO, BEM COMO PRESENÇA INTEGRAL DE EQUIPE RESPONSÁVEL PELO EQUIPAMENTO DURANTE TODOS OS DIAS PARA SOLUCIONAR EVENTUAIS IMPREVISTOS. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO LOCAÇÃO 01 PALCO PROFISSIONAL (CONFORME DESCRITO ACIMA).</p> <p>AMPLA PARTICIPAÇÃO</p>				
47	672.019.014	<p>LOCAÇÃO DE PALCO GRANDE PROFISSIONAL: COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: MÍNIMO 12 (DOZE) METROS DE BOCA POR 10 (DEZ) METROS DE PROFUNDIDADE, MÍNIMO 6(SEIS) METROS DE ALTURA NO PÉ DIREITO E (1,5) UM METRO E MEIO DE ALTURA DO PISO EM RELAÇÃO AO SOLO, COM COBERTURA EM LONA KP1.000 E FECHAMENTOS LATERAIS E DE FUNDO COM SOMBRITE 80% (OITENTA POR CENTO) PRETO. ALTURA DO PISO ATÉ O TETO DE NO MÍNIMO 6(SEIS) METROS. O PALCO DEVERÁ CONTER 12 PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS,) E ASA LATERAL PARA ACOMODAR EQUIPAMENTOS DE SOM E EQUIPE E ACESSO POR ESCADAS E RAMPA PARA CADEIRANTE, COM CORRIMÃO, COM INSTALAÇÃO NA PARTE TRASEIRA</p>	DIARIA	02		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	<p>E/OU LATERAL DO PALCO, COM DEGRAUS ANTIDERRAPANTES, NO MÁXIMO 20CM DE ALTURA ENTRE ELES, COM EXTINTORES DE INCÊNDIO, PISO COM CHAPA DE COMPENSADO NAVAL DE 20MM ENCAPERTADO NA COR PRETA, FIXADO NA ESTRUTURA POR PARAFUSOS GALVANIZADOS TIPO FRANCÊS, E CHAPAS DE CANTONEIRA. PISO TRAVADO EM ESTRUTURA DO TIPO CANTONEIRA METÁLICO DE 1" FIXADO AO PISO POR CONTRA PINOS; GUARDA CORPO NAS LATERAIS E NO FUNDO; A ESTRUTURA DEVE SER MONTADA COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO, ESTAQUEADA COM CABOS DE AÇO, COM DOCUMENTAÇÃO DO CREA, ALÉM DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E TÉCNICA (ART) EM RELAÇÃO A SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS COM VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR. SENDO TODAS AS DESPESAS RELACIONADAS A MONTAGEM, DESMONTAGEM, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM DA EQUIPE E TRANSPORTES POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO O EQUIPAMENTO ESTAR MONTADO NO LOCAL INDICADO NA ORDEM DE FORNECIMENTO EMITIDA PELA PREFEITURA E FUNCIONANDO PERFEITAMENTE NO MÍNIMO 24 HORAS ANTES DO INÍCIO DO EVENTO, DEVENDO AINDA PERMANECER MONTADO ATÉ O FINAL DO EVENTO PARA O QUAL FOI CONTRATADO, BEM COMO PRESENÇA INTEGRAL DE EQUIPE RESPONSÁVEL PELO EQUIPAMENTO DURANTE TODOS OS DIAS PARA SOLUCIONAR EVENTUAIS IMPREVISTOS. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO LOCAÇÃO 01 PALCO PROFISSIONAL (CONFORME DESCRITO ACIMA).</p> <p>COTA EXCLUSIVA ME / EPP</p>				
--	---	--	--	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

48	672.019.020	LOCAÇÃO DE SOM DE PEQUENO PORTE CONTENDO NO MÍNIMO 02 (DUAS) CAIXAS SUBGRAVES DE 15 POLEGADAS E 02 (DUAS) CAIXAS MÉDIO E AGUDO COM CAPACIDADE TOTAL MÍNIMA DE 3000 WATTS DE POTÊNCIA. 01(UMA) MESA DE SOM DE NO MÍNIMO 12 CANAIS, 02(DOIS) MICROFONES COM FIO, 02(DOIS) MICROFONES SEM FIO, 04(QUATRO) PEDESTAIS DE MICROFONE, ESTANTE DE POTENCIAS E EQUALIZADORES NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DA SONORIZAÇÃO E CABOS PARA MICROFONES E INSTRUMENTOS MUSICAIS. SENDO OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIAS POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES.	DIARIA	28		
49	672.019.017	LOCAÇÃO DE TELÃO DE LED OUTDOOR, RESOLUÇÃO MÍNIMA P6, SENDO O PRIMEIRO MEDINDO NO MÍNIMO 6M X 3M EM ESTRUTURA DE TRELIÇA COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) METROS DE ALTURA. CONTENDO: 01 (UMA) PLACA PROCESSADORA PARA IMAGENS SIMULTÂNEAS E 2 (DUAS) CÂMERAS FILMADORAS FULL- H D,1 (UMA) MESA DE CORTE PARA FILMAGEM AO VIVO MONTADO COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO ESTAQUEADO COM CABO DE AÇO. DEFINIÇÃO 27.556 PIXELS POR M2 E ESOLUÇÃO 320*160MM 1300 NITS DE BRILHO ATÉ 16 BITS DE CORES COM ÂNGULO DE VISÃO 120/90 GRAUS. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA, ART NECESSÁRIA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES.	DIARIA	68		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		AMPLA PARTICIPAÇÃO				
50	672.019.017	LOCAÇÃO DE TELÃO DE LED OUTDOOR , RESOLUÇÃO MÍNIMA P6, SENDO O PRIMEIRO MEDINDO NO MÍNIMO 6M X 3M EM ESTRUTURA DE TRELIÇA COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) METROS DE ALTURA. CONTENDO: 01 (UMA) PLACA PROCESSADORA PARA IMAGENS SIMULTÂNEAS E 2 (DUAS) CÂMERAS FILMADORAS FULL- H D,1 (UMA) MESA DE CORTE PARA FILMAGEM AO VIVO MONTADO COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO ESTAQUEADO COM CABO DE AÇO. DEFINIÇÃO 27.556 PIXELS POR M2 E ESOLUÇÃO 320*160MM 1300 NITS DE BRILHO ATÉ 16 BITS DE CORES COM ÂNGULO DE VISÃO 120/90 GRAUS. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA, ART NECESSÁRIA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. COTA EXCLUSIVA ME / EPP	DIARIA	22		
51	672.019.030	MOTOR GERADOR DE ENERGIA DE 60 KVA , COM POTECIA DE 50 KVA CONTINUO, NO MINIMO UMA CAIXA DE PASSAGEM ELÉTRICA, PAINEL DE INSTRUÇÕES E PARTIDA ELÉTRICA.	DIARIA	10		
52	672.019.048	PARQUE DE DIVERSÕES TIPO BUNGEE JUMPING COM CAMA ELÁSTICA , COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA UTILIZADA PARA PRÁTICA. LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES TIPO BUNGEE JUMPI NG COM CAMA ELÁSTICA, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA UTILIZADA PARA PRÁTICA, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E OPERADOR COM MEDIDA DE ATÉ 5M DE ALTURA.COM CAPACIDADE D E SUPORTAR ATÉ 100 KG POR USUÁRIO. E CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DE 12 PESSOAS POR HORA, O PERAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS UTEIS DE SALTOS POR DIA, COM	DIARIA	10		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		EQUIPE OPERACIONAL COM NO MÍNIMO 04 PESSOAS E NO MÁXIMO 05 PESSOAS. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.				
53	672.019.049	PARQUE DE DIVERSÕES TIPO ESTRUTURA PARA FUTEBOL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PARQUE DE 10 DIVERSÕES TIPO ESTRUTURA PARA FUTEBOL DE SABÃO , PESO MÁXIMO SUPORTADO: 400KG, IDADE RECOMENDADA: ACIMA DE 05 ANOS, PESO TOTAL DO PRODUTO: 130KG, DIMENSÕES DA EMBALAGEM: (AXLXC) 1.00 X 0.80 X 0.80 M, DIMENSÕES TOTAIS DO PRODUTO: (AXLXC) 2.50 X 5.00 X 10.00 M, ALTURA DA BASE INFLÁVEL: 47CM, ALTURA DA PAREDE INFLÁVEL: 70CM, DIMENSÕES DO GOL: (AXLXC) 2.00 X 2.00 X 1.20 M, PARA PÚBLICO INFANTIL/JUVENIL. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA E MPRESA CONTRATADA	DIARIA	10		
54	672.019.050	PARQUE DE DIVERSÕES TIPO PISCINA DE BOLINHAS LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PARQUE DE DIVERSÕES TIPO PISCINA DE BOLINHAS INFLÁVEL , COM TEMA INFANTIL, MEDINDO, NO MÍNIMO, 2,50 X 2,50 X 2,50 M DE ALTURA, COM NO MÍNIMO 1500 BOLINHAS. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	10		
55	672.019.047	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA FACIAL INFANTIL RECREATIVA , COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 4 (QUATRO) HORAS CONSECUTIVAS, REALIZADA POR NO MÍNIMO 1 (UM) PROFISSIONAL CAPACITADO, UTILIZANDO TINTAS FACIAIS E MATERIAIS APROPRIADOS PARA USO INFANTIL, ATÓXICOS, HIPOALÉRGICOS E REGULARIZADOS PERANTE A ANVISA. O SERVIÇO DEVERÁ DISPONIBILIZAR OPÇÕES	DIARIA	05		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		VARIA DAS DE DESENHOS INFANTIS, INCLUINDO PERSONAGENS, ANIMAIS, FLORES, SUPER-HERÓIS E TEMAS LÚDICOS, ADEQUADOS AO PÚBLICO INFANTIL. TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO SERÃO FORNECIDOS PELA CONTRATADA.				
56	672.019.040	SERVIÇO DE CARRO DE SOM: PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS NA SEDE DO MUNICÍPIO, COM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL E DEMAIS INSUMOS, (CARRO DE SOM, LICENCIADO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES TUDO CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM CONDUTOR DEVIDAMENTE HABILITADO POSSUIR NO MÍNIMO 01 MICROFONE S/FIO E 01 MICROFONE C/FIO; LEITOR DE CD (QUE EXECUTE MP3 E OUTROS FORMATOS). SOM COM POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 8.000 WATTS), 01 TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO SOM.	HORA	10		
57	672.019.011	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA PA, CONTENDO 02 BUMPERS 02 TALHAS PARA ELEVAÇÃO DE CAIXAS DE PA, 24 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA 24 SUB GRAVES COM 2 ALTO-FALANTES DE 2.400W CADA ALTO-FA LANTE OUTFILL 12 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIV ES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA FRONT FILL 06 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO-FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CAIXA 03 PROCESSADORES DIGITAIS DE ÁUDIO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE ÁUDIO INSTALADO, COM NO MÍNIMO 4 ENTRADAS E 8 SAÍDAS DE ÁUDIO. TODO O SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COM PINOS, CABEAMENTO DE CAIXAS, CABEAMENTO DE SINAL E AM PLIFICADORES COMPATÍVEIS COM O	DIARIA	15		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		SISTEMA DE ÁUDIO INSTALADO OU SUPERIORES. 02 CONSOLE DE ÁUDIO DIGITAL CONTENDO NO MÍNIMO 56 CANAIS DE INPUT E 32 CANAIS DE OUTPUT (CONFORME EXISTÊNCIA DO RIDER DOS ARTISTAS, MIX RACK COM 3 DSP OU SUPERIOR) 01 MULTICABO DE 56 VIAS SPLICADO Y MONITOR 01 SIDE FILL DUPLO 08 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA E 4 SUB GRAVES CONTENDO 2 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS CADA COM 2.400 CADA ALTO FALANTE COM AMPLIFICAÇÃO, CABEAMENTO E PROCESSAMENTO COMPATÍVEL OU SUPERIOR 01 CONSOLE DE MONITOR PM5D RH (ATENDENDO CONFORMIDADE COM RIDERS EXIGIDOS PELOS ARTISTAS) 01 CONSOLE DE MONITOR DM7 + 2RIOD2 (ATENDENDO CONFORMIDADE COM RIDERS EXIGIDOS PELOS ARTISTAS) 08 MONITORES DE AUDIO PARA RETORNO CONTENDO 2 ALTO-FALANTES DE 12 POLEGADAS CADA CAIXA E UMA CORNETA DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA COM CABEAMENTO E AMPLIFICAÇÃO 1 SUB GRAVE 218 CONTENDO 2 ALTO-FALANTES DE 2.400W COM CABEAMENTO E AMPLIFICADORES COM PATÍVEL OU SUPERIOR 02 FENDER TWIN REVERB PARA GUITARRA 01 GK800 COMPLETO COM CAIXA DE GRAVE COM ALTO-FALANTE DE 15 POLEGADAS E CAIXA DE ALTA CONTENDO 4 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS COM CABEAMENTO 40 PEDESTAIS PARA MICROFONES 400 CABOS DE SINAL CÂNON MACHO CANON FÊMEA COM NO MÍNIMO 5 METROS CADA CABO 30 CABOS DE AC (EXTENSÕES) COM NO MÍNIMO 5 METROS CADA 30 MICROFONES COM FIO SM58 ORIGINAIS 20 MICROFONES COM FIO SM57 ORIGINAIS 06				
--	--	---	--	--	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		MICROFONES COM FIO SM81 ORIGINAIS. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
58	672.019.011	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA PA, CONTENDO 02 BUMPERS 02 TALHAS PARA ELEVAÇÃO DE CAIXAS DE PA, 24 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA 24 SUB GRAVES COM 2 ALTO-FALANTES DE 2.400W CADA ALTO-FA LANTE OUTFILL 12 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIV ES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA FRONT FILL 06 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO-FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CAIXA 03 PROCESSADORES DIGITAIS DE ÁUDIO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE ÁUDIO INSTALADO, COM NO MÍNIMO 4 ENTRADAS E 8 SAÍDAS DE ÁUDIO. TODO O SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COM PINOS, CABEAMENTO DE CAIXAS, CABEAMENTO DE SINAL E AM PLIFICADORES COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE ÁUDIO INSTALADO OU SUPERIORES. 02 CONSOLE DE ÁUDIO DIGITAL CONTENDO NO MÍNIMO 56 CANAIS DE INPUT E 32 CANAIS DE OUTPUT (CO NFORME EXISTÊNCIA DO RIDER DOS ARTISTAS, MIX RACK COM 3 DSP OU SUPERIOR) 01 MULTICABO DE 56 VIAS SPLINTADO Y MONITOR 01 SIDE FILL DUPLO 08 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA E 4 SUB GRAVES CONTENDO 2 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS CADA COM 2.400 CADA ALTO FALANTE COM AMPLIFICAÇÃO, CABEAMENTO E PROCESSAMENTO COMPATÍVEL OU SUPERIOR 01 CONSOLE DE MONITOR PM5D RH (ATENDENDO CONFORMIDADE COM RIDERS EXIGIDOS PELOS ARTISTAS) 01	DIARIA	05		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		CONSOLE DE MONITOR DM7 + 2RIOD2 (ATENDENDO CONFORMIDADE COM RIDERS EXIGIDOS PELOS ARTISTAS) 08 MONITORES DE AUDIO PARA RETORNO CONTENDO 2 ALTO-FALANTES DE 12 POLEGADAS CADA CAIXA E UMA CORNETA DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA COM CABEAMENTO E AMPLIFICAÇÃO 1 SUB GRAVE 218 CONTENDO 2 ALTO-FALANTES DE 2.400W COM CABEAMENTO E AMPLIFICADORES COM PATÍVEL OU SUPERIOR 02 FENDER TWIN REVERB PARA GUITARRA 01 GK800 COMPLETO COM CAIXA DE GRAVE COM ALTO-FALANTE DE 15 POLEGADAS E CAIXA DE ALTA CONTENDO 4 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS COM CABEAMENTO 40 PEDESTAIS PARA MICROFONES 400 CABOS DE SINAL CÂNON MACHO CANON FÊMEA COM NO MÍNIMO 5 METROS CADA CABO 30 CABOS DE AC (EXTENSÕES) COM NO MÍNIMO 5 METROS CADA 30 MICROFONES COM FIO SM58 ORIGINAIS 20 MICROFONES COM FIO SM57 ORIGINAIS 06 MICROFONES COM FIO SM81 ORIGINAIS. COTA EXCLUSIVA ME / EPP				
59	672.019.009	TENDA EM ESTRUTURA METÁLICA EM LONA UV NA COR BRANCA, MEDINDO 3M X 3M, MODELO PIRAMIDAL 50 OU CHAPÉU DE BRUXA; ESTRUTURA METÁLICA. AS TENDAS DEVERÃO SER MONTADAS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA.	DIARIA	50		
TOTAL GERAL R\$						





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	BANHEIROS CONTAINER MODULAR ADAPTADOS P/ PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA) E FRALDÁRIO: BANHEIROS CONTAINER ESPECIAIS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA), DEVENDO TER 02 DUAS CABINES PARA PCD MASCULINO / FEMININO COM 02 VASO SANITÁRIO COM BARRAS DE APOIO E 02 ESPAÇOS PARA FRALDÁRIO, CONTENDO 1 TROCADOR DE FRALDAS DOBRÁVEL INFANTIL, MEDIDA 70X45X90CM (LARGURA X COMPRIMENTO X ALTURA), A ESTRUTURA TAMBÉM DEVERÁ CONTER 1 LAVATÓRIO, CONTENDO PIA E TORNEIRA. TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. 06 LIXEIRAS COM MÍNIMOS DE 20 LITROS CADA. BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W E 04 TOMADAS DE ENTRADA UNIVERSAL DE 110 VOLTS (A EMPRESA DEVERÁ REALIZAR O ATERRAMENTO ELÉTRICO DA ESTRUTURA). DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE BANHEIRO PCD/FRALDÁRIO; TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR ESPELHO, RESERVATÓRIO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA EM CADA LAVATÓRIO A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO. A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO DURANTE TODO O EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS PCD/FRALDÁRIOS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO.	DIARIA	20		
02	CONTÊNER MODULAR ADAPTADO PARA BANHEIROS MASCULINO E FEMININO CADA CONTAINER DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: CONTAINER MODULAR ADAPTADOR PARA BANHEIROS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA); DEVERÁ CONTER 6 (SEIS) CABINES COM VASOS SANITÁRIOS SENDO: 3 MASCULINA E 3 FEMININA E 04 (QUATRO)	DIARIA	70		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	<p>LAVATÓRIOS CONTENDO PIAS E TORNEIRAS; TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE MASCULINO OU FEMININO, CONFORME INDICADO PELA CONTRATANTE. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. CADA BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W. TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR 02 RESERVATÓRIOS DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO NAS CABINES SANITÁRIAS, 8 LIXEIRAS DE NO MÍNIMO 20 LITROS, PAPEL TOALHA E 2 ESPELHOS DE NO MÍNIMO 1,20 M2 A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO; A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO POR CONTAINER DURANTE TODO DIA DO EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS BANHEIROS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO.</p>				
03	<p>CONTRATAÇÃO DE ESTRUTURA COMPOSTA POR 04 (QUATRO) TENDAS EM ESTRUTURA METÁLICA, MODELO PIRAMIDAL, MEDINDO 10 M X 10 M (100 M² CADA), TOTALIZANDO 400 M², COM COBERTURA EM LONA VINÍLICA NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL E COM PROTEÇÃO UV.</p> <p>A estrutura deverá contemplar sistema de climatização com 20 (vinte) aparelhos de ar-condicionado de 12.000 BTUs, dotados de controle remoto individual, distribuídos uniformemente, sendo 05 (cinco) unidades por tenda, além de 04 (quatro) cortinas de ar instaladas sobre as portas, com sistema de controle. Deverá incluir ainda a montagem de 40 (quarenta) stands medindo 3 m x 2 m (6 m² cada), com divisórias modulares, sendo 20 (vinte) metros lineares em material transparente (acrílico ou vidro) e o restante em painéis opacos. A estrutura deverá possuir 04 (quatro) portas de correr transparentes, medindo 2 m x 2 m cada, sendo 02 (duas) frontais e 02 (duas) traseiras, devidamente centralizadas. Deverá ser fornecido piso elevado nivelador</p>	DIARIA	15		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	com área de 150 m ² , bem como carpete em área total de 750 m ² . As instalações elétricas deverão contemplar 40 (quarenta) pontos elétricos individuais, sendo 01 (um) por stand, com disponibilização de tomadas 110V e 220V, soquetes para iluminação, no mínimo 40 (quarenta) pontos de iluminação em LED e no mínimo 08 (oito) luminárias de emergência. A estrutura deverá ainda conter sistema hidráulico com 40 (quarenta) pontos individuais, incluindo pia, torneira, sistema de abastecimento e escoamento. Deverão ser fornecidas 40 (quarenta) lixeiras individuais, além de lixeiras adicionais para áreas comuns. Por fim, deverá contemplar no mínimo 06 (seis) extintores de incêndio do tipo PQS ou CO, devidamente distribuídos conforme normas de segurança. Deverá ainda abranger o fornecimento integral de todos os itens necessários à execução, bem como a disponibilização de profissionais qualificados, tais como eletricitista, encanador, técnicos e operadores, incluindo a apresentação de ART e demais documentações legais exigidas. A execução deverá ocorrer em conformidade com as normas técnicas vigentes, contemplando manutenção durante todo o período do evento, além do custeio de transporte, alimentação e hospedagem da equipe envolvida. A montagem deverá seguir layout previamente fornecido, sendo que todos os equipamentos deverão estar em perfeito funcionamento, cabendo à empresa garantir a segurança, estabilidade e adequado desempenho das estruturas, devendo qualquer falha ser corrigida imediatamente. A estrutura deverá estar totalmente montada, testada e em pleno funcionamento no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do evento, de forma a possibilitar a realização de eventuais ajustes técnicos, inspeções e validações necessárias pela equipe responsável.				
04	FECHAMENTO LATERAL (03 LADOS) PARA TENDA 10X10M, EM LONA UV NA COR BRANCA, COM INSTALAÇÃO	DIARIA	40		
05	FECHAMENTO LATERAL (03 LADOS) PARA TENDA 5X5M, EM LONA UV NA COR BRANCA, COM INSTALAÇÃO	DIARIA	60		
06	GIRO RADICAL BIFÁSICO 127V COM COLCHÃO INFLÁVEL 5 METROS DE LARGURA POR 5 METROS DE CUMPRIMENTO E 1,10 METROS DE ALTURA, CONFECCIONADO EM LONA KP1000 E KP1100 COLORIDA, FEITO COM SOLDA ELETRÔNICA, ACOMPANHADO DE 01 MAQUINÁRIO COM BASE, 01 EIXOS CENTRAL COM DOBRAS, BASTÕES COM ARTICULAÇÕES, QUADRO DE COMANDO E SUPORTE, 01 SOPRADOR DE AR (MOTOR). MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	10		
07	GRADES DE TRELIÇAS EM ALUMÍNIO Q30, PARA PORTAIS, BACKDROP E SUSTENTAÇÃO DE BANNER, DECORAÇÃO, LOCADA COM SAPATAS DE SUSTENTAÇÃO E CUBOS, COM NO MÍNIMO 30CM DE DIÂMETRO, COM PÉS PARA SUSTENTAÇÃO COM NO MÍNIMO 1,00X1,00 M. A ESTRUTURA DEVE SER MONTADA COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO ESTAKEADO COM CABO DE AÇO. SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A	DIARIA	200		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	DOCUMENTAÇÃO ASSINADA PELO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE - ART E TAXA DO CREA PAGA E DEMAIS AUTORIZAÇÕES E DISPOSITIVOS LEGAIS, QUANDO FOR O CASO, CONFORME A LEGISLAÇÃO. TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE.				
08	LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA EM AÇO GALVANIZADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 400KG M² , MEDINDO NO MÍNIMO DE 30 M DE COMPRIMENTO POR 2,5 M, COM TRÊS DEGRAUS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 200 PESSOAS SENTADAS, COM MATERIAL TOTALMENTE LEGALIZADO PELO CREA E LAUDO TÉCNICO EXPEDIDO PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL. MONTADO CONFORME LAY OUT FORNECIDO PELA EQUIPE.	DIARIA	24		
09	LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA EM AÇO GALVANIZADO , COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 600KG M ² , MEDINDO NO MÍNIMO DE 30 M DE COMPRIMENTO POR 5 M, COM CINCO DE GRAUS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 PESSOAS SENTADAS, COM MATERIAL TOTALMENTE LEGALIZADO PELO CREA E LAUDO TÉCNICO EXPEDIDO PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL. MONTADO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE DEVERÁ SER ASSEGURADO ESPAÇO RESERVADO PARA PESSOAS CADEIRANTES E ACOMPANHANTES, COM ACESSO POR RAMPAS OU ÁREA NIVELADA, GARANTINDO VISIBILIDADE E SEGURANÇA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DE ACESSIBILIDADE.	DIARIA	8		
10	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIO QUÍMICO INDIVIDUAL , PORTÁTEIS, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLÚCIDO, DIMENSÃO MÍNIMAS DE 1,10M DE FRENTE X 1,10 M DE FUNDO X 2,10 DE ALTURA, COMPOSTO DE CAIXA DE DEJETO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, FECHAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO DE OCUPADO PARA USO DO PÚBLICO EM GERAL, COM NO MÍNIMO 1 (UM) PONTO DE LUMINÁRIA, COM LÂMPADAS FLUORESCENTES DE NO MÍNIMO 40W. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE.	DIARIA	400		
11	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIO QUÍMICOS PARA PESSOAS PCD (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA) , CONFORME LEI 10.098/2000, COM CABINE EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INCLUINDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO E INDICAÇÃO EXTERNA DE ABERTO/FECHADO, PRODUTOS QUÍMICOS, PAPEL HIGIÊNICO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA. DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE.	DIARIA	185		
12	LOCAÇÃO DE CAMARIM : COM NO MÍNIMO DE 5MX5M DE MEDIDA INTERNA, EM PLACA DE TS E ALUMÍNIO, COM AR-	DIARIA	24		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	CONDICIONADO, COM INSTALAÇÃO DE (04) PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA(03 TOMADAS UNIVERSAL 110V E 01 TOMADA 220V) E (03) PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS FLUORESCENTES) DE NO MÍNIMO 45 WATS, COM PISO EM COMPENSADO NAVAL DE NO MÍNIMO 20MM E ENCAPETADO NA COR PRETA, COBERTO COM TENDA EM ESTRUTURA METÁLICA,COM PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 3 METROS D E ALTURA,NÃO PODENDO HAVER EM HIPÓTESE ALGUMA, GOTEIRAS EM SEU INTERIOR. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO, ART MECÂNICA, ARTELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA, BEM COMO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO BOM FUNCIONAMENTO DO AR-CONDICIONADO. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOSE FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 CAMARIM OBS:A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DOIS CAMARINS NO MESMO DIA DE EVENTO				
13	LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR: TAMANHO MÉDIO, EVAPORATIVO, COM EVAPORIZADOR DE ÁGUA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MÁQUINA BIFÁSICA, UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA), CONTROLE DE ROTAÇÃO, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA,220V, 60HZ, EM PERFEITO FUNCIONAMENTO MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. LOCAÇÃO 01 CLIMATIZADOR (CONFORME DESCRITO ACIMA) A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DOIS OU MAIS CLIMATIZADORES NO MESMO EVENTO	DIARIA	152		
14	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS PARA FIXAÇÃO DE BANNER: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS (MODELOS P30 OU P38), DESTINADA À SUSTENTAÇÃO DE BANNER/PAINEL, NAS DIMENSÕES DE 3,00 M DE LARGURA POR 4,00 M DE ALTURA, COM FORNECIMENTO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM NO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE. A CONTRATAÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR, OBRIGATORIAMENTE: FORNECIMENTO DE BANNER EM LONA DE ALTA DEFINIÇÃO, MEDINDO 3,00 M (LARGURA) X 4, 00 M (ALTURA); ACABAMENTO COM ILHOSES METÁLICOS, ADEQUADOS PARA FIXAÇÃO SEGURA E TENSIONAMENTO UNIFORME NA ESTRUTURA; MONTAGEM, INSTALAÇÃO, FIXAÇÃO E DESMONTAGEM DA ESTRUT URA E DO BANNER; GARANTIA DE ESTABILIDADE, SEGURANÇA ESTRUTURAL E PERFEITO NIVELAMENTO DURANTE TODO O PERÍODO DE UTILIZAÇÃO; TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA POR CONTA	DIARIA	10		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	DA CONTRATADA. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.				
15	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS PARA FIXAÇÃO DE BANNER: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS (MODELOS P30 OU P38), DESTINADA À SUSTENTAÇÃO DE BANNER/PAINEL, NAS DIMENSÕES DE 3,00 M DE LARGURA POR 4,00 M DE ALTURA, COM FORNECIMENTO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM NO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE. A CONTRATAÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR, OBRIGATORIAMENTE: FORNECIMENTO DE BANNER EM LONA D E ALTA DEFINIÇÃO, MEDINDO 3,00 M (LARGURA) X 4,00 M (ALTURA); ACABAMENTO COM ILHOSES METÁLICOS, ADEQUADOS PARA FIXAÇÃO SEGURA E TENSIONAMENTO UNIFORME NA ESTRUTURA; MONTAGEM, INSTALAÇÃO, FIXAÇÃO E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA E DO BANNER; GARANTIA DE ESTABILIDADE, SEGURANÇA ESTRUTURAL E PERFEITO NIVELAMENTO DURANTE TODO O PERÍODO DE UTILIZAÇÃO; TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA POR CONTA DA CONTRATADA. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	10		
16	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA TIPO TRELIÇA PARA BACKDROP: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM ALUMÍNIO, TIPO TRELIÇA MODELO Q25 (FORMATO TRAVE), DESTINADA À SUSTENTAÇÃO DE BANNER/PAINEL FOTOGRÁFICO, MEDINDO 3,00 M DE ALTURA POR 2,00 M DE LARGURA, DEVIDAMENTE MONTADA E INSTALADA NO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, A CONTRATAÇÃO DEVERÁ INCLUIR, OBRIGATORIAMENTE: FORNECIMENTO DE BANNER EM LONA DE ALTA DEFINIÇÃO, COM DIMENSÕES DE 2,00 M (LARGURA) X 3,0 0 M (ALTURA); ACABAMENTO COM ILHOSES METÁLICOS, ADEQUADOS PARA FIXAÇÃO SEGURA NA ESTRUTURA; MONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA NO LOCAL DO EVENTO; GARANTIA DE ESTABILIDADE, SEGURANÇA E ADEQUADO TENSIONAMENTO DO BANNER. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	10		
17	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA TIPO TRELIÇA PARA BACKDROP: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM ALUMÍNIO, TIPO TRELIÇA MODELO Q25 (FORMATO TRAVE), DESTINADA À SUSTENTAÇÃO DE BANNER/PAINEL FOTOGRÁFICO, MEDINDO 3,00 M DE ALTURA POR 2,00 M DE LARGURA, DEVIDAMENTE MONTADA E INSTALADA NO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, A CONTRATAÇÃO DEVERÁ INCLUIR, OBRIGATORIAMENTE: FORNECIMENTO DE BANNER EM LONA DE ALTA DEFINIÇÃO, COM DIMENSÕES DE 2,00 M (LARGURA) X 3,0 0 M (ALTURA); ACABAMENTO COM ILHOSES METÁLICOS, ADEQUADOS PARA FIXAÇÃO SEGURA NA ESTRUTURA; MONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA NO LOCAL DO EVENTO; GARANTIA DE ESTABILIDADE, SEGURANÇA E ADEQUADO TENSIONAMENTO DO BANNER. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	10		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

18	LOCAÇÃO DE GRADES DE ISOLAMENTO E PROTEÇÃO EM AÇO GALVANIZADO: COM SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, CONTENDO APROXIMADAMENTE AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES 1,20 DE ALTURA X 2,00 DE COMPRIMENTO, COM CANTOS ARREDONDADOS	DIARIA	1.200		
19	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL PARA EVENTOS DE MÉDIO PORTE: CONTENDO NO MÍNIMO 12 (DOZE) MOVING HEAD BEAM 200 7R OU SUPERIOR, 01 (UMA) MÁQUINA DE FUMAÇA DMX COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.500 WATTS COM FAN, 24 (VINTE E QUATRO) CANHÕES PAR LED 3W RGBWA, 04 (QUATRO) STR OBOS DE LED, 04 (QUATRO) MINI BRUT COM 04 LÂMPADAS, 06 (SEIS) LÂMPADAS PAR 64 FOCO 5, 04 (QUATRO) ELIPSOIDAIAS COM FOCO E ÍRIS, MESA CONTROLADORA DIGITAL COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, 01 (UM) RACK DIMMER COM NO MÍNIMO 12 CANAIS E SAÍDA DE 4 KVA, GRIDE EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q30 OU SUPERIOR MEDINDO NO MÍNIMO 06M X 06M, COM TODO CABEAMENTO, ACESSÓRIOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA	DIARIA	16		
20	LOCAÇÃO DE PALCO DE MÉDIO PORTE, MEDINDO 08X08 M: COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA, PISO EM ALUMÍNIO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,5M EM RELAÇÃO AO SOLO, FECHAMENTO COM GRADES DE CONTENÇÃO NAS LATERAIS E FUNDO, REVESTIMENTO EM CARPETE, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES CONFORME AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE VIGENTES, E EXTINTORES DE INCÊNDIO TIPO CO2. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR DOCUMENTAÇÃO DO CREA /ART, COM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, BEM COMO A DEVIDA VISTORIA E LIBERAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. MONTAGEM CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA.	DIARIA	18		
21	LOCAÇÃO DE PALCO DE PEQUENO PORTE, MEDINDO 06X06 M: COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA, PISO EM ALUMÍNIO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,5M EM RELAÇÃO AO SOLO, FECHAMENTO COM GRADES DE CONTENÇÃO NAS LATERAIS E FUNDO, REVESTIDO COM CARPETE, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES CONFORME NORMAS DE ACESSIBILIDADE VIGENTES, E EXTINTORES DE INCÊNDIO TIPO CO2. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR DOCUMENTAÇÃO DO CREA/ART, COM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, BEM COMO A DEVIDA VISTORIA E LIBERAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. MONTAGEM CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE ORGANIZADORA.	DIARIA	16		
22	LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES TIPO CAMA ELÁSTICA REDONDA COM 4.30 DIÂMETRO. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	10		
23	LOCAÇÃO DE TENDA EM ESTRUTURA METÁLICA EM LONA UV NA COR BRANCA, MEDINDO 10M X 10M, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA; ESTRUTURA METÁLICA.	DIARIA	12		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	AS TENDAS DEVERÃO SER MONTADAS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA				
24	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL COM CALHAS: CADA TENDA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, CAPACIDADE PARA 70 PESSOAS, COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE COM 10M X 10M DE MEDIDA INTERNA , ESTRUTURA DE FERRO NA COR BRANCA PARA FECHAMENTOS LATERAIS, PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 03 METROS DE ALTURA, PODENDO SER ALONGADA EM ATÉ 50 CM DE COMPRIMENTO, COBERTURA DE LONA TÉRMICA ANTI CHAMA NA COR BRANCA, COM FECHAMENTO LATERAL (03) LADOS, (05) CINCO PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (TOMADAS UNIVERSAIS- 110V E 2 20V) E (05) PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS FLUORESCENTES) DE NO MÍNIMO 45 WATTS CADA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A INSTALAÇÃO ELÉTRICA E O ESCOAMENTO DE ÁGUA DAS CALHAS, NÃO ADMITINDO- SE EM HIPÓTESE ALGUMA, GOTEIRAS EM SEU INTERIOR. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO ART MECÂNICA, ART ELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRES A CONTRATADA. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDAD ES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 TENDAS 10M X 10M X 01 DIAS.OBS: A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DUAS OU MAIS TENDAS NO MESMO EVENTO	DIARIA	281		
25	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL: CADA TENDA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE DE 5MX5M DE MEDIDA INTERNA , ESTRUTURA METÁLICA, COM PÉ DIREITO COM 20 CM DE LARGURA E 3 METROS DE ALTURA, PODENDO SER ALONGADA EM ATÉ 50 CM DE COMPRIMENTO, COBERTURA DE LONA TÉRMICA NA COR BRANCA, COM FECHAMENTO LATERAL (03)LADOS, COM INSTALAÇÃO DE (04) PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA (TOMADA UNIVERSAL 110V E 220V) E(02)PONTOS DE ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS) DE NO MÍNIMO 20WATTS CADA. INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR NGENHEIRO, ART MECÂNICA, ARTELÉTRICA, TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DE EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO SER MONTADAS DE ACORDO COM LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E	DIARIA	405		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO 01 TENDA 5M X 5M OBS:A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR A INSTALAÇÃO DE DUAS OU MAIS TENDAS NO MESMO EVENTO				
26	LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL DE GRANDE PORTE , COM PADRÃO PROFISSIONAL COMPATÍVEL COM RIDE RS TÉCNICOS DE ARTISTAS NACIONAIS E APRESENTAÇÕES DE GRANDE PORTE. O SISTEMA DEVERÁ CONTER, NO MÍNIMO 36 (TRINTA E SEIS) MOVING HEAD BEAM 300 9R OU SUPERIOR, OU EQUIPAMENTO EQUIVALENTE EM DESEMPENHO TÉCNICO, CAPACIDADE LUMINOSA E QUALIDADE PROFISSIONAL, COMPATÍVEL COM RIDERS TÉCNICOS DE ARTISTAS NACIONAIS; 02 (DUAS) MÁQUINAS DE FUMAÇA DE NO MÍNIMO 3000 WATTS, PADRÃO DMX, COM FAN; 48 (QUARENTA E OITO) CANHÕES PAR LED 3W RGBWA; 09 (NOVE) ATOMIC LED; 12 (DOZE) LÂMPADAS PAR 64 FOCO 5; 07 (SETE) ELIPSOIDAI S COM FOCO E ÍRIS; 04 (QUATRO) STROBOS DE LED; 04 (QUATRO) MINI BRUT COM 06 LÂMPADAS; MESA CONTROLADORA DIGITAL MA COMMAND WING + FADER OU EQUIVALENTE TÉCNICO COMPATÍVEL COM RIDERS NACIONAIS; 02 (DOIS) RACKS DIMMER 12 CANAIS COM SAÍDA MÍNIMA DE 4 KVA; GRIDE QUADRADO DE TRELIÇA EM ALUMÍNIO Q50 MEDINDO NO MÍNIMO 09M X 09M, MAIS 02 (DUAS) LINHAS DE TRELIÇAS DE 09M AO MEIO; INCLUSO TODO CABEAMENTO, ACESSÓRIOS, EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO TÉCNICA, SUPORTE OPERACIONAL, SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIAS AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DURANTE O EVENTO	DIARIA	12		
27	LOCAÇÃO DE CADEIRA BRANCO PLÁSTICA/PVC, SEM BRAÇO	DIARIA	200		
28	LOCAÇÃO DE CAIXA TÉRMICA COM CAPACIDADE MINIMA DE 190 LITROS.	DIARIA	66		
29	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM PROFISSIONAL: MÉDIO PORTE COMPLETO , COM NO MÍNIMO 08 (OITO) CAIXAS SISTEMA FLY LINE ARRAY 210 COM MÉDIO E AGUDO CONTENDO NO MÍNIMO 2 (DOIS) FALANTES 10" E 02 DRIVES POR LINE, MÍNIMO 6 (SEIS) CAIXAS SUBWOOFER COM FALANTES DE 18" DE NO MÍNIMO 4000 WATTS DE POTÊNCIA CADA CAIXA, TODAS AS CAIXAS COM SEUS DEVIDOS CABEAMENTOS, AMPLIFICADORES, PROCESSADORES E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO COM BOA QUALIDADE E TORRE DE GRIDE PARA MONTAGEM DE PA OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIA. MIXER PA: 01 CONSOLE DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS DIGI DESIGN: MIX RACK / 01 MULTI CABO DE 56VIAS (REVISADAS) SONORIZAÇÃO SIDE E MONITOR CONSOLE DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS DIGI DESIGN: (MIX RACK / PROFILE 01 MULTI CABO DE 56 VIAS (REVISADAS) 01 SIDE RETORNO: 01 SISTEMA DE SIDE FILL LINE ARRAY VERTICAL ESTÉREO COM GRAVE, MÉDIO E AGUDO. 04 MONITORES	DIARIA	39		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	EAW SM 400 / JBL - VT X - M22 / MEYER - MJF - 212A/RCF TT45SMA OU SIMILAR 01 SISTEMA DE CUE (COM2 MONITORES) BACKLIN E: 04 MICS SEM FIO SHURE SM 58 15 PEDESTAIS EM PERFEITO ESTADO, 01 AMPLIFICADOR DE BAIXO AMP EG SVT4X OU SIMILAR, 01 AMPLIFICADOR DE GUITARRA FENDER' 65 TWIN REVERB 85- WATT 2 X12 OU COM PATÍVEL , 10 RÉGUAS DE ENERGIA 110V E 220V, CABOS P10/P10 06 MICROFONES COM FIO ,DIRECT BOX PARA TODAS AS ENTRADAS, CABOS, SET DE MICROFONES PARA BATERIA E PERCUSSÃO COMUN ICAÇÃO MESA DE P.A E MESA DE PALCO; SHURE 58 PARA ALINHAMENTO DO MONITOR;? 05 PONTOS DE A C DE 127VOLTS/60 HERTZ/PADRÃO EUA.SENDO OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGE M, SEGURANÇA E ARTS NECESSÁRIAS, POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADE.				
30	LOCAÇÃO DE JOGO DE MESA E CADEIRA PVC/PLÁSTICO BRANCO: MESA PLÁSTICA QUADRADA E 4 CADEIRAS PLÁSTICAS.	DIARIA	80		
31	LOCAÇÃO DE PALCO GRANDE PROFISSIONAL: COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: MÍNIMO 12(DOZE) METROS DE BOCA POR 10(DEZ) METROS DE PROFUNDIDADE, MÍNIMO 6(SEIS) METROS DE ALTURA NO PÉ DIREITO E (1,5) UM METRO E MEIO DE ALTURA DO PISO EM RELAÇÃO AO SOLO, COM COBERTURA EM LONA KP1.000 E FECHAMENTOS LATERAIS E DE FUNDO COM SOMBRITE 80% (OITENTA POR CENTO) PRETO. ALTURA DO PISO ATÉ O TETO DE NO MÍNIMO 6(SEIS) METROS. O PALCO DEVERÁ CONTER 12 PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS,) E ASA LATERAL PARA ACOMODAR EQUIPAMENTOS DE SOM E EQUIPE E ACESSO POR ESCADAS E RAMPA PARA CADEIRANTE, COM CORRIMÃO, COM INSTALAÇÃO NA PARTE TRASEIRA E/OU LATERAL DO PALCO, COM DEGRAUS ANTIDERRAPANTES, NO MÁXIMO 20CM DE ALTURA ENTRE ELES, COM EXTINTORES DE INCÊNDIO, PISO COM CHAPA DE COMPENSADO NAVAL DE 20MM ENCAPERTADO NA COR PRETA, FIXADO NA ESTRUTURA PORPARAFUSOS GALVANIZADOS TIPO FRANCÊS, E CHAPAS DE CANTONEIRA. PISO TRAVADO EM ESTRUTURA DO TIPO CANTO NEIRA METÁLICO DE 1" FIXADO AO PISO POR CONTRA PINOS; GUARDA CORPO NAS LATERAIS E NO FUNDO; A ESTRUTURA DEVE SER MONTADA COM TRAVAS E AMARRAÇÕES DE AÇO, ESTAQUEADA COM CABO S DE AÇO, COM DOCUMENTAÇÃO DO CREA, ALÉM DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDAD E TÉCNICA (ART) EM RELAÇÃO A SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS COM VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR. SENDO TODAS AS DESPESAS RELACIONADAS A MONTAGEM, DESMONTAGEM, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM DA EQUIPE E TRANSPORTES POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. DEVENDO O EQUIPAMENTO ESTAR MONTADO NO LOCAL INDICADO NA ORDEM DE FORNECIMENTO EMITIDA PELA PREFEITURA E FUNCIONANDO PERFEITAMENTE NO MÍNIMO 24 HORAS	DIARIA	08		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	ANTES DO INÍCIO DO EVENTO, DEVENDO AINDA PERMANECER MONTADO ATÉ O FINAL DO EVENTO PARA O QUAL FOI CONTRATADO, BEM COMO PRESENÇA INTEGRAL DE EQUIPE RESPONSÁVEL PELO EQUIPAMENTO DURANTE TODOS OS DIAS PARA SOLUCIONAR EVENTUAIS IMPREVISTOS. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO LOCAÇÃO 01 PALCO PROFISSIONAL (CONFORME DESCRITO ACIMA)				
32	LOCAÇÃO DE SOM DE PEQUENO PORTE CONTENDO NO MÍNIMO 02 (DUAS) CAIXAS SUBGRAVES DE 15 POLEGADAS E 02 (DUAS) CAIXAS MÉDIO E AGUDO COM CAPACIDADE TOTAL MÍNIMA DE 3000 WATTS DE POTÊNCIA. 01(UMA) MESA DE SOM DE NO MÍNIMO 12 CANAIS, 02(DOIS) MICROFONES COM FIO, 02(DOIS) MICROFONES SEM FIO, 04(QUATRO) PEDESTAIS DE MICROFONE, ESTANTE DE POTENCIAS E EQUALIZADORES NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DA SONORIZAÇÃO E CABOS PARA MICROFONES E INSTRUMENTOS MUSICAIS. SENDO OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, SEGURANÇA E ART S NECESSÁRIAS POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES.	DIARIA	28		
33	LOCAÇÃO DE TELÃO DE LED OUTDOOR, RESOLUÇÃO MÍNIMA P6, SENDO O PRIMEIRO MEDINDO NO MÍNIMO 6M X 3M EM ESTRUTURA DE TRELIÇA COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) METROS DE ALTURA. CONTENDO: 01 (UMA) PLACA PROCESSADORA PARA IMAGENS SIMULTÂNEAS E 2 (DUAS) CÂMERAS FILMADORAS FULL- HD, 1 (UMA) MESA DE CORTE PARA FILMAGEM AO VIVO MONTADO COM TRAVASE AMARRAÇÕES DE AÇO E STAQUEADO COM CABO DE AÇO. DEFINIÇÃO 27.556 PIXELS POR M2 E ESOLUÇÃO 320*160MM 1300NIT SDE BRILHO ATÉ 16 BITS DE CORES COM ÂNGULO DE VISÃO 120/90 GRAUS. OPERAÇÃO E NUTENÇÃO, PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA, ART NECESSÁRIA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE OS EVENTOS E FESTIVIDADES. (MEMÓRIA DE CÁLCULO LOCAÇÃO 01 TELÕES DE LED, P6MEDINDO NO MÍNIMO 6MX3M (CONFORME DESCRITO ACIMA	DIARIA	90		
34	MOTOR GERADOR DE ENERGIA DE 60 KVA, COM POTECIA DE 50 KVA CONTINUO, NO MINIMO UMA CAIXA DE PASSAGEM ELÉTRICA, PAINEL DE INSTRUÇÕES E PARTIDA ELÉTRICA.	DIARIA	10		
35	PARQUE DE DIVERSÕES TIPO BUNGEE JUMPING COM CAMA ELÁSTICA, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA UTILIZADA PARA PRÁTICA. LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES TIPO BUNGEE JUMPI NG COM CAMA ELÁSTICA, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA UTILIZADA PARA PRÁTICA, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E OPERADOR COM MEDIDA DE ATÉ 5M DE ALTURA.COM CAPACIDADE D E SUPORTAR ATÉ 100 KG POR USUÁRIO. E CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DE 12 PESSOAS	DIARIA	10		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	POR HORA, O PERAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS UTEIS DE SALTOS POR DIA, COM EQUIPE OPERACIONAL COM NO MÍNIMO 04 PESSOAS E NO MÁXIMO 05 PESSOAS. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA				
36	PARQUE DE DIVERSÕES TIPO ESTRUTURA PARA FUTEBOL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PARQUE DE 10 DIVERSÕES TIPO ESTRUTURA PARA FUTEBOL DE SABÃO , PESO MÁXIMO SUPTADO: 400KG, IDADE RECOMENDADA: ACIMA DE 05 ANOS, PESO TOTAL DO PRODUTO: 130KG, DIMENSÕES DA EMBALAGEM: (AXLXC) 1.00 X 0.80 X 0.80 M, DIMENSÕES TOTAIS DO PRODUTO: (AXLXC) 2.50 X 5.00 X 10.00 M, ALTURA DA BASE INFLÁVEL: 47CM, ALTURA DA PAREDE INFLÁVEL: 70CM, DIMENSÕES DO GOL: (AXLXC) 2.00 X 2.00 X 1.20 M, PARA PÚBLICO INFANTIL/JUVENIL. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA E MPRESA CONTRATADA	DIARIA	10		
37	PARQUE DE DIVERSÕES TIPO PISCINA DE BOLINHAS LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PARQUE DE DIVERSÕES TIPO PISCINA DE BOLINHAS INFLÁVEL , COM TEMA INFANTIL, MEDINDO, NO MÍNIMO, 2,50 X 2,50 X 2,50 M DE ALTURA, COM NO MÍNIMO 1500 BOLINHAS. MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA.	DIARIA	10		
38	SERVIÇO DE CARRO DE SOM: PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS NA SEDE DO MUNICÍPIO , COM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL E DEMAIS INSUMOS, (CARRO DE SOM, LICENCIADO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES TUDO CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM CONDUTOR DEVIDAMENTE HABILITADO POSSUIR NO MÍNIMO 01 MICROFONE S/FIO E 01 MICROFONE C/FIO; LEITOR DE CD (QUE EXECUTE MP3 E OUTROS FORMATOS). SOM COM POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 8.000 WATTS), 01 TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO SOM	HORA	10		
39	SERVIÇOS DE PINTURA FACIAL INFANTIL DIVERSIFICADA , UTILIZANDO MATERIAL TOTALMENTE LIBERADO PELA ANVISA E ATÓXICO. (DURAÇÃO 04 HORAS).	DIARIA	05		
40	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL 36 BEAM 9R, 10 STROBO FITA, 24 MAC AURA, 20 P5, 8 COB,6 MIN E BRUT,2 MÁQUINAS DE FUMAÇA,2 VENTILADORES,2 CANHÕES SEGUIDORES, 01 MESA DE ILUMINAÇÃO M A2,20 LITROS DE LÍQUIDO GLICERINA PARA EFEITO FUMAÇA (MÁQUINA DE FUMAÇA). 02 PRO POWER PAR A DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA PARA APARELHOS DE ILUMINAÇÃO COM CABEAMENTO GERAL PARA LIGAÇÃO EM FONTE DE ENERGIA COM NO MÍNIMO 60 METROS CADA CABO DE FASE, NEUTRO E ATERRAMENTO. 02 CABOS MULTIVIAS DE 06 VIAS CADA CABO COM NO MÍNIMO 60 METROS CADA CABO PARA ENVIO DE SINAL DMX PARA HOUSE MIX, 04 MULTIVIAS OU SUBSNAKES PARA DISTRIBUIÇÃO E LIGAÇÃO DE SINAL DMX NO GRIDE, COM NO MÍNIMO 20 METROS CADA MULTIVIA. 05 BUFFERS DMX COM NO MÍNIMO 08 CANAIS CADA APARELHO PARA LIGAÇÃO DE SINAL DE APARELHOS DE ILUMINAÇÃO 01	DIARIA	16		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	RACK DIMMER PARA LIGAÇÃO DE LÂMPADAS ALOGENAS 01 RACK DIMMER PARA LIGAÇÃO DE LÂMPADAS ALOGENAS TODO O EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO DEVE CONTER TODO O CABEAMENTO DE ENERGIA E SINAL SUFICIENTES PARA SUA PLENA INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO TODO EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO DEVE CONTER ATERRAMENTO EFICIENTE DE ACORDO COM A NBR				
41	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA PA CONTENDO 02 BUMPERS 02 TALHAS PARA ELEVAÇÃO DE CAIXAS DE PA, 24 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA 24 SUB GRAVES COM 2 ALTO- FALANTES DE 2.400W CADA ALTO-FALANTE OUTFILL 12 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA FRONT FILL 06 LINES COM 2 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO-FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGA DAS CAIXA 03 PROCESSADORES DIGITAIS DE ÁUDIO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE ÁUDIO INSTALADO, COM NO MÍNIMO 4 ENTRADAS E 8 SAÍDAS DE ÁUDIO. TODO O SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COM PINOS, CABEAMENTO DE CAIXAS, CABEAMENTO DE SINAL E AMPLIFICADORES COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE ÁUDIO INSTALADO OU SUPERIORES. 02 CONSOLE DE ÁUDIO DIGITAL CONTENDO NO MÍNIMO 56 CANAIS DE INPUT E 32 CANAIS DE OUTPUT (CONFORME EXISTÊNCIA DO RIDER DOS ARTISTAS, MIX RACK COM 3 DSP OU SUPERIOR) 01 MULTICABO DE 56 VIAS SPLINTADO Y MONITOR 01 SIDE FILL DUPLO 08 LINES COM 2 ALTO- FALANTES DE 10 POLEGADAS 600W CADA ALTO FALANTE E 2 DRIVES DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA E 4 SUB GRAVES CONTENDO 2 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS CADA COM 2.400 CADA ALTO FALANTE COM AMPLIFICAÇÃO, CABEAMENTO E PROCESSAMENTO COMPATÍVEL OU SUPERIOR 01 CONSOLE DE MONITOR PM5D RH (ATENDENDO CONFORMIDADE COM RIDERS EXIGIDOS PELOS ARTISTAS) 01 CONSOLE DE MONITOR DM7 + 2RIOD2 (ATENDENDO CONFORMIDADE COM RIDERS EXIGIDOS PELOS ARTISTAS) 08 MONITORES DE AUDIO PARA RETORNO CONTENDO 2 ALTO- FALANTES DE 12 POLEGADAS CADA CAIXA E UMA CORNETA DE 2 POLEGADAS CADA CAIXA COM CABEAMENTO E AMPLIFICAÇÃO 1 SUB GRAVE 218 CONTENDO 2 ALTO- FALANTES DE 2.400W COM CABEAMENTO E AMPLIFICADORES COM PATÍVEL OU SUPERIOR 02 FENDER TWIN REVERB PARA GUITARRA 01 GK800 COMPLETO COM CAIXA DE GRAVE COM ALTO-FALANTE DE 15 POLEGADAS E CAIXA DE ALTA CONTENDO 4 ALTO-FALANTES DE 10 POLEGADAS COM CABEAMENTO 40 PEDESTAIS PARA MICROFONES 400 CABOS DE SINAL CÂNON MACHO CANON FÊMEA COM NO MÍNIMO 5 METROS CADA CABO 30 CABOS DE AC (EXTENSÕES) COM NO MÍNIMO 5 METROS CADA 30 MICROFONES COM FIO SM58 ORIGINAIS 20 MICROFONES COM FIO SM57 ORIGINAIS 06 MICROFONES COM FIO SM81 ORIGINAIS 18 MICROFONES E604 COM FIO ORIGINAIS 02	DIARIA	20		





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

	MICROFONES COM FIO SM52 ORIGINAIS 02 MICROFONES SEM FIO AXIENT DIGITAL ORIGINAL 30 DIRECT BOX PASSIVO TODO O SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, MICROFONAÇÃO, EQUIPAMENTOS E CABEAMENTO EM COMPATIBILIDADE SEGUINDO EXIGÊNCIA DE RIDER DE ARTISTAS SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DEVE DISPOR DE VIGIA/GUARDA PARA SEGURANÇA DO EQUIPAMENTO DURANTE OS DIAS DE MONTAGEM, DIAS DE EVENTOS E DIAS DE DESMONTAGEM.				
42	TENDA EM ESTRUTURA METÁLICA EM LONA UV NA COR BRANCA, MEDINDO 3M X 3M , MODELO PIRAMIDAL 50 OU CHAPÉU DE BRUXA; ESTRUTURA METÁLICA. AS TENDAS DEVERÃO SER MONTADAS CONFORME LAYOUT OU CROQUI FORNECIDO PELA EQUIPE.	DIARIA	50		
TOTAL R\$					

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o edital de licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de (dias/meses/anos), contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei nº 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, e no Diário Oficial do Município.

2.1 O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o **CONTRATADO** mantém as condições de habilitação;
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.1.1.1 É facultativa a realização de pesquisa de mercado para a verificação da vantajosidade econômica mencionada no item 2.1.1, nos casos em que haja manifestação técnica motivada no sentido de que o índice de reajuste adotado no instrumento convocatório acompanha a variação dos preços do objeto contratado, na forma e condições do art. 25 do Decreto nº 16.975, de 29 de novembro de 2023.

2.2. O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

2.5. O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato e no Decreto nº 16.975, 29 de novembro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O preço total do Contrato é de R\$ (.....), considerando o prazo total da sua vigência, e de R\$ referente a parcela mensal.

PARCELA	MOMENTO DO PAGAMENTO	VALOR

5.1.1. O preço do Contrato contempla todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O **CONTRATANTE** deverá pagar ao **CONTRATADO** o valor total de R\$(.....), em(.....) parcelas, no valor de R\$.....(), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº, agência, de titularidade do **CONTRATADO**, junto à instituição financeira contratada pelo Município.

6.2 No caso de o **CONTRATADO** estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou, caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de o **CONTRATADO**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo **CONTRATADO**.

6.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 19 e 21, XXIII, do Decreto nº 16.975/2023.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA
MINUTA DE CONTRATO

6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o **CONTRATANTE** deverá comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

6.4 O **CONTRATADO** deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento ao, situada na, na cidade do, ou para o endereço eletrônico

6.5 Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) se o **CONTRATADO** foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação;
- c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa.

6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação.

6.6 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

6.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.2 O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*.

6.9 O **CONTRATADO** deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica

6.10 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo **CONTRATADO**, ficando vedada a emissão de empenho do **CONTRATANTE** diretamente aos subcontratados, ressalvada a hipótese dos arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.10.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços contratados serão reajustados, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATADO.

7.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

7.4 Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

7.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5.1 Fica o **CONTRATADO** obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.8 O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

7.8.1 Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

a) da data-base prevista no Contrato, desde que requerido no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;

b) a partir da data do requerimento do **CONTRATADO**, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajuste, já adotado no edital e no contrato.

7.9 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do **CONTRATADO**, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do **CONTRATADO**, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.10 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

7.11 O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

7.12 O reajuste dos preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o Contrato e seus anexos.

8.1.2 Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3 Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA
MINUTA DE CONTRATO

fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.5 Comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.6 Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.7 Aplicar ao **CONTRATADO** sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

8.1.8 Dar ciência à Procuradoria Jurídica, com vistas a adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.9 Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1 O **CONTRATANTE** terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.10 Responder aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro efetuados pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, uma única vez, por igual período.

8.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.13 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios do **CONTRATADO** e o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O **CONTRATADO** deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato.

9.1.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.3 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA
MINUTA DE CONTRATO

legislação de regência.

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.6 Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.7 Manter a regularidade junto ao SICAF.

9.1.7.1 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o **CONTRATADO** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede do **CONTRATADO**, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do Contrato.

9.1.9 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10 Prestar esclarecimentos ou informações solicitados pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.11 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

9.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14 Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do serviço, de acordo com os documentos anexos a este instrumento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA
MINUTA DE CONTRATO

9.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

9.1.16 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

9.1.17 Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

9.1.17.1 Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

9.1.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA
MINUTA DE CONTRATO

quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 A garantia contratual da execução, será conforme as cláusulas do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo **FORNECEDOR**, LICITANTE ou **CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

12.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

12.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

- 12.1.10.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
12.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
12.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
12.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2 O **FORNECEDOR**, **LICITANTE** ou **CONTRATADO** que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o valor do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o valor do Contrato;

12.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

12.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR**, **LICITANTE** ou **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 12.13.

12.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **FORNECEDOR**, **LICITANTE** ou **CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA
MINUTA DE CONTRATO

cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

12.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

12.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

12.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de% do valor do Contrato.

12.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

12.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (função e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

12.7 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, no Decreto nº 16980/2023.

12.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

12.7.2 A defesa prévia do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA
MINUTA DE CONTRATO

da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 12.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

12.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 12.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

12.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10.2.1 **Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 16.980/2023.**

12.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **FORNECEDOR**, **LICITANTE** ou **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado.

12.11.1 O **FORNECEDOR**, **LICITANTE** ou **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12.12 O **CONTRATANTE** deverá remeter para SEMAD o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA
MINUTA DE CONTRATO

12.12.1 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

12.13 Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

12.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada ao Setor da Dívida Ativa para inscrição do débito em dívida ativa e, posteriormente para Procuradoria Jurídica para propositura de execução fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações pelos **CONTRATANTES**, sem prejuízo da aplicação das penalidades eventualmente cabíveis, observados os preceitos da Lei nº 14.133/21 e neste Contrato.

13.2 O Contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este órgão ou entidade não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade, ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1 A extinção, na hipótese do subitem anterior, ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação do **CONTRATADO** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário.

13.2.2 Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;

b) consensualmente, na forma do art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021; e

c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo **CONTRATANTE**, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

13.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

13.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 A extinção contratual prematura deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

13.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA
MINUTA DE CONTRATO

b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) as indenizações e multas.

13.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, na forma do art. 131, caput e parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

13.6 Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

13.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada;

13.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

13.7 O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação dos órgãos jurídico e de controle do **CONTRATANTE**.

14.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de _____, assim classificadas:

Natureza da Despesa:.....

Fonte de Recurso:.....

Programa:.....

Nota de Empenho:.....

15.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA
MINUTA DE CONTRATO

respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

15.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

17.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei nº 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, e no Diário Oficial do Município.

17.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Ouro Preto do Oeste, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Ouro Preto do Oeste, 24 de junho de 2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO - SRP	MINUTA DE CONTRATO 1378 YY	30/06/2026

ID:	1642629	Processo	Documento
CRC:	05A4111C		
Processo:	1-1378/2026		
Usuário:	Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação:	30/06/2026 12:05:13	Finalização:	30/06/2026 12:05:13

MD5: **622D9182CC927D05FB74FA2A85C39840**

SHA256: **B5B4A787232F0C058E28A1CA1C8AB51D81561A01C7B35E3E6C1A770C5D5938C8**

Súmula/Objeto:

Proc. Adm. nº 1378/2026

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	OURO PRETO DO OESTE	RO	30/06/2026 12:05:13
---	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

ATENDIMENTO À DEMANDA DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO, PARA	30/06/2026 12:05:13
---	---------------------


DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 44	01/07/2026	1644162
--------------------------------	------------	---------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	30/06/2026 12:45:37
---	-----------------------------	---------------------

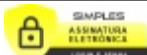
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Andreza Justina Dias	Assessor Especial da SEMED	30/06/2026 12:50:55
---	----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Francielli Luiza Silva Malaquias	Assessor Especial da SEMSAU	30/06/2026 12:57:24
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Manoel Henrique Santos de Souza	Assessor Especial da Seminfra	01/07/2026 08:42:58
--	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1642629 e o CRC 05A4111C.